

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

MESTRADO PROFISSIONAL

Instituição Associada
IFFluminense – Centro de Referência

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM UMA PERSPECTIVA
DE GÊNERO: REFLEXÕES HISTÓRICAS E ATUAIS NOS CURSOS
TÉCNICOS DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE**

EVELYN RUEB LACERDA DE ARAÚJO

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

2021

EVELYN RUEB LACERDA DE ARAÚJO

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM UMA PERSPECTIVA
DE GÊNERO: REFLEXÕES HISTÓRICAS E ATUAIS NOS CURSOS
TÉCNICOS DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, área de concentração Educação Profissional e Tecnológica, linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Dr. Julio Cezar Pinheiro de Oliveira

CAMPOS DOS GOYTACAZES -RJ

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A663e Araújo, Evelyn Rueb Lacerda de, 1986-
Educação Profissional e Tecnológica em uma perspectiva de gênero: reflexões históricas e atuais nos Cursos Técnicos do Instituto Federal Fluminense / Evelyn Rueb Lacerda de Araújo. – Campos dos Goytacazes, RJ, 2021.
162 f.: il. color.

Orientador: Julio Cezar Pinheiro de Oliveira, 1980-

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Campos dos Goytacazes, RJ, 2021.
Referências: p. 70-74.

1. Ensino Profissional. 2. Mulheres - Educação - Brasil - História. 3. Mulheres - Condições sociais. 4. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense - História. 5. Igualdade na Educação. I. Oliveira, Julio Cezar Pinheiro de, 1980-, orient. II. Título.

CDD 373.246 23.ed.

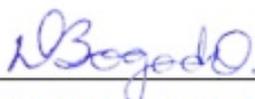
Dissertação intitulada **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO: REFLEXÕES HISTÓRICAS E ATUAIS NOS CURSOS TÉCNICOS DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE**, elaborada por **Evelyn Rueb Lacerda de Araújo** e apresentada, publicamente perante a Banca Examinadora, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Fluminense - IFFluminense, na área concentração Educação Profissional e Tecnológica, linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em: 30 de setembro de 2021

Banca Examinadora:



Julio Cezar Pinheiro de Oliveira
Doutor em Planejamento Urbano e Regional
Instituto Federal Fluminense (IFFluminense)
Orientador



Daniela Bogado Bastos de Oliveira
Doutora em Sociologia Política
Instituto Federal Fluminense (IFFluminense)

Documento assinado digitalmente

gov.br

LILIANE MADRUGA PRESTES

Data: 03/11/2022 14:14:18-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

Liliane Madruga Prestes
Doutora em Educação
Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)

Às que vieram antes de mim.

A todas nós.

Laroyê, moça bonita.

AGRADECIMENTOS

Sem amor e sem gratidão pouco somos. E eu me sinto profundamente grata e amada por toda a ajuda que me foi oferecida ao longo desse percurso tão desafiador, em um momento igualmente desafiador da história da humanidade. Escrever uma dissertação em um contexto de pandemia que nos trouxe tantas angústias e incertezas foi um enorme desafio, só concluído por ter tantas pessoas especiais por perto.

Merece um agradecimento especial a minha família. Durante todo esse período, nos unimos ainda mais e conseguimos atravessar as turbulências. Meus pais, Hugo e Beth, que incentivaram todas as minhas escolhas, fáceis e difíceis, e que foram e continuam sendo exemplos de integridade, amor e cuidado. À minha irmã, Hellen, tradução da alegria, da coragem e do otimismo. Uma grande amiga ao longo da minha vida. Ao meu cunhado, Fábio, pela amizade e pela valiosa e pronta ajuda com organização de gráficos, tabelas e tratamento de dados.

Meus filhos e amores, Arthur e Laura, que podem ainda não entender o motivo de algumas ausências, mas que um dia possam sentir orgulho por saberem que sua mãe buscou fazer o melhor que pode, por ela e por vocês (mães trabalhadoras e estudantes que me lêem, vocês sabem bem do que eu estou falando).

Ao Bruno, cujo amor, companheirismo e cumplicidade espero ter comigo por bastante tempo. Sentí-los de forma tão genuína me faz mais forte. Seu apoio foi fundamental no desfecho deste capítulo.

Às irmãs: Lorena, Rabica, Dândara, Raiani, Fernandas, Patrícia, Daiana, Melyssa, Renata, Débora, Nathália e todas as mulheres que fizeram ou fazem parte da minha vida. Só a gente sabe como essa rede de apoio entre nós, mulheres, nos fortalece, nos acolhe, nos encoraja, nos ajuda, nos liberta coletivamente e nos cura. Não estamos sozinhas.

Agradeço, de todo coração, ao colegiado do curso, nas figuras de Julio, meu orientador, e de Leonardo, coordenador do programa, pela compreensão com o período pelo qual passávamos e nas adequações feitas, seja no desenvolvimento no trabalho, seja nas prorrogações tão necessárias para toda a turma. A toda a ajuda dos amigos da turma de 2018, seja no compartilhamento das preocupações, das conquistas, seja no apoio que cada um, individualmente, conseguiu dar ao outro. Dividir essa trajetória com vocês foi especial.

Ao José Augusto, que, com sua incomum e bonita sensibilidade e senso de humanidade, fez toda a diferença para que a entrega deste trabalho fosse possível. Dizem que Deus coloca as pessoas no nosso caminho no momento em que mais precisamos, e a partir de agora desconfio seriamente disso. Obrigada!

Ao Instituto Federal Fluminense, reconhecendo o privilégio que é estar em uma instituição que transforma a vida das pessoas e que me permite me capacitar enquanto trabalho, que me permite pensar e fazer Educação Profissional. Sou muito feliz trabalhando aqui.

Termino desejando que as mulheres possam ocupar mais espaços e apoiar umas às outras na transformação da nossa sociedade. Estejamos juntas no questionamento das falácias patriarcais. Que bons ventos nos guiem. Assim seja.

“Eu não desejo que as mulheres tenham poder sobre os homens,
mas sobre si mesmas.”

Mary Wollstonecraft, 1792

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Linha do tempo da EPT | 23 |
| Figura 2 – IFFluminense e seu território | 30 |
| Figura 3 – <i>Campus</i> Campos-Centro IFF | 31 |
| Figura 4 – <i>Campus</i> Bom Jesus do Itabapoana IFF | 32 |
| Figura 5 – Plataforma IFF em Números | 33 |
| Figura 6 – Campo de estudo da pesquisa | 34 |
| Figura 7 – Número de professoras de cada curso e número de professoras entrevistadas | 35 |
| Figura 8 – Categorias de análise e a que se referem | 37 |
| Figura 9 – Número de ocorrências das falas relacionadas a cada categoria | 37 |
| Figura 10 - Documentos de Políticas Institucionais | 38 |
| Figura 11 - Comparativo entre número de matrícula de homens e mulheres no ano de 2020 | 41 |
| Figura 12 - Comparativo entre número de matrícula de homens e mulheres em 2015 a 2020 | 41 |
| Figura 13 - Comparação do percentual de matrículas de homens e mulheres | 42 |
| Figura 14 - Meta 1 do Plano de Cultura do IFF | 47 |
| Figura 15 - Meta 3 do Plano de Cultura do IFF | 48 |
| Figura 16 - Meta 4 do Plano de Cultura do IFF | 48 |
| Figura 17 - Projetos de Extensão aprovados por <i>campus</i> | 49 |
| Figura 18 - Projetos culturais dos núcleos aprovados por <i>campus</i> | 49 |
| Figura 19 - Diretrizes para Prática Pedagógica Curso Agropecuária | 51 |
| Figura 20 - Oferta de Projetos de Extensão no Curso de Agropecuária | 51 |
| Figura 21 - Capa, sumário e apresentação da cartilha educacional | 64 |
| Figura 22 - Capas dos capítulos 1, 2 e 3 da cartilha educacional | 65 |
| Figura 23 - Seções de sugestões de leitura e de livros da cartilha educacional | 66 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 – Números de matrícula do sexo masculino por curso nos anos de 2015 a 2020 | 40 |
| Tabela 2 - Números de matrícula do sexo feminino por curso nos anos de 2015 a 2020 | 40 |
| Tabela 3 – Porcentagem de homens e mulheres matriculados de 2015 a 2020 | 42 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNE – Conselho Nacional de Educação
CONSUP – Conselho Superior
EAA - Escolas de Aprendizes e Artífices
EPT - Educação Profissional e Tecnológica
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFF - Instituto Federal Fluminense
IFs - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NUGEDIS - Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PNDH - Programa Nacional de Direitos Humanos
PNE - Plano Nacional de Educação
PNEDH - Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
PPC - Projeto Pedagógico de Curso
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO: REFLEXÕES HISTÓRICAS E ATUAIS NOS CURSOS TÉCNICOS DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE

RESUMO

O presente trabalho discute a inserção de mulheres nos cursos de formação profissional e de que forma se dá essa inserção nos dias atuais, especialmente na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) brasileira. Nesse contexto, apresenta as assimetrias de gênero que foram constituídas historicamente na Educação e na Educação Profissional e Tecnológica, com lugares “destinados” às mulheres nos cursos de formação profissional. Verifica a persistência de padrões históricos de diferenciação sexual nas carreiras escolares e profissionalizantes e a delimitação, mesmo que no simbólico, de espaços masculinos em detrimento de espaços femininos. Os objetivos deste trabalho se comprometem com a ampliação das discussões sobre gênero na Educação Profissional a partir da aquisição de um conjunto de informações institucionais e de uma série de instrumentos de produção de dados empíricos em dois *campi* do Instituto Federal Fluminense (IFF): *campus* Campos- Centro e *campus* Bom Jesus do Itabapoana. Como resultado deste trabalho obteve-se a construção de um produto educacional que pode auxiliar tanto os gestores públicos da EPT, quanto professores, técnico-administrativos e alunos, na identificação e combate aos mecanismos socioeducacionais que resultam nas desigualdades de gênero.

Palavras-chave: Gênero; Educação Profissional; Instituto Federal Fluminense

PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION FROM A GENDER PERSPECTIVE: HISTORICAL AND CURRENT REFLECTIONS IN THE TECHNICAL COURSES OF INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE

ABSTRACT

This paper discusses the insertion of women in professional training courses and how this insertion takes place nowadays, especially in the Federal Network of Professional and Technological Education in Brazil. In this context, it presents the gender asymmetries that were historically constituted in Education and in Professional and Technological Education (EPT), which display spots reserved to women in professional training courses. It assesses the persistence of historical patterns of sexual discrimination in school and professionalizing careers and the delimitation, even if symbolic, of male spots at the expense of female spots. The aims of this paper are committed to the expansion of discussions on gender in Vocational Education through the acquisition of a set of institutional information and a series of empirical data collection instruments in two campuses of Instituto Federal Fluminense (IFF): Campos-Centro and Bom Jesus do Itabapoana campuses. As a result of this research, the elaboration of an educational product was carried out to enable public managers of the EPT, as well as teachers, administrative technicians and students to identify and oppose to socio- educational mechanisms that result in gender discrimination.

Keywords: Gender; Professional Education; Instituto Federal Fluminense

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| LISTA DE ILUSTRAÇÕES | |
| LISTA DE TABELAS | |
| LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS | |
| RESUMO | |
| <i>ABSTRACT</i> | |
| INTRODUÇÃO | 1 |
| Impactos da Pandemia de Covid-19 no desenvolvimento da Pesquisa | 6 |
| CAPÍTULO 1 - CONCEITO DE GÊNERO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL, HISTÓRICA E CULTURAL DAS DIFERENÇAS BASEADAS NO SEXO | 8 |
| 1.1 Relações de Gênero e Dominação Masculina | 8 |
| 1.2 Gênero e Mundo do Trabalho: Problematizações e Desafios postos à EPT | 10 |
| CAPÍTULO 2 - HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL SOB UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO | 14 |
| 2.1 História da Educação Profissional e Tecnológica e a Questão de Gênero | 14 |
| 2.2 Separação do Masculino-Feminino nos Diferentes Cursos e Profissões | 23 |
| CAPÍTULO 3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 29 |
| 3.1 Caracterização e Etapas da Pesquisa..... | 29 |
| 3.2 Campo de Estudo e Sujeitos da Pesquisa..... | 30 |
| 3.3 Instrumentos de Produção de dados..... | 32 |
| 3.3.1 Comitê de Ética | 32 |
| 3.3.2 Plataforma IFF em Números..... | 32 |
| 3.3.3 Entrevistas junto às Professoras..... | 34 |
| 3.3.4 Análise dos Dados | 36 |
| 3.3.5 Documentos das Políticas Institucionais..... | 38 |
| CAPÍTULO 4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO | 39 |
| 4.1 Comparação das Matrículas por Sexo em Cursos de Formação Profissional de Nível Técnico nos Campi Campos-Centro e Bom Jesus do Itabapoana do IFF | 39 |
| 4.2 Políticas Institucionais sobre Igualdade de Gênero junto aos Campi do IFF..... | 45 |
| 4.3 Situações de Discriminação de Gênero e os Impactos na EPT..... | 57 |
| CAPÍTULO 5 - PRODUTO EDUCACIONAL | 63 |
| CAPÍTULO 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS | 68 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 70 |
| APÊNDICE A Roteiro de Entrevista | 75 |
| APÊNDICE B Transcrições das Entrevistas com Professoras dos Cursos Técnicos..... | 77 |
| APÊNDICE C Produto Educacional..... | 117 |
| ANEXO I – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética..... | 146 |

INTRODUÇÃO

A temática que envolve diretamente as discussões acerca dos condicionantes que promovem as desigualdades de gênero vem ganhando um importante espaço junto aos meios científicos e acadêmicos nos últimos anos. Apesar do atual momento político-social brasileiro representar um ponto de inflexão destas discussões, ainda se percebe que esta temática reflete um campo de lutas aberto em prol de avanços fundamentais, principalmente junto aos setores da sociedade que desejam uma sociedade mais justa e igualitária. Neste sentido, percebe-se o despertar de uma mobilização social no sentido de que o nosso desenvolvimento tanto econômico quanto social depende de avanços societários que tenham por objetivo reduzir as disparidades que se apresentam sob vários aspectos entre homens e mulheres em uma sociedade ainda muito marcadamente machista e patriarcal¹.

É importante ressaltar que a gênese das desigualdades de gênero no Brasil está atrelada às relações familiares patriarcais que remontam ao período colonial tendo como base de organização dos seus valores a influência portuguesa e o pensamento dogmático católico (PRIORE, 1993). Freyre (2003) defende que “a formação patriarcal do Brasil explica-se menos em termos de "raça" e de "religião" do que em termos econômicos, de experiência de cultura e de organização da família, que foi aqui a unidade colonizadora”:

A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o bangüê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao paterfamilias, culto dos mortos etc); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o "tigre", a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo) (FREYRE, 2003, p.17)

Assim percebe-se que nossas relações sociais foram fundamentadas em estruturas hierárquicas de dominação, tendendo a todo momento reafirmar a autoridade do masculino sobre o feminino em todos os setores que controlam a vida e a consciência dos participantes de nossa sociedade.

Portanto, as relações sociais desiguais e hierarquizadas constituídas ao longo dos séculos

¹ Os conceitos de gênero e patriarcado serão discutidos na seção “Conceito de Gênero como Construção Social, Histórica e Cultural das Diferenças Baseadas no Sexo”.

nos remete a um contexto de injustiça social principalmente de gênero que somados a outros elementos sociais, como cor da pele e etnia, foram responsáveis por aprofundar o abismo social e identitário brasileiro. Segundo Hirata (2014) a oposição às relações de poder que envolvem gênero, raça e classe é denominada interseccionalidade, a qual visa estabelecer formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, e, portanto, como um instrumento de luta política. Neste sentido, a interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. A interseccionalidade tem como principal função refutar a o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social, sobretudo as categorias comportamentais e estereotipadas, como por exemplo sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual (BILGE, 2009, p. 70 *apud* HIRATA, 2014). Neste contexto, as assimetrias de gênero, foco deste trabalho, podem ser percebidas em vários setores da sociedade, inclusive na educação - fato que decorre do processo histórico de inserção diferenciada de meninos e meninas na escola e nos cursos de formação profissional, o que resulta no que se chama “divisão sexual do trabalho” (HIRATA, KERGOAT, 2007).

No tocante ao processo educacional, este não está isento dos mecanismos que condicionam dominação masculina, servindo e dando sustentação para perpetuação da desigualdade entre gêneros. Contudo, significativos avanços, ao menos no nível formal, foram garantidos a partir de um conjunto de Leis e normas que preconizam um acesso mais igualitário ao processo educacional. O ponto de partida para os avanços legais vem da própria Constituição brasileira de 1988 que trouxe em seu texto a garantia de direito à educação para todos e à defesa e promoção dos direitos humanos; na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996); no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3/Decreto nº 7.037/2009 e atualizado pelo Decreto nº 7.177, de 12 de maio de 2010); no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2018); nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012) e no Plano Nacional de Educação (PNE, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014), foram explicitados a necessidade de criar condições para a inserção de política e práticas que tivessem o objetivo de construir um ambiente favorável a igualdade de gêneros.²

Cabe ressaltar que a trajetória da mulher na educação brasileira, especialmente na

² No Instituto Federal Fluminense, o documento que deixa clara a opção por uma política de educação “de qualidade inclusiva [...] para todos ao longo de toda a vida” para a construção de “um mundo mais equitativo em suas oportunidades, mais inclusivo e com estruturas sociais com menores distâncias” é o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), válido para o período de 2018-2022.

Educação Profissional, se deu a passos lentos e contou com inúmeras dificuldades, pois o lugar socialmente estabelecido para a mulher não envolvia acesso à educação formal e muito menos a possibilidade de exercer atividades assalariadas. Apenas no Século 19 é que se chega a uma visão da mulher mais próxima à educação, entretanto o que se entendia como educação para as mulheres estava circunscrito ao desenvolvimento de “dotes” femininos, que envolvia a preparação para as funções de esposa, dona de casa e mãe.

Para Godinho et al. (2005) a visão de educação que se tinha para as mulheres estava circunscrito ao mundo privado, sendo assim as mulheres – sobretudo pertencentes às elites - eram preparadas para atuar no espaço doméstico, tendo como principal função o cuidado com o marido e a criação dos filhos, sem nenhuma perspectiva de uma profissão assalariada, muito embora houvesse uma outra categoria de mulheres que não estavam inseridas no sistema educacional e sim no trabalho, como as mulheres pobres livres e as mulheres negras escravas.

O presente trabalho, portanto, aborda uma discussão acerca da inserção de mulheres nos cursos de formação profissional e de que forma se dá esta inserção nos dias atuais, especialmente na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica brasileira. Assim, avalia as manifestações no contexto sócio educacional da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) que se apresentam como assimetrias de gênero no processo educacional e impactam de forma negativa a presença de mulheres em determinadas carreiras dos cursos de formação técnica integrada no âmbito do Instituto Federal Fluminense. Assim, a questão da desigualdade de gêneros é avaliada a partir da persistência dos processos de diferenciação constituídas historicamente na EPT, com o levantamento dos fatores que determinam a existência de lugares “destinados” às mulheres em cursos de formação profissional de nível técnico do Instituto Federal Fluminense.

Dessa forma, o trabalho busca investigar como persistem junto a EPT as assimetrias de gênero, com separação masculino-feminino entre diferentes áreas/cursos de formação e profissional. Em conjunto a esta questão será central neste trabalho verificar a existência de padrões históricos de diferenciação sexual nas carreiras escolares e profissionais através da delimitação, mesmo que simbólica, dos espaços estigmatizados para as mulheres.

Como forma de nortear este estudo e delimitar a sua abrangência, tanto teórica, quanto empírica, foi formulada a seguinte questão de pesquisa:

- **A estrutura da formação histórica da EPT no Brasil ainda contribui para a persistência de expressivas diferenciações de gênero em áreas / cursos de formação técnica para o mundo do trabalho?**

Buscando responder à questão de pesquisa, foram escolhidos dois cursos técnicos

integrados em dois *campi* do Instituto Federal Fluminense como campo de estudo: *campus* Campos-Centro e *campus* Bom Jesus do Itabapoana. No campus Campos-Centro, os cursos escolhidos foram Automação Industrial e Mecânica e no campus Bom Jesus, Informática e Agropecuária. A escolha desses cursos enquanto campo de pesquisa se deu a partir da observação de grande diferença no número de matrículas entre homens e mulheres nestes cursos técnicos integrados, além de ser identificada oferta de cursos de áreas historicamente “masculinas”.

A escolha do tema deste projeto parte da observação do processo histórico que demonstra que às mulheres foram impostas condições desfavoráveis de inserção no processo educativo quando comparadas às situações encontradas pelos homens. Este mesmo processo histórico criou as condições para a manutenção de um cenário de assimetrias no que diz respeito à igualdade de oportunidades, criando assim perpetuação de uma inserção periférica no mundo do trabalho.

Cabe ressaltar, que mesmo após inúmeros avanços na agregação da mulher no ambiente escolar, a segregação sexual continuou a organizar o espaço escolar, constituindo currículos e conteúdos diferenciados para meninos e meninas. Estas condições ainda foram alimentadas pela construção social de crenças baseadas em uma suposta “natureza feminina”, que daria a mulher uma condição delicada, frágil, passiva e emocionalmente instável, representações ainda bastante presentes em nossa realidade cotidiana.

Neste sentido, no contexto da EPT, mais precisamente na realidade do Instituto Federal Fluminense (IFF), observa-se uma não discreta diferença no percentual de matrículas em diferentes cursos escalonados, principalmente pela variável gênero. Assim, toma-se como pressuposto que a predominância do gênero masculino em alguns cursos de ensino médio integrado no IFF, pode se constituir como um importante indicativo da persistência da ideia de lugares destinados às mulheres em oposição à redutos masculinos em cursos diretamente ligados ao emprego intensivo de força física.

Para além das relações quantitativas dentro do ambiente da EPT e no próprio IFF, existem práticas e comportamentos que reforçam a ideia da persistência de redutos masculinizados. Assim, a partir de relatos sobre comentários sexistas que reforçam a ideia de “natureza frágil” da mulher alicerçam e reforçam a percepção de discriminação de gênero e o julgamento da capacidade das mulheres em determinadas áreas da formação profissional e técnica.

A motivação pessoal para o presente trabalho, vem da percepção da existência de uma lacuna ou mesmo tabu sobre esta discussão junto a EPT, sobretudo nos cursos em que serviram como base para esta pesquisa. Assim, a necessidade de ampliar as discussões acerca da inserção

de mulheres nos cursos de formação profissional em nível técnico da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem como objetivo principal a democratização do espaço escolar e a efetivação da igualdade de gênero, integrando não apenas o currículo escolar, mas sobretudo os indivíduos. Além disso, como parte, também, da importância da discussão dos desafios do mundo do trabalho no que diz respeito ao padrão generificado e da posição não igualitária da mulher em relação aos homens no trabalho, padrão que vem se mantendo ao longo dos anos.

Diante da evidente existência e da persistência de práticas de diferenciação de gênero junto à EPT, esta dissertação se coloca frente à objetivos que deverão conduzir as investigações desde o início do levantamento de dados empíricos até a formatação do produto final. Assim, ficaram estabelecidos os seguintes objetivos gerais:

- **Investigar que mecanismos no contexto da EPT contribuem para a manutenção de assimetrias de gênero, com separação masculino-feminino entre diferentes áreas/cursos;**
- **Construir mecanismos didáticos/pedagógicos que possam se aliar à confrontação das condições históricas que culminaram no padrão geneirificado de escolha de cursos e profissões que deram sentido aos espaços educacionais calcados na ideia de fragilidade feminina e das relações de poder.**

Como forma de organizar as etapas da pesquisa e facilitar o alcance dos objetivos gerais foram estabelecidos objetivos específicos que foram alcançados no decorrer do processo de levantamento bibliográfico e da coleta e análise de dado:

- **Comparar a distribuição das matrículas em cursos de formação profissional de nível técnico nos *campi* Campos-Centro e Bom Jesus do Itabapoana do Instituto Federal Fluminense, identificando os cursos que mantém um processo de segmentação por gênero;**
- **Identificar a existência (ou não) de políticas institucionais que busquem estabelecer discussões sobre a igualdade de gênero junto aos *campi* do IFF;**
- **Identificar nas práticas cotidianas da escola as situações de assédio e discriminação às quais as mulheres são submetidas e os impactos na EPT;**
- **Criar uma cartilha que possa funcionar como um instrumento informativo que amplie o conhecimento sobre as desigualdades de gênero na EPT e fomentar uma política de igualdade de gênero junto aos cursos da IFF.**

Como produto a partir desta pesquisa, foi elaborada uma cartilha educacional que funcione como um instrumento didático/pedagógico e de informação sobre as desigualdades de gênero na Educação Profissional, possibilitando que professores consigam incorporar em sua prática docente as discussões de gênero. A cartilha desenvolvida com o título “Concepções, Desafios e Subsídios

para a Promoção da Equidade de Gênero na EPT” foi dividida em três capítulos: (1) Gênero como Construção Social; (2) Gênero e EPT no Brasil e (3) Por que abordar Gênero no Contexto da EPT?

Cada capítulo foi organizado de forma que apresentem, ao final da exposição do conteúdo relacionado àquela temática, sugestões de leitura, sugestões de filmes e, ainda, propostas de atividades que favoreçam a aquisição dos conteúdos apresentados, a reflexão e a discussão de aspectos importantes relacionados a esses temas no contexto da EPT. As etapas de elaboração da cartilha foram a elaboração do texto de cada capítulo, seguido de elaboração das sugestões de leituras e de filmes, elaboração das propostas de atividades e, por fim, diagramação feita por uma profissional da área.

A pesquisa tem uma abordagem qualitativa e quantitativa e como área de estudo se concentrou na realidade vivenciada no Instituto Federal Fluminense, onde serão avaliadas as relações de gênero junto a cursos técnicos dos *campi* Campos-Centro e Bom Jesus do Itabapoana. A escolha destes *campi* se dá pelos mesmos representarem realidades difusas, tanto quanto a ofertas de cursos, quanto ao tempo de consolidação dos seus projetos pedagógicos.

Essa dissertação encontra-se estruturada em outros seis capítulos. Os capítulos 1 e 2 apresentam revisão bibliográfica dividida de forma que possam dar suporte teórico às discussões levantadas. O capítulo 1 discute o conceito de gênero como construção social, histórica e cultural das diferenças baseadas no sexo. O capítulo 2 relata a história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil sob uma perspectiva de gênero e discorre sobre a separação do masculino-feminino nos diferentes cursos e profissões e sobre a Divisão Sexual do Trabalho. O capítulo 3 descreve os procedimentos metodológicos que incluem o tipo de pesquisa, a descrição do campo de estudo, os sujeitos envolvidos e apresenta os instrumentos de coleta de dados. O capítulo 4 traz os resultados e discussão. O capítulo 5 descreve o Produto Educacional e de que forma foi estruturado e o capítulo 6 traz as considerações finais sobre esta pesquisa.

Impactos da Pandemia de Covid-19 no desenvolvimento da Pesquisa:

A Pandemia de Covid-19, causada pelo Novo Coronavírus, atingiu o Brasil e o mundo a partir do ano de 2020, produzindo impactos não somente na área da saúde com a superlotação dos hospitais e as mais de quinhentas e setenta mil mortes. Em termos globais, incluindo no contexto brasileiro os impactos sociais, políticos, econômicos e culturais acirram ainda mais as desigualdades historicamente (re)produzidas nas sociedades contemporâneas.

Especificamente para o desenvolvimento da pesquisa, a necessidade de ações para contenção da mobilidade social como isolamento e quarentena e o fechamento das escolas impactaram diretamente na necessidade de readequação de todo o projeto de pesquisa, incluindo mudanças dos sujeitos da pesquisa e dos procedimentos metodológicos. Anteriormente ao fechamento das escolas, os sujeitos da pesquisa seriam os alunos/as dos cursos técnicos escolhidos enquanto campo de pesquisa. Além disso, havia a intenção de entrevistar alunas mulheres destes cursos que pudessem ter passado por alguma situação de violência/preconceito de gênero e/ou de assédio. No entanto, foi verificado que não haveria tempo hábil para o contato com os alunos, sensibilização para participação na pesquisa, coleta de assinaturas nos termos de consentimento livre e esclarecido dos participantes e, no caso de alunos menores de idade, da coleta de assinaturas de seus responsáveis legais.

No que diz respeito ao desenvolvimento do Produto Educacional, o impacto da pandemia foi com relação à aplicação /validação da cartilha. Antes do fechamento das escolas, o objetivo era que os alunos/as tivessem acesso ao material em algum momento planejado em conjunto com professores dos cursos, porém a dinâmica de aulas online, calendários apertados após um período sem aula e readequação das práticas pedagógicas para o modelo à distância impactaram diretamente nesse objetivo. Contudo, logo após a finalização deste trabalho a Cartilha será publicizada em todos os *campi* do Instituto Federal Fluminense, sendo que tão logo que possível, buscaremos obter desdobramentos a partir do contato com os Núcleos de Gênero para a divulgação da mesma e a ampliação do debate e denúncias sobre a persistência espaços de “exclusividade” masculina dentro da instituição.

CAPÍTULO 1 - A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO GÊNERO: HISTÓRICA E CULTURAL DAS DIFERENÇAS BASEADAS NO SEXO

1.1. Relações de Gênero e Dominação Masculina

Os grupos historicamente excluídos e em vulnerabilidade social, como índios, negros, mulheres, pobres e etc. foram integrados à nossa sociedade a partir de uma forte carga de estigmatização calcados tanto na violência física, quanto na violência simbólica. O exercício do poder e da dominação sobre esta parcela considerável da população foram marcados profundas contradições e manifestações desproporcionais do uso da força. Conforme esta violência a esses grupos foi se assentando em nossa estrutura social, as desvantagens econômicas e políticas foram se tornando cada vez mais evidentes, delimitando assim a assimetria de poder que resultou em uma ampla ausência de perspectivas e ascensão social.

No que tange exclusivamente às relações de gênero, a dominação masculina perpassa o campo simbólico para reafirmar a violência da estrutura machista da sociedade brasileira. Estas relações que se estabelecem como legítimas são desiguais e hierarquizadas, fruto de concepções percebidas como tendências naturais dos sexos biológicos a partir de significações que impõem poder (CISNE, 2012). Este conjunto de concepções que organizam um pensamento carregado de interesses de dominação e preconceitos e formam um inconsciente coletivo parecem ter origem nos estudos da biologia e da participação dos dois sexos na reprodução, ainda que as crenças fossem influenciadas por mitos sociais. Tal pensamento é pautado em uma concepção essencialista de gênero que toma como base os discursos biológicos para justificar processos excludentes e relações de poder.

Simone de Beauvoir (1970), em sua principal obra bibliográfica, o livro “O Segundo Sexo”, inovou de forma determinante a percepção sobre as relações de gênero ao afirmar que não se nasce mulher, mas sim o papel de mulher é construído socialmente. Este livro teve um grande impacto fora dos meios acadêmicos e serviu como base para a tomada de consciência das mulheres sobre o seu lugar na sociedade e municiou os movimentos feministas das décadas de 1960 e 1970. Para a autora, a tradição do pensamento ocidental, cultivada desde o filósofo grego Aristóteles, colocou a mulher em um papel passivo até mesmo na produção da vida, visto que o pensador via o óvulo como algo estático e o esperma algo dinâmico. Neste sentido, o papel desempenhado pelo homem na simbiose da vida é algo ativo, vivo e em movimento, enquanto a mulher é passiva.

É importante ressaltar que mesmo com os avanços dos estudos científicos, com a invenção

do microscópio no Século 17 e a descoberta da participação simétrica de ambos os sexos na reprodução, com o reconhecimento do óvulo como um princípio ativo, ainda foi mantida a ideia do masculino como algo preponderante. Segundo Beauvoir (1970), as ideias de Aristóteles não caíram totalmente em descrédito, sendo reafirmada a passividade da fêmea, determinando assim que a própria ciência é um campo de lutas da dominação masculina. Assim, Beauvoir defende que “é, portanto, à luz de um contexto ontológico, econômico, social e psicológico que teremos de esclarecer os dados da biologia”.

Dessa forma, o corpo biológico da mulher não a define: tem sentido através das ações na sociedade e de uma realidade vivida. Para a autora, “trata-se de saber como a natureza foi nela revista através da história; trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana”.

De forma similar, Bourdieu (2012) apontou que a diferença biológica entre os sexos, ou seja, o corpo masculino e o corpo feminino – especificamente os órgãos sexuais – historicamente, em uma concepção essencialista de gênero, é entendida como justificativa natural da diferença social entre os sexos e da divisão social do trabalho. A virilidade em sua dupla existência, virtuosa e física, seria uma característica puramente masculina e estaria ligada a honra e a potência. Por outro lado, Bourdieu aponta que durante a Idade Média as características físicas foram utilizadas para sobrepor o masculino ao feminino.

Dentro do contexto medieval, o órgão sexual feminino era considerado como um falo invertido, cabendo ao homem “cheio de vida” preencher a mulher com esta mesma vida. Esta perspectiva dava sentido na organização das ideias em uma sociedade amplamente influenciada por dogmas religiosos e superstições:

Ao associar a ereção fálica à dinâmica vital do enchimento, que é imanente a todo o processo de reprodução natural (germinação, gestação etc), a construção social dos órgãos sexuais registra e ratifica simbolicamente certas propriedades naturais indiscutíveis: ela contribui, assim, juntamente com outros mecanismos, dos quais o mais importante é, sem dúvida, como vimos, a inserção de cada relação (cheio/vazio, por exemplo) em um sistema de relações homólogas e interconectadas, para converter a arbitrariedade do nomos social em necessidade da natureza (physis). (Essa lógica da consagração simbólica dos processos objetivos, cósmicos e biológicos principalmente, que opera em todo o sistema mítico-ritual — como, por exemplo, o fato de tratar a germinação do grão como ressurreição, acontecimento homólogo ao do renascimento do avô no neto, sancionado ao ser-lhe dado o mesmo nome —, dá um fundamento quase objetivo a esse sistema e, com isso, à crença, reforçada também por sua unanimidade, de que ele é objeto (BOURDIEU, 2012, p. 22)

Para Bourdieu, esta perspectiva ainda teve força em se manter, praticamente estática, durante o período do Renascimento, onde se afirmava que o sexo da mulher é composto dos

mesmos órgãos que o do homem, apenas dispostos de maneira diversa e por isso tentaram encontrar no corpo da mulher a justificativa de sua condição social por meio de oposições como interior *versus* exterior; sensibilidade *versus* razão; em cima *versus* embaixo; móvel *versus* imóvel; passividade *versus* atividade, muito provavelmente em alusão ao ato sexual. A partir destas oposições, Bourdieu definiu o conceito de “Dominação Masculina” descrevendo o ato sexual como uma relação de dominação, no qual a submissão da mulher ao homem faz alusão às divisões da ordem social e às relações de dominação e exploração que estão socialmente instituídas entre os sexos. Para o autor, as manifestações de virilidade situam-se na “lógica da proeza, da exploração, que traz honra”, e que são indissociáveis das relações sociais que se estabelecem.

Saffioti (2001), ao citar os trabalhos de Bourdieu e, mais especificamente, “A Dominação Masculina”, afirma que a ordem social colocada funciona como uma “máquina simbólica”, que tende a confirmar e ampliar a dominação masculina em todos os espaços sociais existentes. Assim, é possível verificar que em praticamente na totalidade das relações sociais a dominação masculina possui influência determinante. Deste modo, a divisão social do trabalho, que baseia a sua organização na distribuição restrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, é uma expressão da dominação masculina.

Cabe ressaltar que os meios de dominação ganham conotações simbólicas que, por sua vez, alimentam e reforçam a dominação, criando assim condições para a manutenção da violência simbólica. Segundo Saffiot (2001, p. 118) a violência simbólica é percebida a partir da adesão do dominado faz o poder do dominador, pois o conjunto de valores e crenças sociais que estão contidos na dominação não permitem ao dominado possuir uma ação reflexiva sobre sua própria situação. Esta naturalização e incorporação da dominação como algo não refletido se encontra na base do não autorreconhecimento enquanto parte de uma relação hierarquizada, mantendo assim esta relação como parte da estrutura social.

1.2. Gênero e Mundo do Trabalho: Problematizações e Desafios postos à EPT

As mudanças na estrutura social capitalista na segunda metade do Século 20, trouxe uma nova configuração para as ocupações e para o mercado de trabalho. Ao passo que as mulheres conquistaram novos espaços no mundo do trabalho, o capitalismo se organizava em novas formas de acumulação na exploração da classe trabalhadora. Bourdieu (2012) aponta que mesmo com as mudanças na organização do trabalho a divisão social do trabalho baseada nas diferenças entre os

sexos ainda manteve seu simbolismo e suas relações de violência. Mais especificamente, em sua teoria, “na divisão do trabalho de manutenção do capital social e do capital simbólico”, que atribuiu aos homens as atividades públicas, oficiais.

Segundo Cisne (2012), é importante ressaltar que parte do imaginário ainda presente acerca da categorização da atividade laborais por gênero se deve ao entendimento de pensadores como Friedrich Hegel e Augusto Comte, que em suas obras reforçaram a ideologia de natureza inferior da mulher e justificavam sua condição de dominação. Augusto Comte, por exemplo, acreditava em uma inaptidão do sexo feminino para o governo, mesmo da família por estarem “em um estado infantil contínuo”, já Hegel em sua obra “Princípios da filosofia do Direito” defendeu a “vocação natural dos sexos, defendia uma diferenciação natural entre homens e mulheres, caracterizando as mulheres pela ausência de formas de pensamento racionais.

Cisne (2012) afirma que como resultantes deste processo de diferenciação se tem um abalo na própria consciência de classe perante a sociedade capitalista, fato este que   dificultado pela ideologia dominante e pelas relações de aliena o existentes. Para as mulheres, especialmente, além de todas as relações de domina o ideológica que afetam a todos em uma sociedade desigual, ainda são marcadas pela força de uma crença de que são “apolíticas, passivas e submissas”, chegando até mesmo a reproduzirem as relações de domina o.

Em oposi o a esta situa o, a contribui o do feminismo, movimento de correntes teóricas e políticas sobre a igualdade de gênero, passou a consolidar as lutas das mulheres pela conquista de direitos e de representatividade do debate político entre as décadas de 1960 e 1970. Apesar das divergências e críticas sobre o emprego do termo “gênero” para descrever a posi o de subordina o da mulher nas relações sociais, optou-se por adotá-lo neste trabalho por acreditar que esta análise de categoria aborda a diferença social dos sexos, rejeitando o determinismo biológico, compreendendo a rela o de poder que envolve o masculino e o feminino e conservando sua dimensão crítica. Além disso, conforme afirma Cisne (2014), o conceito de gênero   muito mais comum na literatura brasileira que a expressão utilizada nos estudos feministas marxistas, “rela es sociais de sexo”.

Scott (1995) ao discutir sobre o tema em “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” defendeu o conceito de gênero como categoria analítica que se refere às rela es sociais estabelecidas entre os diferentes sexos. O termo gênero incluiu o sexo biológico, mas não   determinado por ele e nem tampouco ele determina a sexualidade. O uso do termo que faremos aqui indicam este caminho de conceitua o de gênero como constru o cultural, baseada na ideia de cria o social dos lugares que seriam adequados para homens e mulheres. Não se

pretende, portanto, ao decidir pelo uso do termo, dissociar-se da política “supostamente ruidosa”, nas palavras de Scott, do feminismo.

Neste sentido, é fundamental, portanto, que se estabeleça uma crítica à ideologia da natureza, que pretende estabelecer características e papéis sociais a partir do sexo biológico. Além disso, é importante que se reconheça a instituição patriarcado enquanto sistema de opressão, dominação, controle e exploração sobre as mulheres, além da apropriação de seus corpos. Patriarcado, na concepção feminista, significa uma formação social em que os homens detém o poder sobre as mulheres (CISNE, 2012).

Para essa mesma autora, baseada na concepção marxista, a construção do patriarcado se consolida associada à produção da propriedade privada. Portanto, a dominação do patriarcado é resultado de um processo histórico de base econômica que decorre, segundo Cisne (2012), de dois interesses (dos homens): 1) a garantia de controle sobre a prole, que significava mais força de trabalho e, portanto, de maior produção de riqueza; e 2) garantir que os filhos seriam seus dava segurança aos homens sobre a perpetuação da propriedade privada por meio de herança.

O patriarcado seria, então, o controle sobre o corpo e a vida das mulheres, que as torna, para Saffioti (2004 *apud* Cisne 2012 p. 74), “objetos de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e novas reprodutoras”. Surge, neste contexto, a necessidade de monogamia feminina, para que fossem garantidos aos homens herdeiros legítimos. Até os dias de hoje, uma mulher que comete adultério é julgada e condenada moralmente, podendo chegar inclusive a receber pena de morte em alguns países, enquanto para os homens tal prática é socialmente legitimada (CISNE, 2012).

Louro (2020), ao falar sobre as identidades sociais e culturais enquanto processos políticos, aponta que “as formas como elas [identidades] se representam ou são representadas, os significados que atribuem às suas experiências e práticas é, sempre, atravessado e marcado por relações de poder”. Com relação ao papel da escola nesse contexto, a mesma autora utiliza o termo “Pedagogia da Sexualidade” ao se referir ao processo de escolarização e disciplinamento dos corpos e que acontece de forma sutil, porém contínua e eficiente.

Conforme relata a autora, ao falar de sua experiência, a escola a ensinou a usar seu corpo de uma determinada forma: “Ali nos ensinavam a sermos dóceis, discretas, gentis, a obedecer, a pedir licença, a pedir desculpas”. O investimento, segundo ela, era maior nas referências e critérios para decidir o quanto cada aluno estava se aproximando ou se afastando da “norma” desejada, e, portanto, na construção das identidades sociais, mais especificamente de gênero e sexual.

A mesma autora chama a atenção para a obrigação de manter um comportamento

"adequado, respeitoso e apropriado, em qualquer lugar, a qualquer momento", e cita o uso do uniforme escolar como forma de controle desse aspecto, especialmente moral, sob a desculpa de ser uma forma de democratizar os trajés de suas estudantes e poupar gastos com roupas:

O uniforme — saia azul peregueada e blusa branca com um laço azul-marinho — era, ao mesmo tempo, cobiçado por ser distintivo da instituição e desvirtuado por pequenas transgressões. A saia, mantida num comprimento "decente" no interior da escola, era suspensa ao sair dali, enrolada na cintura de forma a conseguir um estilo "mini", mais condizente com a moda; o laço descia (do botão mais alto da blusa rente à gola onde deveria estar) alguns centímetros, de forma a proporcionar um decote mais atraente (o número de botões dependia da ousadia de cada uma). Essas subversões, quando descobertas por alguma funcionária ou professora da escola, em qualquer lugar da cidade, eram alvo de repreensões individuais ou coletivas, particulares ou comunicadas aos pais e mães etc. (LOURO, 2020, p. 12)

Louro (2020) defende, portanto, que a sociedade busca, de forma intencional, "fixar uma identidade masculina ou feminina normal e duradoura", tendo a escola uma tarefa muito importante nesse sentido: "de um lado, incentivar a sexualidade "normal" e, de outro, simultaneamente, contê-la". Ou seja, enquanto a escola legitima determinadas identidades, ela reprime e marginaliza outras pela afirmação e pelo silenciamento, respectivamente.

CAPÍTULO 2 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL SOB UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

2.1. História da Educação Profissional e a Questão de Gênero

A história de colonização do Brasil e sua característica escravista influenciou fortemente no estabelecimento das relações sociais e, portanto, na educação e na formação profissional. Para Frigotto (2006), não há como analisar as políticas e experiências educacionais separadas do processo histórico e das práticas sociais. A dualidade estrutural na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), das quais falaremos mais adiante, está vinculada ao capital e à lógica da produção. Mesmo em sociedades que aboliram o regime escravocrata, a propriedade e a lógica da mercadoria pautam a divisão da sociedade.

É importante ressaltar que desde que a escola foi introduzida na colônia brasileira, a educação formal destinava-se apenas aos meninos brancos e da elite. Silva (2004) afirma que a distinção do processo educacional teve início com os jesuítas, que monopolizaram o ensino na colônia, os mestres que ensinavam aos meninos ler, escrever e fazer contas, às meninas era ensinado a costurar e outras prendas domésticas. Poucas mulheres conseguiam ser educadas em conventos (criados no Brasil a partir do Século 17), porém, mesmo neste contexto, o destino das meninas limitava-se a “aprender a ler, escrever e contar, além de coser e bordar, pois isso bastaria para o governo de suas casas no futuro” (SILVA, 2004, p.132)

Com a independência do Brasil, em 1822, apesar do clima de industrialização na Europa, não houve grandes avanços sociais e econômicos. A abolição da escravatura se deu apenas em 1888, pouco antes da Proclamação da República. Para Aranha (2006), durante esse período ainda não havia uma política de educação sistemática apesar da criação de algumas escolas pelo rei D. João VI para formar oficiais do exército e da marinha, engenheiros militares e médicos. A autora chama a atenção para o caráter elitista da monarquia, que não se importava com a educação da maioria da população, predominantemente rural e analfabeta.

Em 1827 foi instituída a lei que determinava a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades e trazia, em seu artigo XI a criação de “escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas” (ARANHA, 2002, p. 222). No entanto, segundo a autora, os resultados desta lei fracassaram e as elites acabavam educando seus filhos em casa, sem vínculo com o estado. Neste período, em 1837, foi fundado o colégio D. Pedro II no Rio de Janeiro sob a jurisdição da Coroa e era destinado a educar a elite intelectual e servir de padrão para outros liceus.

O Colégio D. Pedro II constituiu-se num lugar exclusivamente masculino (ALVES, 2009). De acordo com a autora, a presença feminina na instituição somente efetivou-se no Período Republicano, a partir da década de 1920, apesar de um curto período de exceção. Alves (2009) destaca que em 1885 encontravam-se matriculadas quinze alunas e cinco ouvintes, porém a permanência dessas alunas foi breve:

Através da Decisão nº 58 de 26 de setembro de 1885, o Ministro Ambrósio Leitão da Cunha, o Barão de Mamoré, acatando a sugestão do reitor do Colégio, solicitou que as meninas matriculadas fossem transferidas para qualquer uma das instituições sugeridas pelo dirigente do Imperial Collegio. Como justificativa, utilizou a falta de verba para despesas com inspetoras de alunas: “Tendo resolvido que, por não estar contemplada na Lei do orçamento, cesse imediatamente a despesa autorizada em 16 de Julho findo com uma inspectora de alumnas do Externato do Imperial Collegio de Pedro II”[...]Destinando-se o Imperial Collegio de Pedro II sómente ao ensino das pessoas do sexo masculino, declaro por esta ocasião a Vm. que não devem mais ser alli admitidas as do sexo feminino (ALVES, 2009, p. 03)

Em 1817, sob inspiração das ideias iluministas, foram fundados os primeiros colégios para as meninas filhas de senhores de engenho e da elite urbana (ARANHA, 2006). As escolas normais, destinadas à formação de professores, que passaram a surgir a partir de 1835, de início atendiam apenas rapazes. A primeira escola normal de São Paulo, 30 anos depois de fundada, passou a oferecer uma seção para as mulheres pois, segundo Aranha (2006), o magistério era umas das poucas profissões que permitiam a conciliação com as obrigações domésticas.

No Período Imperial, as mulheres viviam com pequena possibilidade de instrução. Se dedicavam sobretudo “às prendas domésticas, à aprendizagem de boas maneiras e à formação moral e religiosa” (ARANHA, 2006, p. 229). Mesmo com a Lei de 1827 determinando aulas regulares para as meninas, a educação tinha como objetivo “preparar para funções maternas” e as aulas deveriam ser ministradas por “senhoras honestas e prudentes”. Além disso, ficavam excluídas do acesso aos cursos superiores, pois os exames eram aplicados pelo Colégio D. Pedro II que, como visto, era destinado ao público masculino.

Segundo Aranha (2006), durante a fase pré-republicana, a educação feminina começa a despertar maior interesse entre os setores mais progressistas, que defendiam oferecer às mulheres os estudos que antes só os homens tinham acesso. Apesar disso, para a parcela da população conservadora, educar as mulheres colocaria em risco o sistema patriarcal e por conseguinte a família. Os argumentos dos conservadores pouco se distinguem daqueles em voga na Idade Média: natureza inferior da mulher, baixa capacidade intelectual e o invariável destino doméstico.

No período que compreende a Primeira República e logo após a Primeira Guerra Mundial

(1914 – 1918) tivemos o início de importantes mudanças no perfil econômico agrário exportador brasileiro, com a maior participação do setor industrial na economia brasileira. Importantes mudanças no imaginário social também foram registradas neste período, como a Semana de Arte Moderna realizada pelos modernistas que nitidamente veio a se somar com outras críticas existentes à velha ordem social e política (REIS E MARTINEZ, 2012).

Com esta nova configuração socioeconômica o Brasil passa a ter um perfil mais urbano, sendo que estas mudanças tiveram um impacto direto no processo de escolarização brasileira. O discurso de modernização na economia envolvia diretamente a necessidade de escolarizar a população, ainda que se tratasse de uma modernização excludente, pois mantinha as desigualdades de acesso à escola atendendo sobretudo a camada urbana da população brasileira (REIS E MARTINEZ, 2012).

Para as autoras, a finalidade de superação dos atrasos de um Brasil colonial por meio da formação profissional e de mão-de-obra perpassa pela intenção de civilizar as camadas populares com noções de moral, bons costumes, higiene e cultura e de manter a ordem. Há, no Brasil, portanto, um marcante histórico de educação feminina para o serviço doméstico e a vida familiar.

No que tange à educação profissional, as primeiras Escolas Profissionalizantes como projeto do então presidente Nilo Peçanha, surgiram para atender ao público masculino. Estas escolas eram gratuitas e foram direcionadas para as capitais de cada Estado brasileiro, exceto Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. As escolas profissionalizantes surgiram como a denominação de Escolas de Aprendizes e Artífices (EAAs) através do Decreto nº 7.566, de 23 de novembro de 1909, destinadas a atender apenas meninos com idade de 10 a 13 anos.

Segundo Reis e Martinez (2012), “as iniciativas referentes à educação profissional feminina aconteceram posteriormente e a cargo dos Estados e do Distrito Federal”, ainda que tivessem como objetivo formar moças prendadas e para o lar e para o trabalho externo ao apenas em caso de extrema necessidade. No caso da EAA situada em Campos dos Campos dos Goytacazes, esta passou a oferecer cursos de formação profissional em 23 de janeiro de 1910 com cursos de alfaiataria, marcenaria, tornearia, sapataria e eletricidade.

Aranha (2006) afirma que de forma concorrencial e inspiradas nas ideias socialistas e anarquistas, que influenciaram na formação de sindicatos e de grupos de defesa de trabalhadores, no início da República surgiram as “escolas operárias” em quase todos os estados brasileiros. Apesar do seu caráter progressista esta experiência escolar foi rechaçada e passou a ser perseguida pelo aparato policial do Estado brasileiro e foram fechadas sob a acusação de propagar “ideologia exótica” e “perturbação da ordem”. É importante destacar o caráter inovador desta experiência,

pois nela foi introduzido o ensino misto entre gênero e classe sociais, se afastando, sobretudo, da forte influência que os setores religiosos tinham sobre a educação, promovendo assim uma educação com compromisso em politizar os filhos da classe trabalhadora.

Durante as décadas de 1920 e 1930, o movimento para a democratização escolar ganhou força especialmente com o surgimento do movimento da Escola Nova. Este movimento, apesar de um manifesto viés liberal, muitas das vezes foi associado ao ateísmo e aos comunistas, apesar de não questionarem o capitalismo como tal - que tinham a esperança de democratizar e transformar a sociedade por meio da escola. Tinham como objetivo reagir ao academicismo e propor uma escola não dualista, obrigatória e gratuita. Tais planos pretendiam recuperar o atraso brasileiro, porém o escolanovismo ocupava-se mais das técnicas e desviava do debate da universalização da educação popular (ARANHA, 2006).

Por outro lado, Reis e Martinez (2012) registram a criação de escolas profissionalizantes, inclusive femininas, durante a década de 1920. Entre estas escolas, destaca-se a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, em Campos dos Goytacazes, fundada em 1922. Esta escola profissionalizante pública e gratuita se organizava em regime de externato que ensinava artes e ofícios, organizada da seguinte forma:

Um currículo de três anos, compreendido por uma parte denominada Curso Geral (com disciplinas de português, aritmética, geografia, história pátria, física, química, higiene, economia doméstica e outras) e outra denominada curso técnico (com oficinas de costura, bordados e rendas, chapéus e cozinha) (REIS E MARTINEZ, 2012, p.36)

Segundo Aranha (2006), as mudanças socioeconômicas vivenciadas neste contexto, onde as conservadoras que representavam aliadas à aristocracia rural sofreram um duro golpe com a Revolução de 1930, que teve um amplo apoio por diferentes grupos de segmentos sociais e econômicos à liderança Getúlio Vargas. Contudo, após a sua chegada ao poder, Vargas diminuiu a força e a fecundidade dos debates progressistas e aprofundou o seu caráter autoritário com o golpe do Estado Novo em 1937 a 1945. Mesmo assim, é importante ressaltar que neste período o Brasil vivenciou um grande surto industrial, que sob o forte controle do Estado conseguiu instalar um parque industrial nacional, fortalecendo, assim, a produção e o consumo de bens produzidos internamente no país.

De 1942 a 1946, durante a plena vigência do Estado Novo, são empreendidas reformas no ensino pelo então ministro Gustavo Capanema, regulamentadas por decretos-leis e chamados de Leis Orgânicas do Ensino:

A legislação do período estabelece uma nova organização do sistema educacional brasileiro, que passou a ser constituído pelo ensino primário, com quatro a cinco anos de duração; ensino médio, com três anos de duração e organizado em cinco ramos: secundário, agrícola, comercial, normal e industrial; finalmente, compunha esse sistema o ensino superior, com delimitações de acesso de acordo com o ramo de ensino médio frequentado pelos candidatos (MACHADO, 2012, p. 102)

A Reforma Capanema, como foi chamada a promulgação destas leis, trouxeram amplas mudanças no ensino profissional, criando as duas grandes redes de ensino que eram voltadas para o trabalho na indústria: o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), administrado pelas indústrias; e a rede de Escolas Técnicas Federais que substituem as EAAs, administradas pelo Ministério da Educação (GOMES, 2017).

Machado (2012) observa que as assimetrias de gênero se mantiveram fortes na organização do ensino profissional. Neste modelo, as práticas educativas abarcavam “educação pré-militar para os alunos e educação doméstica para as alunas”, delimitando o espaço das mulheres nas escolas por meio da organização curricular. Além disso, o Decreto n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, estabelece em seu Art.5º, item 5, que “o direito de ingressar nos cursos industriais é igual para homens e mulheres. A estas, porém, não se permitirá, nos estabelecimentos de ensino industrial, trabalho que sob o ponto de vista da saúde, não lhes seja adequado”. Schwartzman, Bomeny e Costa (2000) afirmam que esta relação não circunscrita ao arcabouço legal, mas, sobretudo nas pedagógicas e cotidianas da escola:

Os textos destinados de preferência à atenção das meninas devem encarecer as virtudes próprias da mulher, a sua missão de esposa, de mãe, de filhas, de irmã, de educadora, o seu reinado no lar e o seu papel na escola, a sua ação nas obras sociais de caridade, o cultivo daquelas qualidades com que ela deve cooperar com o outro sexo na construção da pátria e na ligação harmônica do sentimento da pátria com o sentimento da fraternidade universal. Os excertos que visarem à educação das crianças do sexo masculino procurarão enaltecer aquela têmpera de caráter, a força de vontade, a coragem, a compreensão do dever, que fazem os grandes homens de ação, os heróis da vida civil e militar, e esses outros elementos, mais obscuros, porém não menos úteis à sociedade e à nação, que são os bons chefes de família e os homens de trabalho, justos e de bem. (SCHWARTZMAN, BOMENY E COSTA, 2000, p. 125).

As instituições de educação profissional, por conseguinte, contribuiram para as assimetrias de poder entre homens e mulheres sob o pretexto de preocupação com a saúde das mulheres e sua natureza frágil, delimitando o tipo de formação à qual teriam acesso, o que ratifica e evidencia o caráter sexuado das condições de inserção da mulher no ensino profissional, e, por consequência, a

divisão sexual do trabalho (MACHADO, 2012).

A Lei Orgânica regulamentou também o curso de formação de professores/as, chamados cursos pedagógicos, centralizando as diretrizes para o funcionamento dos cursos normais. Estas escolas, com o tempo, se tornariam “reduto das moças em busca da profissão feminina” (ARANHA, 2006, p.307). Parece consenso que as escolas profissionais femininas atendessem mulheres mais pobres, cujo trabalho remunerado na indústria, docência e comércio constituíam importante fonte de complementação de renda das famílias de classes mais baixas, muito embora não seja possível afirmar que moças mais ricas não frequentassem as mesmas escolas. Assemelha-se à situação das escolas profissionais masculinas, que, durante muito tempo, tiveram um caráter assistencialista e de controle social:

As EAAs representavam um papel estratégico no esforço de controle social das classes proletárias, de disciplinarização e definição do papel do menor. Era também uma instituição difusora dos valores republicanos, especialmente da ética do trabalho. Procurava atuar como consolidadora da nacionalidade através do trabalho produtivo, formador das riquezas da nação e da integração dos elementos potenciais de desordem social, os menores desvalidos e os estrangeiros, devidamente docilizados (QUELUZ 2000 apud GOMES, 2017, p. 42)

No período da República Populista, situado entre a destituição de Getúlio Vargas do governo em 1945 até o golpe militar de 1964, o contexto era de hipervalorização cultural e econômica dos Estados Unidos com a entrada de capital internacional e instalação de multinacionais do Brasil (ARANHA, 2006). Este fato possibilitou que os interesses estrangeiros passassem a influenciar fortemente os rumos políticos, econômicos, sociais, e, por consequência, educacionais do país. É neste período, no ano de 1948, que se iniciam as discussões da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Este movimento se dá logo após a Constituição de 1946, que redemocratizou o país e defendeu a educação como direito de todos. As discussões da LDB envolveram escolanovistas³ e grupos católicos, o que gerou grandes embates: por um lado, estavam os que defendiam a escola privada, como empresários e Igreja Católica. Por outro, havia intelectuais defensores da escola pública como Anísio Teixeira, Florestan Fernandez, Fernando de Azevedo. Este último movimento resultou no “Manifesto dos Educadores Mais Uma Vez Convocados” (1959), assinado por Fernando de Azevedo e mais 164 personalidades de destaque no cenário cultural brasileiro.

³ O Movimento da Escola nova foi resultado da tentativa de superar a escola tradicional voltada para a memorização dos conteúdos. Refletia a necessidade da escola acompanhar o mundo em constante transformação após a Revolução Industrial tendo em vista a formação global do aluno. A maior contribuição do escolanovismo foi o enriquecimento das discussões dos métodos pedagógicos (Aranha, 2006)

Por este motivo, a lei só foi promulgada em 1961.

Com relação às mulheres havia um clima de conflito, “pois ao mesmo tempo em que eram chamadas a participar dessa sociedade que, em vários aspectos, se reinventava, elas também eram pressionadas a permanecer no espaço privado, ocupando-se com os cuidados do lar e da família” (OSTOS, 2012, p.325).

A LDB de 1961 (Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961) basicamente mantém a organização da Reforma Capanema, incluindo a possibilidade de aproveitamento de estudos entre o ensino técnico e o acadêmico e facilitar a expansão do ensino privado – o que entrega o espírito conciliador da LDB entre as forças hegemônicas da época. Na Educação Profissional, era ofertado ensino médio de grau técnico nas áreas industrial, agrícola e comercial, além de trazer um capítulo reservado ao ensino normal para a formação de professores.

Para Marchelli (2014), “a escola continuou a ser restrita e excludente, mas no âmbito da ideologia de progresso e prosperidade dominante ela se uniria à fábrica para ajudar na realização do projeto político dos governos populistas que se sucederam de 1930 a 1964.” Segundo o autor, nas entrelinhas do texto é possível identificar elementos de massificação dos métodos didáticos preparando um “quadro de trabalhadores especialistas e alienados de toda espécie, necessários para a manutenção da sociedade de consumo e do sistema internacional de divisão do trabalho que houvera se instalado na ordem econômica mundial no período do pós-guerra” (p.189).

No período da ditadura militar (1964 a 1985) esteve em vigor no Brasil um estado de medo e de ausência de estado de direito, o que provocou um prejuízo enorme na política, economia, cultura e educação. A proposta econômica de aproveitamento do capital estrangeiro e a concentração de renda submeteram os trabalhadores ao arrocho salarial e à desigualdade social enquanto a população perdia o poder de participação e crítica por meio de violência, prisões políticas, torturas, proibição do direito de greve (ARANHA, 2006).

Então, cresce neste período a tendência tecnicista⁴ na educação, aplicando na escola o modelo empresarial baseado na “racionalização” das técnicas e no trabalho não reflexivo. A escola estaria subordinada às exigências da sociedade industrial de modo a economizar tempo, esforços e custos, características próprias do capitalismo. “Em outras palavras, para inserir o Brasil no sistema do capitalismo internacional, seria preciso tratar a educação como *capital humano*. Investir em educação significaria possibilitar o crescimento econômico” (ARANHA,

4 Tendência Tecnicista tem fortes influências nas teorias positivistas e da psicologia americana *behaviorista*. Baseia-se no condicionamento, treinamento e controle do comportamento. Reforça a dualidade trabalho manual x trabalho intelectual ao conceber que produzir conhecimento é função de especialistas, enquanto a da escola é de repassá-lo. O foco é no “aprender a fazer”, eliminando interferências subjetivas que possam atrapalhar a eficiência do processo (Saviani, 1986).

2006, p.315, grifo da autora).

Mesmo em um cenário de opressão e silenciamento das forças e vozes opositoras ao regime, o movimento feminista ganha força no Brasil frente às lutas de resistência, ainda que os homens representassem o centro de poder. Na Educação Profissional, além das áreas de profissionalização já propostas na LDB de 1961 (industrial, agrícola e comercial) foi acrescentada por meio da Lei n. 5.692/71 a “educação para o lar”, “herança extemporânea da “economia doméstica” das escolas agrotécnicas, que convergia com o tradicionalismo familiar ainda resistente no país” (CUNHA, 2014, p. 916).

A Reforma do 1º e 2º graus de 1971, Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 durante o governo Médici, ampliava, na teoria, a obrigatoriedade escolar de quatro para oito anos, aglutinando o primário com o ginásial. Essa tentativa da criação de uma escola única profissionalizante extinguiu a separação entre a escola secundária e técnica. As disciplinas de Filosofia e Sociologia foram subtraídas do currículo e as disciplinas História e Geografia são aglutinadas, passando a constituir os Estudos Sociais. São extintas as escolas normais, sendo a “habilitação magistério” incluída em uma lista de 130 habilitações para o 2º grau, o que leva à perda da identidade dessas escolas (ARANHA, 2006).

No período de transição democrática, a partir da década de 1980, a sociedade civil organizada, a classe política e os movimentos estudantis buscavam recuperar os atrasos impostos pela ditadura militar. Neste sentido, a Constituição de 1988 foi promulgada, trazendo diversas inovações na relação entre o Estado e a promoção de Políticas Públicas. Contudo, foi apenas em 1996 que as políticas educacionais experimentaram importantes mudanças, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996, ou Lei Darcy Ribeiro) reorganizou praticamente todo o sistema de ensino brasileiro. Embora tenha sido um marco na educação brasileira, a LDB de 1996 sofreu diversas críticas por não garantir a democratização do ensino e por delegar ao setor privado parte das obrigações estatais (ARANHA, 2006).

O caráter neoliberalizante da LDB ficou evidenciado também no Decreto nº 2.208/1997, no governo de Fernando Henrique Cardoso, que estabeleceu uma reforma da Educação Profissional, o Decreto traz em seu bojo a dissociação obrigatória entre ensino técnico e o ensino puramente propedêutico. Segundo Aranha (2006), ao não vincular a Educação Profissional à escola regular permitiu que as Escolas Técnicas fossem criadas em grandes quantidades com perfil de atendimento às demandas do mercado de trabalho. Deste modo, o ensino técnico passou a ser ofertado sob duas formas: concomitante ao ensino médio ou subsequente, deixando a integração de lado (MOURA, 2007).

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva com a Lei nº 11.892/2008 fica instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e são criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Em seu Art. 2º decide que os Institutos Federais são instituições especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica, seja em educação superior, básica e profissional.

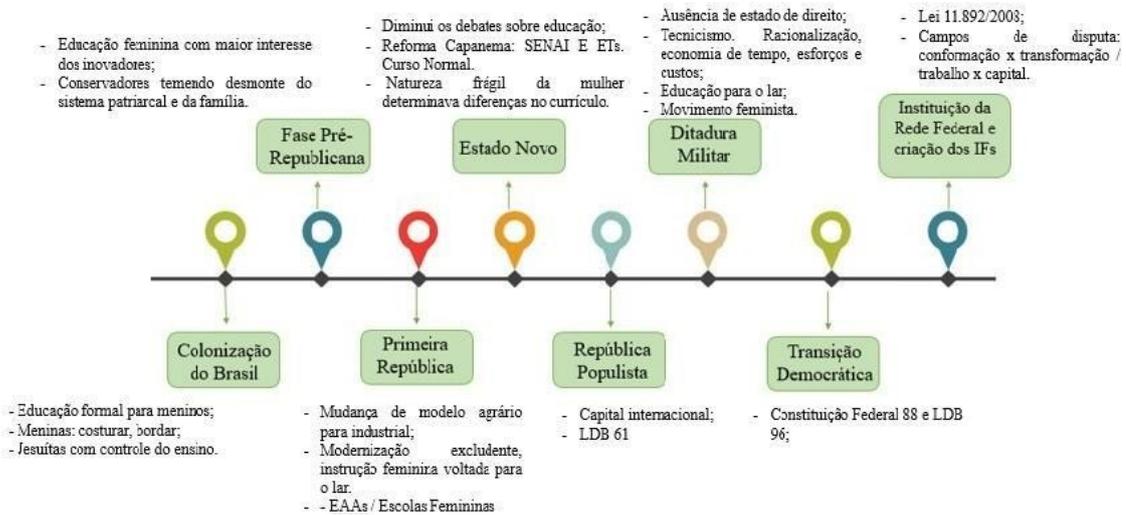
Em seu Art. 7º descreve os objetivos dos Institutos Federais, entre eles ministrar educação profissional técnica de nível médio, cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, realizar pesquisas aplicadas, desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão e ministrar cursos de educação superior.

Teóricos como Saviani (2007), Moura (2007), Ramos (2008), Ciavatta (2005), Araújo (2010), Nosella (2007), Frigotto (2006), defendem que apesar dos avanços vivenciados na última década, ainda persiste uma forte dualidade na Educação Profissional brasileira que acaba impactando de maneira generalizada o processo educacional e a sociedade brasileira. Segundo Araújo e Rodrigues (2010) a educação em geral e a Educação Profissional “constituem campos de disputa em que predominam abordagens de dois tipos: aquelas que buscam a conformação dos homens [*e das mulheres*] à realidade dada e outras que buscam a transformação social”.

A partir destas constatações é possível verificar a existência de dois projetos de educação profissional em curso no Brasil. O primeiro baseado em uma pedagogia focada no trabalho, com integração do caráter propedêutico à formação profissional, normalmente destinada às elites, e o segundo (2) uma pedagogia focada no capital, de caráter apenas instrumental e de preparação para o mercado e normalmente voltada para as classes trabalhadoras (ARAÚJO E RODRIGUES, 2010; SAVIANI, 2007; NOSELLA, 2007; CIAVATTA, 2005).

Além dos dualismos estruturais próprios da Educação Profissional cuja superação pode se dar por uma proposta de integração do Ensino Médio, educação politécnica e algumas propostas de organização curricular para a EPT, sobre as quais não nos aprofundaremos aqui, é urgente superar as dualidades também de gênero, foco desta pesquisa, ao concluir que em todas as épocas a escola foi seletiva e excludente para as mulheres.

Figura 1 – Linha do tempo da EPT



Fonte: Elaboração própria

A figura 1 apresenta uma linha do tempo com os períodos descritos neste capítulo, assim como as principais características de cada um deles, desde a colonização do Brasil até a criação dos Institutos Federais. A fase da colonização foi marcada pelo controle dos Jesuítas no ensino, sendo a educação formal destinada aos meninos enquanto às meninas ficava reservado o ensino de tarefas como costura e bordado. Durante o período Imperial, a fase Pré-Republicana e a Primeira República, passando pelo Estado Novo até a Ditadura Militar, é possível observar que, apesar de alguns avanços nestes períodos, a instrução feminina permanecia voltada para o lar e para a preparação para uma vida privada.

2.2. Separação do Masculino-Feminino nos Diferentes Cursos e Profissões

A “*classe trabalhadora tem dois sexos*”. Esta afirmação, inspirada em Souza-Lobo (2011)⁵, parte da observação de que as mulheres, em sua maioria, se encontram alocadas em postos de trabalho mais precarizados e na informalidade. Cisne (2014) afirma que a desigualdade entre homens e mulheres de uma mesma classe possui diversas dimensões, partindo da jornada mais intensa de trabalho, passando pela desvalorização do trabalho doméstico e chegando na pior remuneração das mulheres em relação aos homens. Para Souza-Lobo (2011), negar a dimensão do sexo no trabalho é negar a realidade em que vive a classe trabalhadora, em especial a das mulheres, em sua relação com o capital. Assim, segundo a mesma autora, não existem relações de

5 SOUZA-LOBO, Elisabeth. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

trabalho neutras.

Segundo Cisne (2014), é preciso deixar claro que a apreciação da categoria da mulher no mundo do trabalho não é, portanto, uma questão de ordem gramatical ou linguística, mas sim de afirmação de uma exploração muito mais clara que a dos homens trabalhadores, e que isso atende absolutamente aos interesses dominantes. A classe, portanto, não é homogênea: tem raça, etnia e gênero.

Apesar das diferenças entre as ocupações destinadas aos gêneros terem sido tangenciado por teóricos da sociologia e antropologia anteriormente, o termo Divisão Sexual do Trabalho ganha força e expressividade na França no início dos anos de 1970 a partir do impulso dos movimentos feministas que buscavam não apenas para denunciar as desigualdades, mas para repensar o trabalho. Para Hirata e Kergoat (2007), Divisão Sexual do Trabalho é a forma de divisão do trabalho social que decorre das relações entre os sexos, se constituindo, ainda, como um fator prioritário para a sobrevivência dessa relação. Para estas autoras, a divisão sexual do trabalho se organiza em dois princípios: o de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o hierárquico (o trabalho do homem vale mais, ou é mais importante, que o trabalho da mulher).

A origem da Divisão Sexual do Trabalho vem da divisão entre a esfera pública e a privada, sendo que os homens sempre pertenceram ao domínio público, pois era quem trabalhava “fora” e desempenhava o papel de provedor da família, enquanto as mulheres ficavam restritas ao domínio privado, cuidando do lar e dos filhos. Durante muito tempo, houve o entendimento de que a delimitação desses espaços era um destino natural - ou uma fatalidade biológica - baseado em estereótipos que associam características dos sexos como determinismos biológicos ao tipo de trabalho.

Assim, para Hirata (1995) a masculinidade ou virilidade sempre foi associada ao trabalho pesado, sujo, insalubre, perigoso e racional, enquanto a feminilidade foi associada ao trabalho leve, fácil, limpo, que exige paciência, minúcia, cuidado e sentimentalismo. As atividades reservadas aos homens eram aquelas que geram retornos econômicos, o trabalho remunerado, produtivo, e, portanto, de prestígio; às mulheres restava o trabalho doméstico, reprodutivo, de menor importância e qualidade, não remunerados e de pouco valor social.

Cabe destacar que o conceito de trabalho neste contexto é aquele defendido no capitalismo: Um trabalho subordinado aos interesses do mercado, que gera mais-valia⁶, cujas regras se aplicam

⁶ Expressão criada por Karl Marx, faz parte dos trabalhos sobre organização social na perspectiva do Materialismo Histórico. Pode ser definida como a produção que excede o necessário para o pagamento do salário do trabalhador no capitalismo sendo este, na teoria marxista, um dos principais fatores de desigualdade social.

à produção econômica, motivo pelo qual as mulheres são colocadas em posição de desvantagem justamente por recair sobre elas a obrigação das atividades domésticas que ainda hoje limitam seu desenvolvimento profissional. Dessa forma, as implicações desse contexto são muitas vezes carreiras descontínuas, salários mais baixos que os dos homens e empregos de menor qualidade (BRUSCHINI, 2006).

Para Hirata e Kergoat (2007), a Divisão Sexual do Trabalho pode se apresentar de quatro maneiras distintas: (1) tradicional, com mulheres cuidadoras e homens provedores; (2) de conciliação, onde as mulheres buscam conciliar suas atividades profissionais com as atividades domésticas e familiares, ainda que haja uma natureza de conflito e tensão na simultaneidade destas obrigações; (3) de parceria, onde as mulheres e homens compartilham igualmente os cuidados com a família e os cuidados domésticos, o que raramente acontece ao observar os dados estatísticos de compartilhamento de tarefas entre homens e mulheres, e (4) de delegação, onde as mulheres delegam a outras mulheres suas atividades domésticas e de cuidado com os filhos.

As autoras apontam a ocorrência dos quatro tipos, muito embora elas possam incidir em intensidades diferentes. Por exemplo, a forma de conciliação tem tomado mais espaço em relação à forma tradicional pelo fato de as mulheres estarem trabalhando mais fora de casa, enquanto o modelo de delegação só é possível para mulheres de classe média e alta. Às mulheres pobres, maior parte da população brasileira, não é possível o pagamento pelo serviço doméstico e de cuidados com os filhos onde incluiriam as faxineiras, empregadas domésticas, babás e cuidadoras.

De fato, a participação das mulheres no mundo do trabalho vem aumentando a partir dos anos de 1970, no entanto essa inserção é marcada por progressos e atrasos. Para Bruschini (2007), se por um lado há conquista de bons empregos, carreiras e profissões de prestígio e cargos de gerência e diretoria por parte de mulheres escolarizadas, por outro, o predomínio do trabalho feminino em atividades precárias e informais. Além disso, segundo a mesma autora, permanecem sob responsabilidade das mulheres as atividades domésticas e os cuidados com os filhos.

Apesar da necessidade de superar o pensamento que mães trabalhadoras precisam das crianças em tempo integral em creches e da importância de políticas públicas para mães que trabalham e para a garantia de direitos das crianças, Souza e Guedes (2016) lembram de fatores importantes na dificuldade de consolidação da mulher nos espaços produtivos, especialmente de mulheres pobres: não existem, no Brasil, instituições públicas como creches que possam dar conta de atender todas as crianças desde a tenra idade e nem escolas de tempo integral gratuitas que possam cuidar e promover educação para crianças de todas as faixas etárias enquanto as mães cumprem sua jornada de trabalho. Segundo o mesmo estudo, apenas 14% das crianças de 0 a 3

anos, de famílias do primeiro decil⁷ de renda, receberam cuidados formais, por meio de creches⁸, no ano de 2014 no Brasil.

Ou seja, além dessas mulheres estarem ocupadas economicamente, ainda estão sobrecarregadas com atividades que deveriam ser compartilhadas por todos, incluindo o Estado - que utiliza o trabalho doméstico e familiar feminino para suprir a falta de políticas sociais e a oferta de serviços (SOUZA E GUEDES, 2016 p.128 *apud* FONTOURA et al., 2010) – e os homens. Sorj (2004) demonstra que os homens se envolvem em atividades que tem interseção entre espaço público e privado, como levar os filhos ao médico ou ir ao supermercado, em oposição às atividades manuais ou rotineiras: limpar a casa ou lavar a roupa. Fica evidente, portanto, a pouca ou nenhuma mudança das relações desiguais dentro e fora do lar.

Neste contexto, se estabelece na classe trabalhadora uma hierarquia de desigualdade social, que segue: homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras. Dados do IBGE (2009) demonstram que não houve melhoria expressiva de 2003 para 2009 nos rendimentos das mulheres com relação aos dos homens. A mesma pesquisa demonstra também que mulheres negras ganhavam 36,5% dos homens brancos e eram, 48,4% das mulheres ocupadas em situações precárias, enquanto mulheres brancas eram 34,3%.

Dados mais recentes apontam que em relação aos rendimentos médios do trabalho, as mulheres seguem recebendo cerca de $\frac{3}{4}$ do que os homens recebem. “Os resultados desagregados por nível de instrução apontam que o diferencial de rendimentos é mais elevado na categoria ensino superior completo ou mais, em que as mulheres receberam 63,4% do que os homens, em 2016” (IBGE, 2019).

Estas transformações no perfil da População Economicamente Ativa (PEA) são influenciadas pela mudança dos padrões culturais, mesmo que a passos lentos sobre o papel social da mulher. São influenciadas também pelo aumento da escolaridade da mulher e pelo ingresso nas universidades. Antunes (1999) aponta que:

As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde *os homens e as mulheres são, desde a infância e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho*. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão

7 Cada decil representa 1/10 de uma amostra ou população. Sendo que o 1º decil é o ponto de corte para 10% dos dados mais baixos daquela variável.

8 A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 13.306/2016) asseguram o direito de atendimento em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 5 anos de idade. É dever dos municípios ofertar Educação Infantil (creches e pré-escolas) de acordo com o art. 11, V, da LDB.

sexual do trabalho (ANTUNES, 1999, p. 109, grifo nosso)

Bruschini (2007) afirma que no ensino profissional, especialmente no ensino técnico, as taxas de conclusão das mulheres são bastante elevadas nas áreas de serviço, sobretudo na Saúde e nas Artes. A autora continua apontando uma tendência de consolidação destas escolhas (no ensino técnico) para o ensino superior e depois, no mercado de trabalho, no qual “as mulheres predominam no setor de Serviços”. Dados do Censo da Educação Superior de 2005 confirmam que as escolhas das mulheres continuam a recair sobre áreas tradicionalmente femininas: Educação (81%); Saúde e Bem-Estar Social (74%); Humanidades e Artes (65%). Por outro lado, a mesma pesquisa revela que a parcela feminina em “guetos” masculinos nas universidades, como engenharia, produção e construção aumentou de 26% para 30% no período de 1999 a 2005. Nesse sentido, mulheres instruídas passam a exercer, além de magistério e enfermagem, campos profissionais de prestígio, como a medicina, a advocacia, a arquitetura e a engenharia, habitual reduto masculino (BRUSCHINI, 2007).

Rosemberg (2001) corrobora com estes dados ao afirmar que o Brasil naquele ano apresentava situação semelhante à de países desenvolvidos, tendo por um lado melhor progressão das mulheres na escola, mas associada a uma persistente separação de masculino-feminino entre os ramos do ensino. Na pesquisa, ela dá o exemplo da educação, setor que detinha mais de 80% da força de trabalho feminina. E aponta:

São bem poucas as pesquisas recentes [...] contribuindo para a compreensão dessas tendências da educação formal de homens e mulheres: uma tendência menos intensa ao maior êxito de mulheres no sistema de ensino; a permanência de carreiras fortemente guetizadas; a desvalorização da função do magistério, especialmente, no ensino básico, atividade exercida quase que exclusivamente por mulheres; a manutenção de práticas sexistas na escola; a discriminação salarial das mulheres associada a sua melhor qualificação educacional. (ROSEMBERG, 2001, p.526)

O Brasil vem, portanto, aumentando as taxas de participação das mulheres na educação – ainda que exista um recorte importante de raça nas estatísticas - porém como defende Rosemberg (2011), “o modelo linear de dominação de gênero obscurece esse triunfalismo” ao afirmar que os indicadores sociais das mulheres são sempre inferiores aos dos homens, mantendo o acesso das mulheres à escola e ao mundo do trabalho balizados pelos parâmetros estabelecidos pela desigualdade de gênero.

Hirata aponta que as dificuldades de inserção, tanto no mundo do trabalho quanto na formação profissional, tem apontado para as questões de gênero no Brasil. Estudos têm apontado

que as populações com maior dificuldade de receber formação profissional adequada são adultos, mulheres idosas de baixa escolaridade, mulheres jovens e mulheres não qualificadas. Dados do IBGE (2010) mostram que apesar de a população adulta feminina ter maior nível de instrução que a masculina, os resultados no mercado de trabalho não favorecem as mulheres.

As Estatísticas de Gênero do Censo de 2010 mostram que as áreas gerais de formação nas quais as mulheres de 25 anos ou mais de idade estão em maior proporção (“Educação” - 83,0% e “Humanidades e Artes” - 74,2%), são justamente aquelas que registram os menores rendimentos médios mensais entre as pessoas ocupadas. Os dados mostram, ainda, que áreas como “Engenharia, Produção e Construção” e “Agricultura e Veterinária” apresentam uma proporção de formação de mulheres de 21,9% e 27,4%, respectivamente. Além disso, o rendimento feminino não se iguala ao masculino em nenhuma das áreas gerais.

CAPÍTULO 3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, são descritos os procedimentos metodológicos para que se atinja o objetivo geral da pesquisa: Investigar que mecanismos no contexto da EPT contribuem para a manutenção de assimetrias de gênero, com separação masculino-feminino entre diferentes áreas/cursos, buscando ainda verificar se existe a superação de condições históricas de padrão sexuado de carreiras escolares e profissionais e da delimitação, mesmo que simbólica, dos espaços destinados às mulheres.

3.1. Caracterização e Etapas da Pesquisa

Quanto aos procedimentos metodológicos empregados nesta pesquisa, optou-se, devido à natureza, pela coleta e análise de dados do objeto qualitativos e quantitativos. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009) a pesquisa qualitativa está relacionada à análise de aspectos da realidade que não podem ser quantificados, buscando a compreensão e a explicação da dinâmica das relações sociais. Neste método, os pesquisadores buscam explicar o porquê das coisas, “não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não- métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens” (p.32). Por outro lado, o uso de dados quantitativos aborda o objeto de uma maneira descritiva através de ponderações numéricas, dando ao escopo da pesquisa e um “retrato” da população alvo da pesquisa. Segundo defendem Gerhardt e Silveira (2009) “tanto a pesquisa quantitativa quanto a pesquisa qualitativa apresentam diferenças com pontos fracos e fortes. Contudo, os elementos fortes de um complementam as fraquezas do outro, fundamentais ao maior desenvolvimento da Ciência” (p.34).

Devido a uma série de condicionantes sociais, sobretudo aos tabus impostos às relações entre masculino e feminino no ambiente escolar, a presente pesquisa parte de uma análise exploratória- explicativa quanto aos resultados dos objetivos explicitados anteriormente nesta dissertação, observando os fenômenos e suas causas e fazendo uma análise do impacto das evidências encontradas durante a pesquisa na vida dos estudantes envolvidos. É importante ressaltar que as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e contribuir para o aprimoramento e inovação de conceitos e ideias. Um segundo aspecto das pesquisas exploratórias têm por objetivo a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos

posteriores, tendo como objetivo proporcionar uma visão geral e aproximativa de um determinado fenômeno. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis (GIL, 2008, p. 27).

Já a pesquisa explicativa, ainda de acordo com Gil (2008) tem como preocupação principal “identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas” (p. 28)

A pesquisa foi dividida em quatro etapas: 1) Revisão de literatura sobre gênero, história da EPT e Divisão Sexual do Trabalho; 2) Definição dos cursos técnicos enquanto campo de pesquisa nos *campi* e elaboração e aplicação dos instrumentos de pesquisa a partir dos objetivos específicos; 3) Planejamento e elaboração da cartilha enquanto produto educacional; e 4) Análise e discussão dos dados produzidos no desenvolvimento da pesquisa.

3.2. Campo de Estudo e Sujeitos da Pesquisa

Para o desenvolvimento e execução desta pesquisa foram escolhidos dois *campi* do Instituto Federal Fluminense: *campus* Campos-Centro e *campus* Bom Jesus do Itabapoana (Figura 2). Os pressupostos que levaram a escolha destes *campi* estão diretamente relacionados à observação de uma grande diferença no número de matrículas entre homens e mulheres em alguns de seus cursos técnicos integrados, além de ser identificada oferta de cursos de áreas historicamente ocupadas por pessoas do gênero masculino.

Figura 2 - IFFluminense e seu território



Fonte: Portal do IFF. Destaques nossos.

O *campus* Campos-Centro (Figura 3) é o mais antigo do IFFluminense, tendo sido criado em 1909 como uma Escola de Aprendizes e Artífices entrando em funcionamento com cinco cursos: alfaiataria, marcenaria, tornearia, sapataria e eletricidade. Este *campus* passou a oferecer apenas cursos técnicos e não mais as oficinas em 1974, e a partir de 2005 cursos superiores. É o maior *campus* do Instituto, com 7.491 alunos (IFF em Números¹²).

Figura 3 - *Campus* Campos-Centro IFF



Fonte: Portal do IFF

O *campus* Bom Jesus do Itabapoana (Figura 4) faz parte do IFFluminense desde 2008, porém foi criado em 1970 como Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Bastos Borges, que ofertava cursos técnicos em agropecuária e economia doméstica rural. Em 1974 passou a fazer parte da Universidade Federal Fluminense (UFF) para pesquisa universitária e extensão da instituição, além do ensino agrícola. Atualmente o *campus* oferece cursos nas áreas de Agropecuária, Alimentos, Informática, Meio Ambiente e Química, além do curso superior em Ciência e Tecnologia de Alimentos e conta com 1.178 alunos (Fonte: IFF em Números).

¹² <http://iffemnumeros.iff.edu.br/>

Figura 4 - Campus Bom Jesus do Itabapoana IFF



Fonte: Portal do IFF

3.3. Instrumentos de Produção de Dados

3.3.1 Comitê de Ética

Antes de dar início à etapa de coleta de dados, o projeto de pesquisa foi cadastrado na Plataforma Brasil⁹, uma base nacional de registros de pesquisas envolvendo seres humanos. Além do projeto de pesquisa completo, foram anexados na plataforma os Termos de Consentimento para os participantes da pesquisa e os Termos de Anuência assinados pelos diretores gerais dos *campi* Campos- Centro e Bom Jesus autorizando o desenvolvimento da pesquisa. O projeto foi submetido, então, à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa e aprovado a partir da emissão do Parecer Consubstanciado (Anexo I), autorizando o início do estudo e considerando a pesquisa relevante para a educação.

3.3.2 Plataforma IFF em Números

O IFF em Números é uma plataforma que disponibiliza dados oriundos do Sistema Acadêmico utilizado no instituto, como número de alunos matriculados e de cursos ofertados, entre outros. Nessa plataforma, é possível filtrar as matrículas por sexo, faixa etária, forma de

⁹ <https://plataformabrasil.saude.gov.br>

ingresso, modalidade de ensino, etnia declarada, renda familiar e escola de origem (filantrópica, privada, pública). Além disso, é possível, ainda, filtrar os números de matrícula por ano letivo, período letivo, *campus*, modalidade de ensino, nível de ensino, forma de oferta e curso. A seguir, a Figura 3 apresenta a tela da plataforma utilizada com os filtros disponíveis:

Figura 5 - Plataforma IFF em Números



Fonte: IFF em números

Para estabelecer quais cursos seriam selecionados para que as professoras participassem da pesquisa, foi realizado um levantamento de informações sobre a distribuição das matrículas em cursos de formação profissional de nível técnico na forma de oferta integrado nos *campi* Campos-Centro e Bom Jesus do Itabapoana do Instituto Federal Fluminense. Para isso, foi utilizada a plataforma “IFF em Números”, que permite que sejam filtradas as matrículas por diversas variáveis. Para esta pesquisa, foram utilizados os filtros “*campus*”, “*curso*” e “*sexo*”. Os dados são referentes ao ano letivo 2020 e ao período letivo 2020.1 (Figura 6)

Figura 6 - Campo de estudo da pesquisa

| <i>Campus</i> | Curso |
|-------------------------|---|
| Campos-Centro | Técnico Integrado em Automação Industrial |
| | Técnico Integrado em Mecânica |
| Bom Jesus do Itabapoana | Técnico Integrado em Informática |
| | Técnico Integrado em Agropecuária |

Fonte: Elaboração própria

3.3.3 Entrevistas Semiestruturadas junto às Professoras

Buscando identificar o funcionamento de políticas institucionais e práticas pedagógicas que busquem estabelecer discussões sobre a igualdade de gênero juntos aos *campi* do IFF, além da pesquisa sobre situações de assédio e/ou discriminação de gênero às quais possam ser submetidas às mulheres no contexto da EPT, foram realizadas entrevistas (roteiro disponível no Apêndice B) com as professoras das áreas técnicas dos cursos identificados como redutos de maiores diferenças de matrículas entre homens e mulheres (Tabela 1), procurando investigar se o tema igualdade de gênero está incluído de alguma forma nas ações cotidianas da escola.

A entrevista enquanto técnica de coleta de dados, de acordo com Aragão (2017) é uma alternativa para se coletarem dados não documentados sobre determinado tema. É uma técnica de interação social, uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca obter dados, e a outra se apresenta como fonte de informação” (ARAGÃO, 2017, p.72). Ainda de acordo com o autor, a entrevista pode ter caráter de coleta de informações, altamente estruturada, ou ter caráter exploratório, relativamente estruturada, sendo este último o caso desta pesquisa.

Na entrevista semiestruturada, “o pesquisador organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal” (ARAGÃO, 2017, p.72).

Durante a realização das entrevistas, foram buscados aspectos que pudessem ajudar a responder aos questionamentos desta pesquisa. Estes aspectos estão relacionados a seguir:

- Aspecto 1 – Informações sobre a distribuição de matrículas entre pessoas do gênero feminino e masculino nos cursos investigados;
- Aspecto 2 – Percepção sobre o conhecimento das professoras sobre as políticas institucionais de gênero;
- Aspecto 3 – Investigação de situações de assédio e discriminação de gênero pelas quais as mulheres possam passar no ambiente escolar;
- Aspecto 4 – Noção das professoras sobre os lugares dos homens e das mulheres.

Para realizar as entrevistas, a conversa inicial foi feita com os (as) coordenadores (as) dos cursos por *e-mail* apresentando os objetivos da pesquisa e o Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa aprovado solicitando os contatos das professoras para que fosse feito o convite para participação na pesquisa. Após esse passo, foram feitos os contatos com todas as professoras que lecionam nos cursos citados convidando-as a participarem da pesquisa. A Figura 7 apresenta o número de professoras de área técnica de cada curso e o número de professoras entrevistadas. Aquelas que não participaram é porque não responderam ao contato feito previamente. Ao longo do texto, conforme forem apresentados os resultados da aplicação das entrevistas, as professoras participantes da pesquisa serão identificadas como E1, E2... (Entrevistada 1, Entrevistada 2...).

Figura 7 - Número de professoras de cada curso e número de professoras entrevistadas

| <i>Campus</i> | <i>Curso</i> | <i>Nº profª área técnica</i> | <i>Nº profª entrevista das</i> |
|-------------------------|---|------------------------------|--------------------------------|
| Campos-Centro | Técnico Integrado em Automação Industrial | 3 | 2 |
| | Técnico Integrado em Mecânica | 10 | - |
| Bom Jesus do Itabapoana | Técnico Integrado em Informática | 1 | 1 |
| | Técnico Integrado em Agropecuária | 6 | 4 |

Fonte: Elaboração própria

10 Apesar das diversas tentativas de contato com a coordenação do curso, o retorno só foi feito após a defesa dessa dissertação.

O roteiro das entrevistas foi organizado em três partes, sendo elas: A) Identificação, que produção de dados das professoras como *campus*, curso e formação. Além disso, busca verificar se existe formação complementar na área de igualdade de gênero; B) Percepção sobre o tema “Igualdade de Gênero”, que tem por objetivo investigar a percepção das professoras sobre a importância da discussão sobre gênero na sociedade e sobre os papéis de homens e mulheres; e C) Igualdade de gênero e o contexto escolar e profissional, que busca investigar a percepção das professoras quanto ao papel da escola na busca pela diminuição da desigualdade de gênero e investigar práticas com relação ao tema.

Em decorrência da pandemia de COVID-19 e das medidas necessárias de isolamento social, a realização das entrevistas se deu por meio de videochamadas através da plataforma *Google Meet*. Os áudios das vídeo chamadas foram gravadas com o consentimento das professoras participantes da pesquisa após explicação dos objetivos da entrevista e da garantia de que o uso dos dados extraídos da entrevista seria exclusivamente para fins acadêmicos e que a identidade das professoras seria mantida em sigilo. Após a realização das mesmas, as entrevistas foram transcritas e podem ser localizadas no Apêndice C desta dissertação.

3.3.4 Análise dos Dados

Para o tratamento dos dados qualitativos obtidos através das entrevistas a metodologia utilizada foi a de “Análise de Conteúdo” de Laurence Bardin (2016), uma ferramenta de pesquisa que pode ser utilizada em diferentes tipos de texto e que auxilia na interpretação de documentos a partir de algumas etapas: 1) Pré análise, que sistematiza as ideias trazidas pelo referencial teórico; 2) Exploração do material, que inclui a geração de categorias para a análise dos dados, chamadas de codificações e 3) Tratamento dos resultados, analisando as categorias e as respostas semelhantes ou diferentes encontradas em cada uma delas.

As categorias de análise estabelecidas para o tratamento dos dados obtidos foram *a priori*, ou seja, antes da realização das entrevistas, e estão, em sua maioria, relacionadas aos objetivos específicos desta pesquisa. A Figura 8 apresenta as quatro categorias de análise definidas

Figura 8 - Categorias de análise e a que se referem

| <i>Categorias</i> | <i>A que se referem</i> |
|---|--|
| 1.Informações relacionadas às matrículas | Falas relacionadas à presença de homens e mulheres em determinadas áreas/cursos; Evolução das mulheres na ocupação de espaços anteriormente masculinos; Representatividade de professoras mulheres para as alunas destes cursos; Influência na escolha e permanência das alunas nestes cursos. |
| 2.Existência de políticas institucionais | Formação continuada para professores na área de gênero; Identificação de mecanismos/práticas institucionais de promoção de igualdade de gênero; Núcleos de Gênero do IFF; Ocupação de mulheres em funções importantes para o desenvolvimento de políticas de gênero; Contexto político brasileiro. |
| 3.Situações de assédio e/ou discriminação de gênero | Relatos de situações de assédio e/ou discriminação de gênero pelas quais passam as mulheres nos espaços da EPT, sejam elas servidoras ou alunas. |
| 4.“Lugares de homens e mulheres | Percepções sobre o que se espera de homens e mulheres na sociedade. Os relatos apresentam tanto avanços na percepção desses papéis quanto a percepção de que ainda se mantém machistas as concepções de “lugares de homem” e “lugares de mulheres”. |

Fonte: Elaboração própria

A seguir, a Figura 9 apresenta o número de ocorrências das falas das professoras entrevistadas com relação a cada categoria, ou seja, quantas vezes, durante a realização da entrevista, cada professora entrevistada falou sobre aquela categoria. A análise dos dados qualitativos extraídos das entrevistas será apresentada no capítulo “Resultados e Discussão”, de acordo com os objetivos específicos definidos nesta pesquisa.

Figura 9 – Número de ocorrências das falas relacionadas a cada categoria

| <i>Categorias</i> | <i>Número de ocorrências nas falas de cada entrevistada</i> |
|--|--|
| 1.Informações relacionadas às matrículas | E1 (4); E2 (5); E3 (7); E4(2); E5 (5); E6 (3); E7 (2) |
| 2.Existência de políticas institucionais | E1 (5); E2 (3); E3 (3); E4(4); E5 (4); E6 (4); E7 (3) |
| 3.Situações de assédio e/ou | |

| | |
|--------------------------------|---|
| discriminação de gênero | E1 (7); E2 (2); E3 (9); E4(3); E5 (8); E6 (4); E7 (2) |
| 4.Lugares de homens e mulheres | E1 (5); E2 (3); E3 (5); E4(0); E5 (5); E6 (2); E7 (1) |

Fonte: Elaboração própria

3.3.5 Documentos das Políticas Institucionais

No que diz respeito ao funcionamento de políticas institucionais que busquem estabelecer discussões sobre a igualdade de gênero juntos aos *campi* do IFF, foram analisados os seguintes documentos, descritos na Figura 10:

Figura 10 - Documentos de Políticas Institucionais

| <i>Documento</i> | <i>Conteúdo</i> |
|---|---|
| Resolução n.º 43, de 21 de dezembro de 2018 | Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – do Instituto Federal Fluminense vigência de 2018 a 2022 |
| Resolução n.º 9, de 16 de março de 2018 | Aprova o Plano de Cultura do Instituto Federal Fluminense |
| Resolução n.º 29/2021 - CONSUP/IFFLU, de 16 de junho de 2021 | Aprova a versão parcial do Relatório de Gestão do IFFluminense, referente ao exercício de 2020 |
| Resolução n.º 16, de 04 de Agosto de 2011 e Resolução n.º 31, de 01 de novembro de 2017 | Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) dos cursos escolhidos enquanto campo de estudo dessa pesquisa |

Fonte: Elaboração própria

Além disso, os dados das entrevistas também contribuíram para a percepção das professoras sobre o funcionamento de mecanismos de promoção de igualdade de gênero e de diminuição das assimetrias. A formação de professores em temáticas sobre gênero, por exemplo, foi um fator levado em consideração na busca de informações sobre essas políticas.

As entrevistas buscaram investigar também sobre o conhecimento das professoras das áreas técnicas dos cursos sobre a existência e a forma de atuação dos Núcleos de Gênero do instituto, assim como a sua importância na busca da diminuição das desigualdades.

CAPÍTULO 4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo são descritos e analisados os resultados obtidos na realização da pesquisa a partir dos objetivos específicos estabelecidos no primeiro capítulo da dissertação:

- 1) Comparar as informações sobre a distribuição das matrículas em cursos de formação profissional de nível técnico nos *campi* Campos-Centro e Bom Jesus do Itabapoana do Instituto Federal Fluminense, identificando os cursos que mantêm um nítido processo de segmentação por gênero;
- 2) Identificar a existência de políticas institucionais que busquem estabelecer discussões sobre a igualdade de gênero junto aos *campi* do IFF;
- 3) Identificar situações de assédio e/ou discriminação de gênero e os impactos na EPT.
- 4) Criar um instrumento didático/pedagógico que funcione como um instrumento informativo que possa ampliar o conhecimento sobre as desigualdades de gênero, possibilitando problematizar e/ou redimensionar essas relações no contexto da EPT – os resultados obtidos a partir da elaboração do produto educacional serão descritos no capítulo 7 da dissertação.

4.1 Comparação das Matrículas por Sexo em Cursos de Formação Profissional de Nível Técnico nos *Campi* Campos-Centro e Bom Jesus do Itabapoana do IFF

Buscando atingir o primeiro objetivo específico da pesquisa, comparar a distribuição das matrículas por sexo em cursos de formação profissional de nível técnico nos *campi* Campos-Centro e Bom Jesus do Itabapoana do Instituto Federal Fluminense, foram identificados cursos que mantêm um processo de segmentação por gênero a partir da plataforma “IFF em números”, cujos números de matrícula filtrados por “*campus*”, “*curso*” e “*sexo*” são apresentados nas tabelas e gráficos a seguir. Os números se referem ao ano letivo 2020, período letivo 2020.1, na modalidade de ensino presencial e na forma de oferta integrada ao Ensino Médio. Com relação aos gráficos comparativos entre diferentes anos quanto aos números de matrícula por sexo foram utilizados, além dos dados do ano de 2020, dados dos anos 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 (Tabela 1).

Tabela 1– Números de matrícula do sexo masculino por curso nos anos de 2015 a 2020

| SEXO | ANO | Campus Campos-Centro | | Campus Bom Jesus | | Resumo | |
|------------------|---------------|----------------------|----------------------|------------------|--------------|--------------|------------|
| | | Mecânica | Automação Industrial | Informática | Agropecuária | Total | % |
| MASCULINO | 2020 | 224 | 104 | 88 | 110 | 526 | 70% |
| | 2019 | 225 | 110 | 81 | 122 | 538 | 71% |
| | 2018 | 206 | 89 | 82 | 130 | 507 | 71% |
| | 2017 | 204 | 86 | 80 | 114 | 484 | 69% |
| | 2016 | 187 | 80 | 70 | 97 | 434 | 68% |
| | 2015 | 179 | 83 | 68 | 101 | 431 | 67% |
| | TOTAL: | 1.225 | 552 | 469 | 674 | 2.920 | 69% |

Fonte: Elaboração Própria

Tabela 2– Números de matrícula do sexo feminino por curso nos anos de 2015 a 2020

| SEXO | ANO | Campus Campos-Centro | | Campus Bom Jesus | | Resumo | |
|-----------------|---------------|----------------------|----------------------|------------------|--------------|--------------|------------|
| | | Mecânica | Automação Industrial | Informática | Agropecuária | Total | % |
| FEMININO | 2020 | 69 | 41 | 27 | 87 | 224 | 30% |
| | 2019 | 60 | 42 | 27 | 94 | 223 | 29% |
| | 2018 | 50 | 43 | 21 | 95 | 209 | 29% |
| | 2017 | 48 | 43 | 24 | 98 | 213 | 31% |
| | 2016 | 48 | 40 | 22 | 98 | 208 | 32% |
| | 2015 | 51 | 45 | 19 | 98 | 213 | 33% |
| | TOTAL: | 326 | 254 | 140 | 570 | 1.290 | 31% |

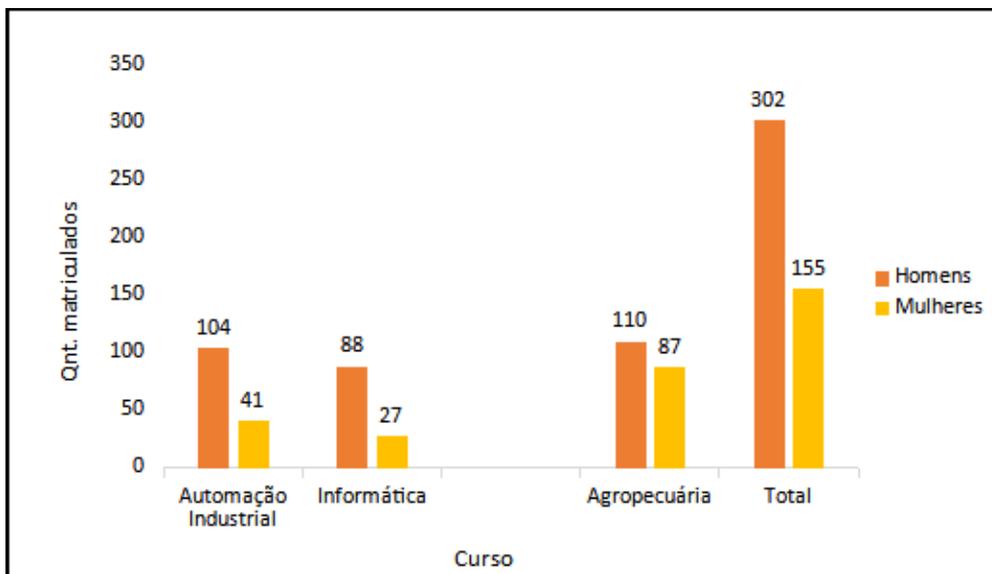
Fonte: Elaboração Própria

Ao analisar os dados de matrícula do curso de Mecânica, é possível observar que o número de indivíduos do gênero masculino aumentou ao longo dos últimos cinco anos em números absolutos, o mesmo observado ao analisar o número de mulheres, ainda que continuem sendo minoria quando consideramos o total de pessoas matriculadas (homens + mulheres).

Assim como no curso de Mecânica, o número de homens matriculados no curso de Automação Industrial veio crescendo ao longo dos últimos cinco anos, enquanto o número de mulheres vem diminuindo muito pouco em números absolutos, indicando uma tendência de se manter estável. A mesma tendência observamos para o curso de Informática em relação ao número de homens matriculados: de 2015 para 2020 esse número vem crescendo. Porém, quando comparados aos outros cursos, o número de mulheres matriculadas, ao contrário da tendência observada nos cursos de Mecânica e Automação, vem aumentando nos últimos cinco anos.

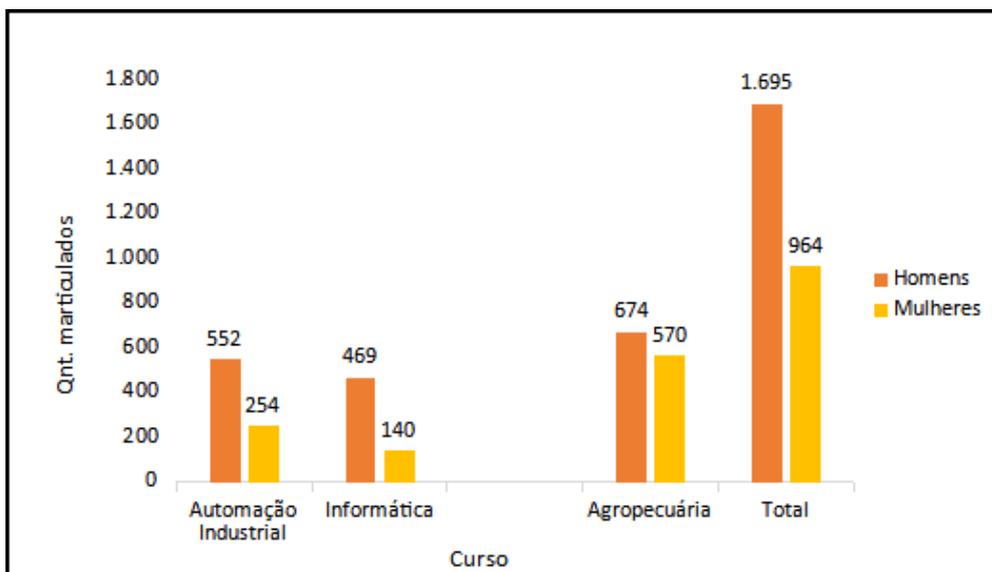
Ao analisar o número de indivíduos do sexo masculino matriculados nos últimos cinco anos no curso de Agropecuária, é possível observar que os números não apresentam uma tendência constante de queda e nem de aumento, tendo ocorrido pequenas variações ao longo deste período, enquanto o número de matrícula de mulheres apresentou uma diminuição. A Figura 11 apresenta um comparativo entre os números de matrículas de homens e de mulheres nos quatro cursos no ano 2020, enquanto a Figura 12 faz as mesmas comparações considerando o período de 2015 a 2020:

Figura 11 - Comparativo entre número de matrícula de homens e mulheres no ano de 2020



Fonte: Elaboração Própria

Figura 12- Comparativo entre número de matrícula de homens e mulheres em 2015 a 2020



Fonte: Elaboração Própria

As Figuras 11 e 12 demonstram que estes cursos mantêm um forte processo de segmentação de gênero, sendo a grande maioria de pessoas matriculadas alunos do sexo masculino, em detrimento de alunas do sexo feminino. A Tabela 3 resume estes números dos quatro cursos considerados, apresentando um resultado em forma de porcentagem.

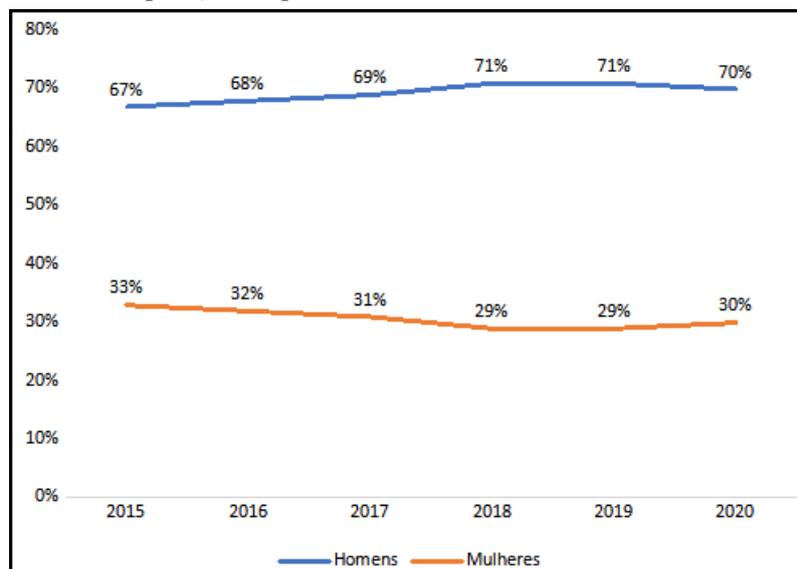
Tabela 3 – Porcentagem de homens e mulheres matriculados de 2015 a 2020

| RESUMO GERAL DE 2015 À 2020 | | |
|--|--------------|--------------|
| Total de alunos inscritos em todos os cursos: | | 4.210 |
| Total de HOMENS inscritos em todos os cursos: | 2.920 | 69% |
| Total de MULHERES inscritas em todos os cursos: | 1.290 | 31% |

Fonte: Elaboração própria.

No período de 2015 a 2020, como é possível observar, os indivíduos do gênero masculino matriculados nestes quatro cursos representavam 69% do total de alunos, enquanto as mulheres representavam 31% das pessoas matriculadas. A Figura 13 permite a visualização da linha que representa o número de matrícula de indivíduos do sexo masculino bem acima da linha que representa o número de matrícula de mulheres.

Figura 13 - Comparação do percentual de matrículas de homens e mulheres



Fonte: Elaboração própria

Os dados obtidos na plataforma “IFF em números” e apresentados nesta sessão em tabelas e figuras corroboram com as informações apresentadas no capítulo 2 desta dissertação com relação ao processo de escolarização diferente para meninos e meninas desde a colonização do Brasil, momento no qual a educação formal era destinada apenas aos meninos, enquanto às meninas ficava limitado o ensino de costurar, bordar e realizar tarefas domésticas (SILVA, 2004). Além disso, até mesmo quando o Brasil iniciou a transição de um modelo agrário para um industrial durante a primeira república, a instrução feminina permanecia voltada para os serviços domésticos e os cuidados com a família (REIS E MARTINEZ, 2012).

Inclusive no período de surgimento das primeiras escolas profissionais, conforme descrito no capítulo 3, elas eram destinadas apenas aos meninos. Ou seja, enquanto meninos começavam a ser preparados para um ofício, as meninas ainda estavam limitadas a uma preparação para o casamento e para a vida doméstica. Com o surgimento de escolas profissionais femininas, ainda de acordo com os apontamentos de Reis e Martinez (2012), a parte do curso denominada técnica contava com oficinas de costura, bordados e rendas, chapéus e cozinha.

Podemos relacionar os gráficos dos cursos técnicos em Mecânica, Automação Industrial e Informática com dados também apresentados anteriormente: Machado (2012) observou que as assimetrias de gênero se mantiveram fortes na organização também do ensino industrial, apontando que o direito de ingressar nos cursos industriais seria igual para homens e mulheres, porém, não seria permitido trabalho que não fosse adequado às mulheres sob o ponto de vista da saúde, nos estabelecimentos de ensino industrial. Esta separação seria justificada pela “natureza frágil” da mulher, o que ratifica o caráter sexuado da inserção da mulher na Educação Profissional e da divisão sexual do trabalho.

Também corroboram com os dados de matrícula por sexo apresentados as contribuições de Hirata (1995) ao afirmar que a masculinidade foi associada ao trabalho pesado, sujo, insalubre, perigoso e racional, enquanto a feminilidade foi associada ao trabalho leve, fácil, limpo, que exige paciência, minúcia, cuidado e sentimentalismo. As atividades reservadas aos homens, portanto, eram aquelas que geravam retornos econômicos, o trabalho remunerado, produtivo, de prestígio; às mulheres restava o trabalho doméstico, reprodutivo, de menor importância e qualidade, não remunerados e de pouco valor social.

As falas das professoras entrevistadas durante a realização da pesquisa refletem também uma percepção acerca desta realidade: para elas, assim como nos mostra a teoria existente, alguns cursos ainda são considerados “para homens”, enquanto outros, de outras áreas, são considerados “para mulheres” até pela natureza do trabalho. Trabalhos que exigem menos esforço físico, menos

força, trabalhos menos “desgastantes” e que supostamente não se precise “pensar muito” ainda são considerados mais femininos. Os trechos que demonstram essa percepção estão apresentados a seguir:

“Se você entrar numa sala de aula por exemplo de um curso de pedagogia, nutrição, dermatologia, você vai ver que a maioria são mulheres porque são considerados cursos femininos, cursos das mulheres. No entanto se você entra numa sala de informática, ciência da computação, desenvolvimento de software, engenharia, qualquer uma que seja, predominantemente masculina, porque são consideradas profissões de homens. Então sim, é esperado que as mulheres trabalhem, mas que elas tenham trabalhos considerados femininos e que os homens tenham a força bruta, se precisar pensar (como na engenharia, tem que pensar muito, como se mulher não pudesse pensar)” (E2)

Além desta percepção do trabalho direcionado ao público feminino como algo para aprimorar as qualidades inatas das mulheres, os cursos de tecnologia também estão atrelados ao imaginário de espaços másculo devido aos desafios lógicos e a competitividade, que também estariam nos domínios do mundo dos homens:

“[a desigualdade] influencia na escolha pela sociedade achar que é um curso masculino então as próprias famílias acabam dizendo que é um curso para homens e que é muito difícil. “Faz pedagogia, faz história que é mais fácil”. Mas tem esse mito de que por ser de exatas é mais difícil. Quando entram tem esse choque de chegar na sala e só ter homem, inclusive professores. Você precisa de representatividade. Só tem eu de professora de mulher na informática” (E2)

“A minha área [automação industrial] que tem uma cara mais masculina também, por ser um ambiente que tinham bastante homens, e eu ate hoje pego turmas de 30 com apenas 2 ou 3 mulheres...e eu percebo que é uma questão que não é que o mercado não se abra... há um pouco de preconceito dos próprios colegas. Quando eu escolhi essa área eu sofri um pouco de preconceito: “Ah, mas essa é uma área muito masculina.” (E3)

“Porque a gente vê isso, se você entrar em um curso de biologia lá no campus Centro vai estar “assim” de mulher. E você entrar em um curso de Engenharia... eu dei aula lá para o curso de Tecnólogo de Manutenção. Só tinha uma menina! Uma menina!” (E3)

“Muitos cursos por exemplo enfermagem, pedagogia, as pessoas “ah não vou fazer porque é curso de homem”. Já engenharia, mecânica, essas coisas, ah é curso de homem, não de mulher. Então com certeza existe. Eu vejo isso ainda, só não concordo” (E4)

“Não acho que um curso que é todo masculino é fácil para as meninas, mas hoje as meninas falam: eu posso ser boa em exatas, por que eu não posso mexer com mecânica? Parece até que quer enfrentar mesmo pra dizer que é possível.” (E5)

Bruschini (2007) também colabora na análise destes dados ao afirmar que no ensino profissional, especialmente no ensino técnico, as taxas de conclusão das mulheres são bastante elevadas nas áreas de serviço, sobretudo na Saúde e nas Artes. A autora continua apontando uma tendência de consolidação destas escolhas para o ensino superior e depois, no mercado de trabalho, no qual “as mulheres predominam no setor de Serviços”.

Neste sentido, os dados do Censo da Educação Superior de 2005 também vão ao encontro dos dados apresentados das entrevistas e confirmam que as escolhas das mulheres continuam a recair sobre áreas tradicionalmente femininas: Educação (81%); Saúde e Bem-Estar Social (74%); Humanidades e Artes (65%), apesar da mesma pesquisa revelar que a parcela feminina em “guetos” masculinos nas universidades, como engenharia, produção e construção aumentou de 26% para 30% no período de 1999 a 2005.

Corroborando com estas informações, dados das Estatísticas de Gênero a partir dos resultados do Censo Demográfico do IBGE de 2010 continuam confirmando a participação maior de mulheres em áreas de Educação (83,0%) e Humanidades e Artes (74,2%), áreas inclusive que registram os menores rendimentos médios mensais entre as pessoas ocupadas. Além disso, dados do mesmo estudo apresentam as áreas de Engenharia, produção e construção e Agricultura e veterinária ainda com baixíssima proporção de mulheres empregadas em relação aos homens: 21,9% e 24,7%, respectivamente.

4.2 Políticas Institucionais sobre Igualdade de Gênero junto aos *Campi* do IFF

Buscando identificar a existência de políticas institucionais que busquem estabelecer discussões sobre a igualdade de gênero junto aos *campi* do IFF, foram analisados os seguintes documentos institucionais que tratam diretamente de políticas relacionadas às relações de gênero no interior do IFF:

- A Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2018, que aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – do Instituto Federal Fluminense vigência de 2018 a 2022;
- A Resolução nº 9, de 16 de março de 2018, que aprova o Plano de Cultura do Instituto Federal Fluminense;
- A Resolução nº 29/2021 - CONSUP/IFFLU, de 16 de junho de 2021, que aprova a versão parcial do Relatório de Gestão do IFF, referente ao exercício de 2020;
- Os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) aprovados nas instâncias institucionais

competentes dos cursos definidos enquanto campo de estudo desta pesquisa: Técnico Integrado em Mecânica e Técnico Integrado em Automação Industrial (*campus Campos- Centro*) e Técnico Integrado em Informática e Técnico Integrado em Agropecuária (*campus Bom Jesus*).

A Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2018, que aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – do Instituto Federal Fluminense, vigência de 2018 a 2022. O PDI, logo em sua introdução, apresenta uma reflexão sobre os desafios da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil e cita as desigualdades de gênero no país:

As características mais marcantes do Brasil são sua diversidade regional e suas desigualdades sociais. O Brasil é um país continental com marcantes diferenças regionais. [...]. Grandes diferenças de clima, bioma e cultura. Mas também muitas desigualdades no desenvolvimento de regiões e cidades. Desigualdade na renda das famílias e desigualdade nos níveis de educação. Somos marcados pela nossa história de colonização. A escravidão deixou marcas profundas e uma estruturante injustiça social. As consequências são notórias e retratadas nos baixos níveis de educação para a maioria dos trabalhadores do nosso país, assim como pelos baixos níveis de renda para a maioria das pessoas, com gritantes diferenças entre gêneros e cor da pele. Em geral, a maior parte dos benefícios resultantes do crescimento econômico experimentado em nossa história foram partilhados entre poucos, mas suas mazelas foram compartilhadas por muitos (IFF, 2018, p.08)

Ao falar sobre o respeito à diversidade na instituição enquanto um princípio pedagógico, o documento apresenta:

Diversos grupos socioculturais têm se mobilizado e conquistado direitos no campo educacional, produzindo-se, assim, novas respostas pedagógicas às questões de cada grupo. Educar para a diversidade não significa apenas reconhecer a diferença, mas construir caminhos possíveis para o convívio democrático. Sendo o Instituto um espaço sociocultural em que as diferentes identidades se encontram, é fundamental que os processos de ensino e aprendizagem envolvam todos os estudantes, acolhendo-os em sua diversidade e garantindo sua permanência e êxito. Para tanto, é preciso possibilitar aos educadores a construção de conhecimentos necessários para trabalhar com pessoas procedentes de diferentes contextos sociais e culturais, a fim de garantir a participação e a aprendizagem de todos e de cada um. (IFF, 2018, p.65)

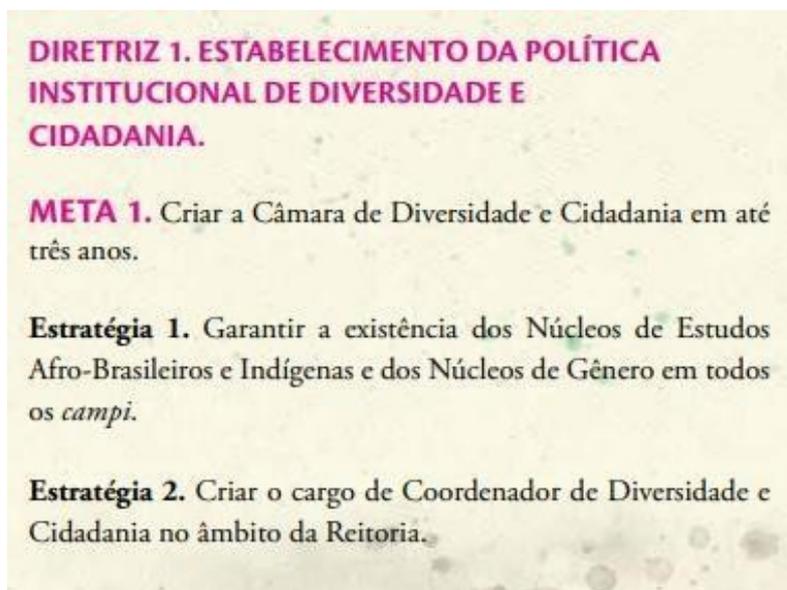
O documento traz, ainda, “o reconhecimento das diversidades nas suas singularidades, desde as pessoas com necessidades especiais às identidades de gênero e étnico-raciais” enquanto uma das diretrizes que orientam a construção dos Projetos Pedagógicos de Curso enquanto instrumento de orientação às ações de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, o documento apresenta uma seção dedicada aos grupos permanentes do instituto, entre eles o Núcleo de

Estudos sobre Gênero, Diversidade e Sexualidade (NUGEDIS):

São núcleos permanentes que têm por objetivo realizar estudos sobre gênero, bem como ações de ensino, pesquisa e extensão que colaborem para a promoção da igualdade de direitos, responsabilidades e oportunidades entre os gêneros. Sua estrutura organizacional conta com um núcleo em cada campus, e sua referência na Reitoria é a Coordenação de Políticas Culturais e Diversidade. Fundamenta-se nos princípios e compromissos expressos na Constituição Federal de 1988; na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3/Decreto nº 7.037/2009); no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2006); nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012) e no Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014). (IFF, 2018, p.241)

A Resolução nº 9, de 16 de março de 2018, que aprova o Plano de Cultura do Instituto Federal Fluminense, coloca a Diversidade e Cidadania como um de seus seis eixos temáticos e estabelece diretrizes, metas e estratégias de desenvolvimento. Relacionados à promoção de igualdade de gênero, é possível destacar:

Figura 14 - Meta 1 do Plano de Cultura



Fonte: Plano de Cultura do Instituto Federal Fluminense

Figura 15 – Meta 3 do Plano de Cultura

META 3. Efetivar nos currículos dos cursos do IFFluminense, em até três anos, os instrumentos que promovam a educação para a equidade entre os gêneros.

Estratégia 1. Integrar os Núcleos de Gênero e Diversidade às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Estratégia 2. Estabelecer espaço de instalação para o Núcleo de Gênero e Diversidade em cada *campus* articulado com a direção geral.

Estratégia 3. Inserir, nos currículos, reflexões e ações para a promoção da igualdade de direitos, responsabilidades e oportunidades entre os gêneros, articulando ensino, projetos de pesquisa e de extensão.

Estratégia 4. Ampliar o número de bolsas dos Núcleos de Gênero e Diversidade por *campus*.



Fonte: Plano de Cultura do Instituto Federal Fluminense

Figura 16- Meta 4 do Plano de Cultura

META 4. Oferecer atendimento especializado nas situações de violência (assédio sexual, racismos, homofobia, intolerância religiosa, sexismo, dentre outros) no prazo de um ano, para a promoção do bem estar da comunidade interna, bem como a garantia da permanência e do êxito estudantil.

Estratégia 1. Garantir um espaço físico em cada *campus* que acolha denúncias de atos e situações de violência da comunidade interna.

Estratégia 2. Instituir uma equipe multidisciplinar que acolha membros da comunidade interna que tenham sido vítimas de atos e situações de violência ou que se percebam em situação de fragilidade.

Estratégia 3. Estabelecer estratégias, a partir dos dados registrados nos atendimentos realizados, de promoção da convivência para a diversidade.

Estratégia 4. Capacitar servidores para atendimento especializado em casos de atos e situações de violência.

Estratégia 5. Realizar concurso público para suprir as necessidades de recursos humanos.

Fonte: Plano de Cultura do Instituto Federal Fluminense

parcial do Relatório de Gestão do IFF, referente ao exercício de 2020, apresenta uma seção dedicada aos “Resultados Estratégicos Relacionados à Extensão, Cultura e Esporte”,

Revelando a preocupação institucional, retratada em seu Projeto Político-Pedagógico Institucional, a extensão, a cultura, o esporte e a diversidade têm suas ações voltadas em sintonia com as demandas internas e com as demandas das comunidades locais e regionais, de forma a contribuir com o crescimento científico, econômico e social (IFF, 2021, p. 55)

O relatório apresenta resultados de editais (nº 150/2019 e 154/2019) de projetos de extensão e de cultura e diversidade, com os quantitativos por *campus* em forma de tabelas:

Figura 17 - Projetos de Extensão aprovados por *campus*

Tabela 4.7: Edital nº 150/2019

| CAMPUS | EXTENSÃO | INTEGRAÇÃO PESQUISA/EXTENSÃO |
|----------------------------|-----------|------------------------------|
| Avançado Cambuci | 4 | 2 |
| Avançado Maricá | 0 | 0 |
| Avançado São João da Barra | 1 | 1 |
| Bom Jesus | 3 | 0 |
| Campos Centro | 16 | 8 |
| Cabo Frio | 2 | 1 |
| Campos Guarus | 8 | 5 |
| Itaperuna | 2 | 1 |
| Macaé | 7 | 5 |
| Quissamã | 3 | 2 |
| Santo Antônio de Pádua | 3 | 0 |
| Reitoria | 1 | 0 |
| TOTAL | 50 | 25 |

Fonte: Relatório Parcial de Gestão 2020 IFF

Figura 18- Projetos culturais dos núcleos aprovados por *campus*

Tabela 4.8: Edital nº 154/2019

| CAMPUS | CULTURAL | NÚCLEOS |
|----------------------------|-----------|---------------------------------------|
| Avançado Cambuci | 1 | 1(NUGEDIS) |
| Avançado Maricá | 0 | 3 (CENTRO DE MEMÓRIA, NUGEDIS, NEABI) |
| Avançado São João da Barra | 1 | 2 (NUGEDIS, NEABI) |
| Bom Jesus | 3 | 3 (CENTRO DE MEMÓRIA, NUGEDIS, NEABI) |
| Campos Centro | 7 | 3 (CENTRO DE MEMÓRIA, NUGEDIS, NEABI) |
| Cabo Frio | 1 | 0 |
| Campos Guarus | 5 | 1(CENTRO DE MEMÓRIA) |
| Itaperuna | 3 | 3 (CENTRO DE MEMÓRIA, NUGEDIS, NEABI) |
| Macaé | 2 | 1(CENTRO DE MEMÓRIA) |
| Quissamã | 0 | 2 (CENTRO DE MEMÓRIA, NUGEDIS) |
| Santo Antônio de Pádua | 2 | 3 (CENTRO DE MEMÓRIA, NUGEDIS, NEABI) |
| Reitoria | 2 | 0 |
| TOTAL | 27 | 22 |

Fonte: Relatório Parcial de Gestão 2020 IFF

Os documentos que autorizam o funcionamento dos cursos e aprovam os seus PPCs no IFF são as Resoluções que tramitam desde as Câmaras de Ensino, em cada *campus*, passando pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e chegando ao Conselho Superior. A Resolução que se refere aos cursos técnicos integrados em Mecânica e em Automação Industrial do *campus* Campos Centro é a Resolução nº 16, de 04 de agosto de 2011, enquanto a Resolução que se refere aos cursos técnicos integrados em Informática e em Agropecuária do *campus* Bom Jesus é a Resolução nº 31, de 01 de novembro de 2017.

Os PPCs disponíveis para consulta do *campus* Campos Centro não fazem nenhuma menção a discussões sobre gênero. Os documentos trazem as matrizes curriculares de ambos os cursos com previsão de oferta de Sociologia e Filosofia nas três séries do Ensino Médio, porém não estão disponíveis as ementas das disciplinas para conseguirmos verificar se há previsão de discussão do tema gênero no decorrer das aulas. Esse fato pode ser explicado, talvez, pelo tempo que esses documentos foram escritos, há dez anos atrás quando, provavelmente, essa discussão em torno do tema não estava tão forte e presente nas instituições como vem se tornando ao longo dos últimos anos.

Com relação ao *campus* Bom Jesus, o PPC do curso técnico integrado em Informática também não descreve em nenhum momento se há previsão de discussão de gênero na prática pedagógica. Assim como nos cursos do *campus* Campos Centro, o PPC apresenta a matriz curricular também com previsão de oferta de “Estudos Sociológicos e Filosóficos” nas três séries do Ensino Médio, porém as ementas dessa disciplina não estão disponíveis no documento.

O PPC do curso técnico integrado em Agropecuária do *campus* Bom Jesus apresenta alguns avanços com relação aos outros documentos analisados, ainda que não traga, de forma mais detalhada, de que forma o tema “desigualdade de gênero” seria incluído no currículo. A seguir estão os trechos do documento que fazem menção, mesmo que de forma superficial, ao tema:

Figura 19 - Diretrizes para Prática Pedagógica Curso Agropecuária

- Política da igualdade: busca-se, para além do sentido de atender aos atores sociais, independentemente de origem socioeconômica, convicção política, gênero, orientação sexual, opção religiosa, etnia ou qualquer outro aspecto, o reconhecimento de que a educação, historicamente, tem sido um meio pelo qual o poder se apropria para sustentar o processo de dominação, mas que pode, contraditoriamente, concorrer de forma significativa para a transformação social. Espera-se, assim, desenvolver no aluno a consciência histórica reflexiva

122



e o respeito ao pluralismo de ideias, de concepções e à busca pela superação das contradições existentes.

Fonte: Centro de Documentação Digital do IFF

Figura 20- Oferta de Projetos de Extensão no Curso de Agropecuária

É desenvolvida na forma de programas e projetos, em diversas áreas do conhecimento

134



tais como: meio ambiente, agropecuária, inclusão social, memória, gênero, arte e cultura (dança, música, cultura afro-brasileira e indígena, comunicação), etc. Os alunos integram as equipes dos projetos como bolsistas ou voluntários, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade através da troca de saberes, conhecimentos e experiências para a constante avaliação e vitalização da pesquisa e do ensino. Os programas e projetos de extensão incentivam a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, formando profissionais-cidadãos, além de promover o desenvolvimento regional sustentável.

Fonte: Centro de Documentação Digital do IFF

Ambos os trechos citam, mesmo que de forma breve, a necessidade de se incluir as discussões de gênero no cotidiano da escola no sentido de promoção de transformação social, de superação de contradições existentes e para o desenvolvimento de uma consciência social e política. No entanto, ainda não refletem, na prática, o que se estabelece no PDI do IFF válido para o período de 2018 a 2021 com relação ao “reconhecimento das diversidades nas suas singularidades, desde as pessoas com necessidades especiais às identidades de gênero e étnico-raciais” enquanto uma das diretrizes que orientam a construção desses documentos.

Além disso, dados das entrevistas realizadas com as professoras também auxiliam na percepção sobre o funcionamento de políticas institucionais. Das professoras que foram entrevistadas, nenhuma tem formação complementar, até mesmo em cursos de curta duração, no tema da igualdade de gênero. Além disso, quando perguntadas se gostariam de realizar alguma capacitação nesse sentido, muitas delas alegam falta de tempo – o que é compreensível visto que as mulheres acumulam funções domésticas, familiares como o cuidado com os filhos e também profissionais.

“Olha, uma pós eu não frequentaria, mas se fosse um curso de formação mais rápido eu frequentaria sim” (E2)

“Eu acho que nesse modelo online ajuda muito pela falta de tempo” (E3)

“Eu prefiro em outras áreas. Na verdade, é tão corrido o nosso tempo né? Não sobra muito tempo, a gente acaba fazendo curso que é de necessidade” (E4)

“Não está nas minhas listas de prioridade não. Acho interessante, mas com o quantitativo de coisas não dá” (E5)

“ É uma coisa que me desperta interesse, porque é importante a gente estar sempre atendida nisso aí. Mas se hoje o IFF me oferecesse esse curso, eu não teria condição de assumir. É uma questão só de flexibilidade de horário. Inclusive eu estou naquela da educação inclusiva, e estou assim: “Meu Deus, por que eu assumi isso agora? Eu não estou conseguindo me entregar totalmente para o curso... “ (E6, que amamentava no momento da entrevista)

“No momento eu estou mais focada em cursos da área técnica mesmo, eu poderia aperfeiçoar para dar melhores aulas. Hoje em dia com essa questão do ensino remoto, a gente fica trabalhando em várias frentes, né? Aí eu acho que hoje, no momento, eu não faria por causa disso. Tempo escasso mesmo” (E7)

Relembrando Souza e Guedes (2016 *apud* Fontoura *et al.*, 2010), além dessas mulheres

estarem ocupadas economicamente, ainda estão sobrecarregadas com atividades que deveriam ser compartilhadas por todos, incluindo o Estado - que utiliza o trabalho doméstico e familiar feminino para suprir a falta de políticas sociais e a oferta de serviços- e os homens. Sorj (2004) demonstra que os homens se envolvem em atividades que tem interseção entre espaço público e privado, como levar os filhos ao médico ou ir ao supermercado, em oposição às atividades manuais ou rotineiras: limpar a casa ou lavar a roupa. Fica evidente, portanto, a pouca ou nenhuma mudança das relações desiguais dentro e fora do lar. As falas das entrevistas também refletem essa realidade desigual:

“A nossa sociedade é extremamente machista e ela espera que a mulher tenha filhos, se case dentro de uma idade determinada, seja uma boa esposa, uma boa mãe, faça todas as tarefas de casa e ainda seja muito, muito boa no seu trabalho, esteja muito acima da média pra que ela possa ser comparada ao homem mediano. Então ela tem que ser uma gênica pra ter o status de um homem mediano” (E2)

“Elas dão uma carga de trabalho não só profissional mas também dentro de casa pras mulheres que muitas vezes torna impossível que ela desempenhe bem todos esses trabalhos. Porque são muitos papéis que ela tem que desempenhar, é cobrada de todos os lados e muitas vezes as mulheres acabam adoecendo por causa dessa cobrança, mas a sociedade não consegue enxergar isso, ela realmente ela enxerga que tudo isso é função da mulher, criar o filho. Tanto que as pessoas falam quando uma criança faz bagunça: “você não tem mãe não? Sua mãe não te educou não?” Como se a responsabilidade fosse apenas de uma mãe e não de um pai também educar o filho” (E2)

“Principalmente quando a pessoa quer construir uma família, precisa ter o entendimento do que os dois estão pensando, pra que não fique pesado pra um lado. A mulher ficava um pouco focada com aquela quantidade de filhos, e o homem ia atrás de trabalhar pra comer mesmo, então ele ia pegar pesado, ele ia trabalhar na terra... então era um perfil diferente de...Era totalmente diferente do que a gente tem hoje. Hoje não, hoje a gente tem os dois no mercado de trabalho. E a gente vê que a criação dos filhos sofre, porque a mulher precisa ir atrás do dinheiro, o homem também, e aí a gente acaba passando os filhos pra uma outra pessoa, pra uma outra instituição, e os dois quando chegam também estão esgotados... então assim, Precisa entender mesmo que os dois precisam dividir, conviver no mesmo ambiente, todo mundo ali coopera, todo mundo ajuda” (E3)

Esta última fala da E3 remete à teoria de Divisão Sexual do Trabalho, que surge da divisão entre a esfera pública e a privada. Para Hirata, conforme descrito no capítulo 4, os homens sempre pertenceram ao domínio público, trabalhavam “fora” e desempenhavam o papel de provedor da família, enquanto as mulheres ficavam restritas ao domínio privado, com o cuidado com a casa e com os filhos. Como vimos, havia o entendimento de que a delimitação desses espaços e determinação dessas tarefas era um destino natural baseado em estereótipos que associam

características dos sexos como determinismos biológicos ao tipo de trabalho.

Outro aspecto importante a se levar em consideração no que diz respeito às políticas de promoção de igualdade de gênero é o pouco ou nenhum conhecimento das professoras acerca das ações dos Núcleos de Gênero do IFF. Segundo informações do Portal do instituto, “os Núcleos de Gênero objetivam ser referência na articulação e promoção de atividades relacionadas ao campo de estudos de gênero, desenvolvendo ações afirmativas em favor da igualdade entre homens e mulheres”.

“Se não me falha a memória, tem um núcleo específico para isso, que é o NUGEDIS né? Eu não sei se é isso mesmo. Mas ainda tem muita resistência né, esse grupo existe meio que a força, tá? E eu acho que ele tem que permanecer, eu acho que tá na direção correta”; (E1)

“Eu sei que tem meios de denunciar se acontecer alguma coisa, mas nada específico para mulheres, e sim de servidores em geral. Não [conheço os Núcleos de Gênero]” (E2)

“Quando eu estive no *campus* Macaé eu sei que tinha o núcleo de gênero lá. E que as professoras que coordenavam lá eram bem fortes com isso...elas trabalhavam muito forte. Mas eu via inclusão de gênero, enquanto o aluno se identificar ser, ou não, homossexual. Lá eles tinham mais voltados, não pra inclusão de gênero de ocupar todos os espaços... Voltado pra essa parte de gênero voltado pra sexualidade. Mas eu sinto que falta esse olhar né” (E3)

“Como estamos em pandemia, eu não vi, tá? [Políticas de promoção de igualdade de gênero] Como eu comentei, eu vim de outro instituto, pouco tempo em campos. Lá em Brasília tinha muito, aqui eu achei muito pouco mas tem pandemia né? Eu vi alguma coisa de Consciência Negra, mas de gênero não. Eu acho que tem um sim, mas não sei dizer [Núcleo de Gênero]. ”. (E4)

“Eu conheço as ações que são feitas para alunos, mas para servidores propriamente nunca vi [políticas de igualdade de gênero]” (E5)

Além disso, uma fala durante a entrevista da E1 também chama a atenção para o atual contexto político brasileiro, que representa um enorme retrocesso na democracia e no sentido de criação e desenvolvimento de políticas públicas não apenas de gênero, mas também de saúde, educação, meio ambiente, segurança pública, economia:

“Nossa, eu sou tão revoltada com a sociedade. É muito complicado responder isso, eu sou revoltadíssima né, quanto a essa questão e apesar de não me envolver completamente... Então, assim, independente da minha posição [política], a gente vive numa sociedade muito conturbada né? Se fosse há 4 anos atrás, 4 não, há 6 anos atrás, eu poderia afirmar que tudo isso podia ser diferente né? Que a gente estava no caminho diferente e podíamos ter um Brasil diferente! Mas, minha filha (risos), a gente não está em um momento nem para poder pensar, de uma

forma que a gente já vinha construindo esse pensamento Não sei, eu não vou responder de forma rápida né, porque existe um contexto em tudo isso daí. Então quando a gente tem um direcionamento né, tudo aquilo a gente vinha caminhando, construindo isso daí, um pensamento né, e de repente caiu por terra. Ai eu não gosto nem de falar sobre isso né? Eu estou revoltadíssima (pausa, emocionada)” (E1)

Dados do Balanço do Orçamento Geral da União de 2020, do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), confirmam que houve uma mudança radical nas políticas nesse sentido com relação àquelas que vinham se desenhando desde 2004, com conferências e planos nacionais de políticas para as mulheres. O Plano Plurianual (2020-2022) se apresenta com viés conservador e com menor ênfase nas mulheres e maior foco na família. O mesmo documento apresenta uma baixa prioridade de execução do orçamento de políticas para as mulheres: o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos chegou ao fim do ano de 2020 com um saldo de R\$ 225 milhões:

Em um ano de aumento da violação de direitos de mulheres, indígenas, quilombolas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência e idosos, deixou-se de executar 38,7% do orçamento da pasta. Se retirarmos os R\$ 65,2 milhões de restos a pagar de anos anteriores pagos em 2020, o Ministério deixou de gastar 50% do recurso autorizado para 2020[]Para as políticas voltadas especificamente para as mulheres, dos R\$ 120,4 milhões disponíveis, foram efetivamente pagos R\$ 35,4 milhões (INESC, 2021, p.87)

Outra fala que é importante destacar das entrevistas quando falamos em políticas de enfrentamento às desigualdades de gênero está relacionada ao fato de não termos mais mulheres ocupando cargos de liderança:

“Acho que o que faltava era de fato mulheres em posições mais relevantes, e que pudessem mudar essa sociedade hoje, louca, desvairada... eu acho que mulher tem que ter mais, tem que ser proporcionado a elas mais” (E1)

Hryniewicz e Vianna (2018), ao lembrar que ao mesmo tempo em que a mulher deve se manter feminina deve também aderir ao comportamento de um líder tradicional, afirmam que “incompatibilidade entre comportamentos considerados mais femininos, como empatia e bondade, e comportamentos associados aos líderes, como confiança e assertividade, pode levar a uma distorção no que se espera de uma líder feminina”.

Outras falas observadas nas entrevistas refletem esse pensamento de que, para serem respeitadas no ambiente de trabalho, as mulheres devem adquirir ou “imitar” comportamentos masculinos ou, ainda, “esconder” características femininas:

“Lá em Macaé uma vez teve uma discussão que elas não queriam que os alunos usassem mais uniforme. Segundo elas, o uniforme acabava fazendo com que o aluno evitasse mostrar a própria identidade. Mas eu fui atrás da discussão na época, falando que não. Porque o uniforme ele acaba trazendo uma igualdade para todo mundo. Ali não tem decote, ali não tem short curto. Então assim, esses ambientes, ambientes de trabalho, ambiente escolar, não são ambientes que a gente possa mostrar quem somos nós na nossa identidade particular né? Ali a gente está sobre regras né, e é uma forma que a gente percebe de maior igualdade. Porque aquele uniforme foi pensado para que todo mundo seja igual. Todo mundo anda igual, no sentido de que não há diferenças. A gente sabe que adolescente às vezes age por impulso. A gente que tem um pouquinho mais de idade, a gente vê que as meninas às vezes se vestem de uma forma que a maturidade ainda não trouxe para elas o que aquilo pode trabalhar de forma ruim no psicológico delas. Porque às vezes elas podem achar que os meninos estão elogiando elas por uma característica do corpo, mas pode ser que isso descaracterize o objetivo dela que é ser um profissional de sucesso” (E3)

Essa fala nos remete ao descrito por Louro () quanto ao uso do uniforme enquanto forma de representação da escola e da responsabilidade da “estudante padrão”, com um “comportamento adequado, respeitoso e apropriado, em qualquer lugar, a qualquer momento”:

O uniforme — saia azul peregueada e blusa branca com um laço azul-marinho — era, ao mesmo tempo, cobiçado por ser distintivo da instituição e desvirtuado por pequenas transgressões. A saia, mantida num comprimento "decente" no interior da escola, era suspensa ao sair dali, enrolada na cintura de forma a conseguir um estilo "mini", mais condizente com a moda; o laço descia (do botão mais alto da blusa rente à gola onde deveria estar) alguns centímetros, de forma a proporcionar um decote mais atraente (o número de botões dependia da ousadia de cada uma). Essas subversões, quando descobertas por alguma funcionária ou professora da escola, em qualquer lugar da cidade, eram alvo de repreensões individuais ou coletivas, particulares ou comunicadas aos pais e mães etc. (O olhar panóptico ia muito além das fronteiras do prédio escolar!) A preocupação com o uniforme, defendida pela escola como uma forma de democratizar os trajes de suas estudantes e poupar gastos com roupas, era reiterada cotidianamente, com implicações que transitavam pelos terrenos da higiene, da estética e da moral. (LOURO, 2020, p.12)

Percebe-se com facilidade que o ambiente escolar, para além da sala de aula é também contaminado com a estrutura do machismo, pois até mesmo a ocupação de cargos de direção na escola está sujeita ao “julgamento” do olhar machista. Assim, quando a mulher, mesmo ocupando um cargo de chefia, quando não corresponde a docilidade ou mesmo a submissão que são “características” da sua constituição de gênero, recorre-se à influência de fatores biológicos como tensão pré-menstrual ou mesmo a ausência ou infrequência da vida sexual para explicar posições duras ou enfáticas no exercício do seu cargo, algo que para um homem seria considerado como características de uma “personalidade forte”:

“Lá em Macaé a gente tinha uma diretora de ensino muito boa, só que ela era muito rigorosa. Não podia faltar prazo, e ela era bem rigorosa mesmo. E a gente ouvia piadas de cunho sexual... tipo: “Ah, o marido não está dando conta, por isso está estressada.” Porque ela estava sendo muito rigorosa no caso. O que é uma coisa totalmente incoerente. Então, a gente fica se sentindo mal, porque ela só está fazendo o trabalho dela. Não estava fazendo nada demais, não estava sendo abusiva. Pelo contrário, pela primeira vez ela estava tentando fazer as coisas andarem né? E é engraçado porque quando a mulher tenta ser um pouco mais firme, sempre jogam para a gente: “Está estressadinha? O marido não está comparecendo?” E o homem quando ele é assim, é: “Oh, fulano é muito exigente!” É diferente né?” (E3)

“Eu acho que meu tom de voz é incisivo muitas vezes e foi modificado ao longo dos 20 anos de profissão para conseguir me impor. Porque senão você é engolida. Tem uma menina que entrou para ser professora temporária uma vez e me perguntou: posso marcar uma reunião com você para você me ensinar como você faz para os outros te escutarem? E para os alunos me respeitarem? Olha só. Aí eu falei: não precisa de uma reunião, a gente senta aqui agora para resolver. Primeira coisa: não seja doce demais. Infelizmente isso não funciona. Você já tem uma carinha de uma adolescente. Você está de tênis e de calça jeans como uma adolescente, e aí você tem essa voz doce e meiga. Ou você muda isso para dar um diferencialzinho ou você vai demorar muito. O homem eu acho que ele muda menos, o tom de voz dele. Mas meu tom de voz mudou muito e os alunos hoje ficam quietos quando eu entro, no sentido de quando eu peço silêncio” (E5)

Milstersteiner et al. (2020) falam de pesquisas direcionadas à participação igualitária da mulher no mercado de trabalho formal. Observam, no entanto, ao citar Melo e Thomé (2018), que “quando se compara a participação dos dois gêneros no mercado de trabalho remunerado, observa-se a predominância masculina, sobretudo em cargos de liderança”. Corroboram com os dados apresentados anteriormente também o observado por Scott (1986 apud Milstersteiner et al 2020), que a mobilidade ocupacional leva as mulheres a práticas como a imitação das atitudes masculinas. Ao buscar equiparar-se aos homens, passam a atrair os olhares sobre as diferenças.

4.3 Situações Discriminação de Gênero e os Impactos na EPT

Buscando atingir o terceiro objetivo específico da pesquisa, identificar nas práticas cotidianas da escola as situações de assédio e discriminação às quais as mulheres são submetidas e os impactos na EPT, foram feitas, durante as entrevistas, perguntas que pudessem levar à identificação dessas situações. A partir das respostas, foi possível perceber que as situações de assédio e/ou discriminação estavam relacionadas aos aspectos:

- Aspectos relacionados ao fato de ser mulher;
- Fatores relacionados à desigualdade de gênero que podem influenciar ou controlar a entrada e a permanência de alunas mulheres nos cursos integrados ao Ensino Médio; e
- Situação de discriminação de gênero no contexto escolar.

O padrão resposta verificado junto às entrevistadas, em sua maioria, sugeriram situações de discriminação de gênero ou de assédio, mas esses relatos não ficaram restritos somente aos momentos de respostas a estas perguntas. Eles também aparecem quando são perguntadas, por exemplo, o que seria “igualdade de gênero” para elas. Ao analisar as respostas que apareceram neste sentido, foi possível identificar situações de discriminação de diversas naturezas, dentre elas: de perseguição; de violência ou, pelo menos, ameaça de violência física; da crença de que homens e mulheres tem diferentes papais a serem exercidos; de assédio sexual e no sentido de duvidar da capacidade profissional de uma mulher em razão de seu gênero. A seguir estão transcritos os relatos, divididos pela natureza da discriminação:

- Perseguição

“E eu não podia ser destaque de nada. Ninguém podia ser destaque de nada. Principalmente mulher, porque eles é que dominavam. Nossa mãe! Que sofrimento, minha filha! E aí quando chegou a professora xxxx, que ela veio para assumir o curso de Agroindústria, e passou um pouquinho por isso. E quando ela chegou isso fez muito bem para mim, porque eu comecei a dividir toda aquela “perseguição” e começou a ir para o lado dela”; (E1)

“Recentemente nós recebemos uma professora substituta, e que ela tá fazendo doutorado lá na UFRJ. E ela sofreu a mesma situação, tá? Ela foi perseguida ao ponto de largar o contrato dela. Que loucura essa mulher passou. Eu falei assim: “Oh, você não pode desanimar! Você tem que enfrentar, você tem que enfrentar!” (E1)

A partir destas falas, é possível identificar indícios de que há resistência à entrada de mulheres, ainda que sejam profissionais tão qualificadas quanto os homens, nesses ambientes historicamente masculinos, “dominados” por homens, segundo uma entrevistada. Além disso, é importante observar que o sistema de opressão é reproduzido até mesmo por mulheres, já que a entrevistada em questão se diz “aliviada” pelo fato de poder dividir a perseguição com outra professora recém-chegada.

- Violência ou ameaça de violência física

“No momento de reuniões do colegiado, eu já tive até colegas que numa discussão levantou! E eu pensei assim: “Nossa agora eu vou levar um tapa aqui”. E aí quando levantou eu falei assim: “Se me der um tapa, vai ser só um” Eu não revido, porque acho que não tem necessidade de você revidar com violência. Mas eu ia ligar, ia fazer uma ligação, ia pedir ajuda, mas já tinham outras mulheres. E aí começaram as

outras, porque eu não sou muito de revidar, só ouço. Sou igual a manteiga no sol, qualquer coisa estou chorando. Mas eu me mantive firme, na minha opinião, mas é dolorido, tá?; (E1)

“A minha área é uma área extremamente machista, a gente ainda tem muito a caminhar. Nos últimos anos já vi servidores gritando com mulheres, botando o dedo (no rosto) e achando que a trajetória deles é mais válida do que a nossa” (E5)

As falas das E1 e da E5 evidenciam situações de violação da dignidade da pessoa humana e do direito ao ambiente de trabalho saudável e equilibrado em razão de discriminação de gênero. Podem ser relacionadas às formas de relação de poder e ao fato das mulheres serem historicamente objetificadas, ou seja, atribuídas a um *status* de coisa ou objeto, e, portanto, menos importantes que os homens. Aristóteles, conforme visto no Capítulo 1 desta dissertação, já afirmava que, qualquer que seja a idade da mulher, o homem deve conservar sua superioridade. A partir dessa visão, os homens teriam direitos “naturais” sobre as mulheres, incluindo a violência física e até mesmo o assédio sexual, cujos relatos seguem:

- Assédio

“Eu já tive problema de assédio de um aluno com uma aluna, um caso de machismo mesmo. Encaminhei para o setor que cuida dessa parte e foi resolvido” (E2)

“Hoje eu tenho colegas que são da idade ou mais velhas que meu pai. Então ainda tem a cabeça do meu pai, de achar que, se você for de vestido, não está sendo muito adequado...e a gente ainda tem alguns colegas que faltam com respeito com as outras, porque são homens casados. E que se você se arruma um pouquinho mais, falam: “Nossa, você tá linda hoje. ”. Então assim, a gente passa por circunstâncias, e eu acho que isso vai sempre acontecer porque são seres humanos né? Então assim, não tem como dizer que nunca vai acontecer” (E3)

“Eu tinha uma colega que tinha um “popozão”, e eu lembro que era um dia de educação física. E ela estava de calça legging e roupinha mais justa né, e quando ela entrou na sala, um professor (que hoje é até meu colega de trabalho no IFF), perguntou assim para ela: “Fulana, o que que abunda em você? ” Tipo uma piadinha de duplo sentido. “O que abunda em você? ”. Aí ela ficou toda sem

graça, e ele: "Abundância. O que há em abundância no seu ser? " Aí ele ficou sem graça, ficou todo mundo sem graça. Aí isso me marcou, porque eu tinha 17 anos. Logo que eu acabei de entrar no IFF. Eu fiquei muito assustada" (E3)

"Professores homens chegavam para mim e falavam: mas se você não está com ninguém você pode ficar comigo [...] Em outro instituto, rolou aposta entre os professores de quem iria ficar com a professora nova, que era eu" (E5)

"Quando eu cheguei lá, dentro dos profissionais que tinha no meu Campus, eu fui uma professora que chamou muito atenção. Questão mesmo de beleza, juventude, nova, e eu sempre cuidei bem do meu corpo...então cheguei lá ainda não tinha meu filho...eu estava numa fase boa. E aí chamei sim, muita atenção, você percebia os olhares, aonde eu entrava era muito bem recebida...então tem essas facilidades, mas eu sempre me impus. Aí você via que existia um certo carinho do diretor comigo, do diretor financeiro...esse sim. Esse foi o que eu senti mesmo o assédio. Foi do diretor financeiro, da parte administrativa. Então por muitas vezes eu precisava recorrer a ele, porque eu era coordenadora do curso, e meus pedidos eram sempre atendidos. Mas é isso que eu falo, eu não posso reclamar porque eu tive um apoio muito grande deles, desde quando eu pedi a redistribuição, ajuda, tudo. Mas é aquela coisa. Eu chegava às vezes a ficar constrangida né? Mas sempre dava um jeitinho de sair fora dali, e às vezes os elogios um atrás do outro, e convites...eu vou ser sincera com você. Por conta disso (aí estou falando do diretor financeiro lá), quando eu tinha que recorrer e ir na sala dele, a sala dele não era sozinha. Era ele e o diretor. Mas nem sempre estavam os dois juntos. Então quando eu precisava de ir na sala dele eu rezava para o outro estar junto. Para evitar o meu constrangimento. Mas para mim era um certo desassossego toda vez que eu tinha que recorrer a ele" (E6)

Observando os relatos de assédio das professoras, é possível identificar tentativas de justificativa para que os homens inacreditavelmente reproduzam esse tipo de comportamento, ainda que seja no ambiente de trabalho. As justificativas vão desde "eles são seres humanos" até o fato das mulheres se considerarem atraentes, bonitas e novas, ou, ainda, que tenham atributos físicos que considerem atraentes, quase admitindo uma "culpa" para que isso aconteça.

Outro fator que chama a atenção na análise dessas falas é o termo que uma das entrevistadas utiliza para se referir ao assédio de um colega de trabalho: "carinho". Além disso, existe uma postura de registrar uma gratidão por ter tido apoio dele, apesar de se sentir desconfortável toda vez que precisava ir até a sua sala sozinha. A satisfação sexual nem sempre é o único objetivo das investidas no ambiente de trabalho, talvez nem seja o principal (HIGA, 2016).

Para o autor, a intenção do agressor pode ser apenas discriminatória, com o objetivo de humilhar e subjugar a mulher a partir da criação de um ambiente hostil no qual o recado que se pretende transmitir, mesmo que de forma inconsciente, é o de que ela "deveria permanecer na esfera privada de seu domicílio".

- Duvidar da capacidade profissional de uma mulher em razão de seu gênero

“Eu percebo assim que os alunos no primeiro dia de aula, eles ficam assim: “O que será que essa garota vai falar?” Ou então a única coisa engraçada assim que eu já passei é de os meninos ficarem me testando, ficarem me fazendo perguntas pra ver se eu sei mesmo... principalmente cursos noturnos, cursos concomitantes. Eles ficam assim... Teve um que veio me explicar: “A senhora já ouviu falar?” Mas assim, a noite, os cursos lá concomitantes é tudo...é um perfil de aluno que é assim: Já são adultos, que já trabalham, e tem um perfil assim mais complicado de lidar” (E3)

“Fui professora de máquinas agrícolas, dirigia um trator. No início as pessoas ficam um pouco receosas e começam a falar as coisas, mas depois passou. Acho que apresentei competência e fui. Além de ser mulher eu sou baixinha, então tem a dificuldade mesmo, então eu levei na esportiva, mas fui” (E4)

“Quando eu olho e vejo aluna minha ou qualquer pessoa ser desqualificada ou colocada abaixo porque um homem poderia fazer aquilo melhor eu fico realmente triste. Eu acho lamentável” (E5)

“As alunas estão todas sentadas em frente ao prédio, o professor de topografia só está explicando como usar o teodolito para os meninos. E aí a gente perguntou porque elas não estavam fazendo a utilização do aparelho e elas responderam que o professor falou que mulher não é boa nisso. Todas as meninas sentadinhas esperando os meninos usarem o aparelho [...]A turma estava em guerra, um abismo tinha sido criado e as meninas estavam revoltadas e os meninos dizendo que as meninas tinham razão. Um dos alunos falou para mim: professora, levanta a mão direita. Eu falei o que? Aí ele: ih, é lenta também. Essa brincadeira o professor tinha feito na tal aula com a menina mais tímida da sala, mandando que ela levantasse a mão direita” (E5)

Como visto anteriormente ao longo desta dissertação, ao longo da história as mulheres ficaram restritas aos espaços privados, como se fosse esse um destino natural do seu sexo biológico: o cuidado exclusivo com os filhos e com os afazeres domésticos. A entrada no mercado de trabalho, de acordo com Melo (1998) é impregnada de ranços, pois não eliminou os trabalhos domésticos e nem contou com a colaboração masculina para esses trabalhos. Portanto, para Guerra (2011), essa entrada das mulheres tanto no mercado de trabalho quanto para a vida em sociedade, não mais restrita ao espaço privado, configuraram uma rebeldia, o que talvez seja o motivo das mulheres não serem bem-vindas no ambiente de trabalho:

A independência econômica alcançada pelo exercício de atividade produtiva desmonta o estado de sujeição aos homens e faz com que elas invadam um setor outrora exclusivo e compitam por posições de maior destaque. A assimilação dessa premissa sociológica faz com que se aquilate a possibilidade da

configuração de ambientes de trabalho hostis, ofensivos e vexatórios, nos quais a ojeriza à companhia feminina é externada por diferentes manifestações que desdenham os propalados ideais de igualdade. (HIGA, 2016, p.490)

A partir do exposto, é possível concluir que permanecem, no contexto da EPT, estabelecidas grandes diferenças entre homens e mulheres com relação à sua inserção no campo profissional. Apesar das conquistas recentes das mulheres na educação e no trabalho, uma divisão social que continua caracterizando o mundo do trabalho é a divisão sexual, que ainda estabelece que as mulheres tenham lugares destinados nos diferentes cursos e profissões, e, caso ousem cruzar os limites estabelecidos pelo machismo e pela misoginia, acabam enfrentando as mais diversas situações de discriminação de gênero.

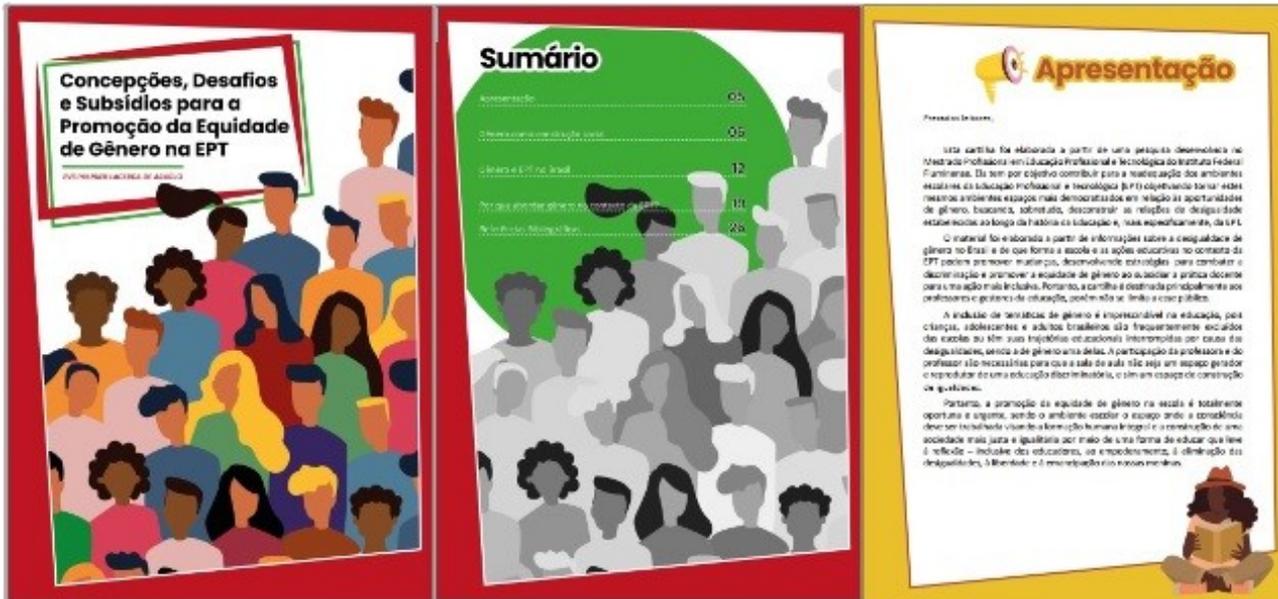
5 - PRODUTO EDUCACIONAL

Produto educacional é uma produção técnica obrigatória para os Mestrados Profissionais da Área de Ensino e devem estar associadas às dissertações, o que, segundo documento de área da CAPES (Considerações sobre Classificação de Produção Técnica de 2016), garante uma formação discente refletida em sua produção aplicada. De acordo com esse documento, produtos educacionais se encaixam nas seguintes categorias: mídias educacionais; protótipos educacionais e materiais para atividades experimentais; propostas de ensino; material textual; materiais interativos; atividades de extensão e desenvolvimento de aplicativos.

A partir do desenvolvimento desta pesquisa foi confeccionado um material didático/pedagógico que busca contribuir para a readequação dos ambientes escolares da EPT objetivando tornar estes mesmos ambientes em espaços democratizados em relação às oportunidades de gênero, buscando, sobretudo, desconstruir as relações de desigualdade entre e os diferentes tipos e situações de assédio.

Dessa forma, foi elaborada uma cartilha (Apêndice C) com informações sobre a desigualdade de gênero no Brasil e de que forma a escola e as ações educativas no contexto da EPT podem promover mudanças, desenvolvimento e eliminação de formas de discriminação e de desigualdade. A cartilha é destinada aos professores, coordenadores de curso e gestores, mas não impede que alunos tenham acesso. Utilizando-se linguagem acessível e identidade visual atrativa, com imagens e esquemas, o objetivo é subsidiar a prática docente para uma ação mais inclusiva, democrática e transformadora da escola. A Figura 21 mostra a capa, o sumário e a página de apresentação da cartilha aos leitores.

Figura 21 - Capa, sumário e apresentação da cartilha educacional

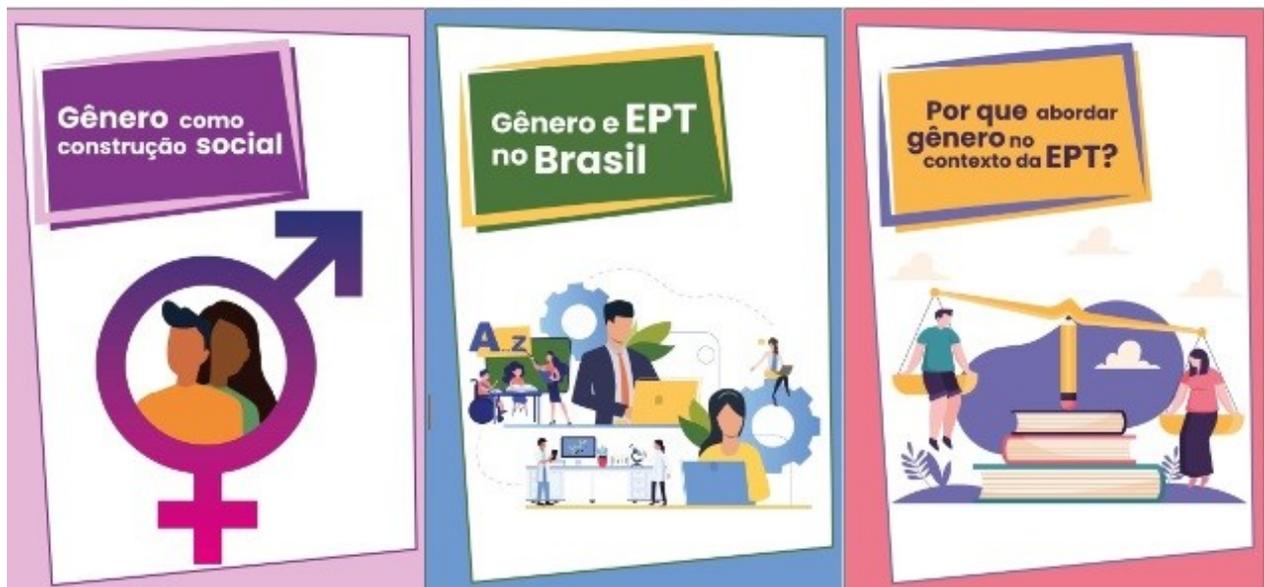


Fonte: Elaboração própria

Para a criação da capa, usou-se como referência a pintura "Operários", de Tarsila do Amaral, que retrata o momento da industrialização brasileira e foi considerada pela diagramadora uma boa analogia visual com a profissionalização da mão de obra. Os elementos de apoio dos títulos e ilustrações são assimétricos em referência a expressão "assimetrias de gênero", citada em vários momentos do texto. As cores vermelha e verde utilizadas nas páginas da cartilha representam sutilmente os Institutos Federais, pois estão em proporção invertida e tonalidades diferentes.

A cartilha está organizada em diferentes capítulos, que trazem, de forma didática, informações sobre o tema igualdade de gênero. As etapas de elaboração da cartilha foram: a elaboração textual a partir da revisão bibliográfica desta pesquisa; pesquisa de materiais para leitura relacionadas aos temas dos capítulos; elaboração de propostas de atividades e a diagramação, realizada por profissional da área. Apresenta-se em três capítulos, cujos temas são os mesmos desenvolvidos nos capítulos dissertação: (1) Gênero como Construção Social; (2) Gênero e EPT no Brasil; e (3) Por que abordar Gênero no contexto da EPT?. A Figura 22 apresenta as capas de cada capítulo:

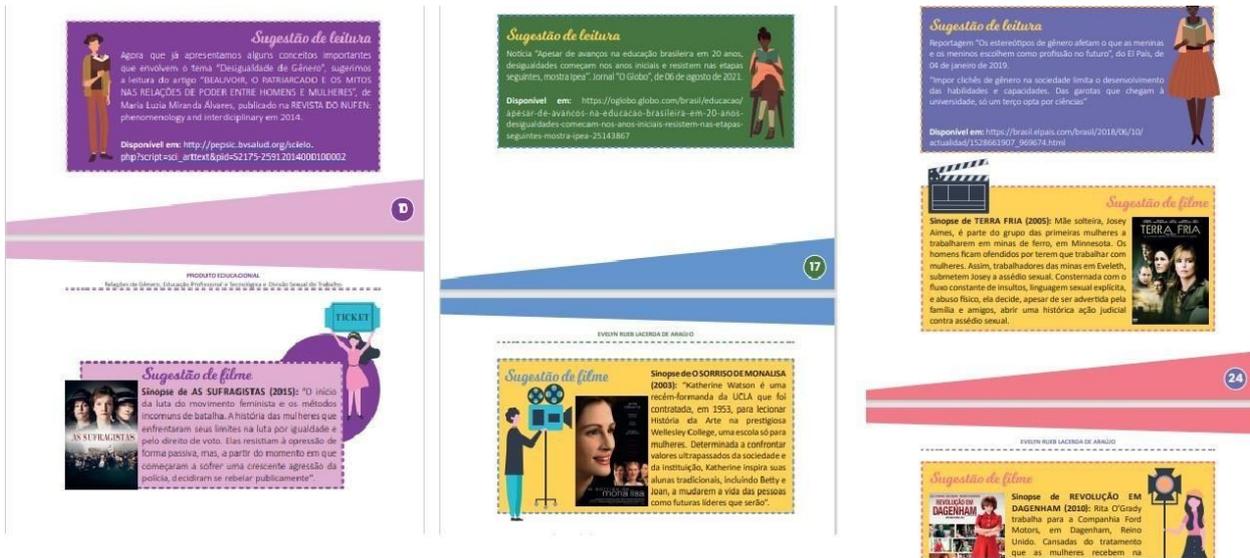
Figura 22 - Capas dos capítulos 1, 2 e 3 da cartilha



Fonte: Elaboração própria

Cada capítulo da cartilha está organizado de forma que todos eles apresentem: (1) Propostas de atividades em sala de aula, no espaço escolar ou na comunidade do entorno; (2) Sugestão de leituras que tenham relação com o tema discutido naquele capítulo e de que forma os professores podem organizar uma proposta pedagógica após a sua leitura e (3) Sugestão de filmes que retratem situações de discriminação / desigualdade / violência de gênero, indicando questões para reflexão e debate logo após sua exibição na escola. A figura 23 apresenta brevemente as seções de sugestões de leitura e de filmes:

Figura 23 - Seções de sugestões de leitura e de livros da cartilha



Fonte: Elaboração própria

Importante destacar ao falar do desenvolvimento da cartilha que ganhou força no Brasil, sobretudo a partir das eleições presidenciais do ano de 2018, o uso do termo "Ideologia de Gênero", com o objetivo de mobilização política reacionária e fundamentalista e alinhado a um projeto de poder. Para Junqueira (2018), essa mobilização está orientada a conter "avanços e transformações em relação a gênero, sexo e sexualidade, além de reafirmar disposições tradicionalistas, pontos doutrinários dogmáticos e princípios religiosos não negociáveis".

Dessa forma, discursos inflamados são usados como forma de criar "pânico moral", por meio de "estratégias político-discursivas voltadas a arregimentar a sociedade em uma cruzada em defesa da família tradicional". Endossada por grupos religiosos, essa corrente de pensamento defende que grupos como feministas, políticos de esquerda, pessoas LGBTQTs, ateus estariam empenhados em difundir essa "Ideologia de Gênero", sobretudo nas escolas.

Porém, esse discurso - marcadamente anti gênero - frente aos avanços nas discussões nesse campo, se dedica a promover a restauração da ordem sexual tradicional e sua hegemonia, reafirmando sistemas de poder e estruturas de privilégios masculinos, brancos, cristãos e heterossexuais.

Além disso, de acordo com Schibelinski (2020), a expressão "Ideologia de Gênero" nunca

foi "empregada em nenhum plano de educação, seja ele nacional, estadual ou municipal, nem é sequer reconhecida como conceito acadêmico no interior das Ciências Humanas". É preciso reafirmar que a escola é, portanto, lugar de promoção de igualdade, de inclusão, de diversidade e de formação da consciência crítica, que não é natural a posição de subordinação das mulheres, mas sim uma construção cultural.

Pretende-se, então, que essa cartilha possa servir como material pedagógico de apoio às práticas docentes que tenham por objetivo a discussão das desigualdades de gênero no contexto da EPT, possibilitando a promoção de leituras sobre o tema, debates entre alunos e professores no ambiente escolar e o desenvolvimento de uma consciência de que as desigualdades de gênero são uma realidade na sociedade em que vivemos, a qual é produzida e reproduzida no ambiente escolar e que cabe aos profissionais da educação – professores e gestores – a busca por transformação da realidade por meio do conhecimento.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões sobre a temática desigualdade de gênero vêm ganhando força tanto no meio acadêmico quanto no meio político nos últimos tempos e frequentemente estão relacionadas aos papéis definidos por sexo tanto no ambiente familiar quanto ao cesso à educação e ao mercado de trabalho. Segundo Louro (2003), “a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz” (p.81)

Este trabalho apresentou a análise das assimetrias de gênero que foram constituídas historicamente na Educação e na Educação Profissional e Tecnológica, com lugares “destinados” às mulheres nos cursos de formação profissional verificando a persistência de padrões históricos de diferenciação sexual nas carreiras escolares e profissionalizantes e a delimitação, mesmo que no simbólica, de espaços masculinos em detrimento de espaços femininos a partir da aquisição de um conjunto de informações institucionais e de uma série de instrumentos de coleta de dados empíricos em dois campi do Instituto Federal Fluminense: campus Campos-Centro e campus Bom Jesus do Itabapoana.

Ao analisar os dados levantados por meio da análise de números de matrícula, de documentos institucionais e de entrevistas junto às professoras, foi possível responder à questão de pesquisa: Em que medida a estrutura da formação histórica da EPT no Brasil ainda contribui para a persistência de expressivas diferenciações de gênero em áreas / cursos de formação técnico para o mundo de trabalho?

Objetivo geral desta pesquisa foi investigar que mecanismos no contexto da EPT contribuem para a manutenção de assimetrias de gênero, com separação masculino-feminino entre diferentes áreas/cursos, buscando ainda verificar se existe a superação de condições históricas de padrão sexuado de carreiras escolares e profissionais e da delimitação, mesmo que simbólica, dos espaços femininos. Para alcançar esse objetivo, foram definidos quatro objetivos específicos, sobre os quais serão dedicados os próximos parágrafos.

O primeiro objetivo específico elaborado foi estabelecer a comparação da distribuição das matrículas em cursos de formação profissional de nível técnico nos *campi* Campos- Centro e Bom Jesus do Itabapoana do Instituto Federal Fluminense, identificando os cursos que mantém um processo de segmentação por gênero. Como resultado dessa investigação, foi possível observar que os cursos os cursos analisados - Automação Industrial, Mecânica, Informática e Agropecuária – mantém, ainda nos dias atuais, uma diferença bastante expressiva na quantidade de alunos homens matriculados para a quantidade de alunas mulheres matriculadas, evidenciando uma

manutenção de um caráter ainda marcadamente masculina a estes cursos.

O segundo objetivo específico foi identificar a existência de políticas institucionais que busquem estabelecer discussões sobre a igualdade de gênero junto aos *campi* do IFF. Dados extraídos a partir da análise de documentos institucionais indicam que existe uma concepção de educação no instituto que pretende contribuir para a diminuição das desigualdades no sentido da promoção de políticas que possam contribuir com esse objetivo – previsão de criação de coordenação dedicada à diversidade, de câmara enquanto espaço de discussão sobre temas relacionados à questão de gênero, de diretrizes para a construção de Projetos Pedagógicos de Curso que promovam o debate da igualdade. No entanto, ao analisar os PPCs, por exemplo, é possível perceber que eles não preveem a discussão de gênero em suas propostas pedagógicas. Além disso, as falas das professoras parecem refletir um grau de desconhecimento, na prática, das ações previstas nos documentos oficiais.

O terceiro objetivo – identificar nas práticas cotidianas da escola as situações de assédio e discriminação aos quais as mulheres são submetidas e que possam levar à desistência ou mudança por parte das alunas nos cursos técnicos dos *campi* investigados do IFF – foi atingido a partir de dados das entrevistas junto às professoras. Os relatos extraídos dessas entrevistas exemplificam e podem ser uma pequena amostra – já que o número de entrevistadas é pequeno – das mais variadas situações de discriminação de gênero às quais mulheres em seu exercício profissional ainda são submetidas.

Com relação ao quarto objetivo específico, criar um instrumento didático/pedagógico capaz de funcionar como um instrumento informativo que possa ampliar o conhecimento sobre as desigualdades de gênero na EPT e fomentar uma política de permanência junto aos cursos da IFF, foi elaborada uma cartilha que contém informações teóricas sobre gênero, educação profissional e a divisão sexual do trabalho. Espera-se que esse material possa contribuir enquanto proposta pedagógica de discussão do tema igualdade de gênero e de promoção de um ambiente escolar e profissional mais justo e igualitário.

É importante ressaltar que os resultados apresentados ao longo dessa pesquisa não podem ser generalizados, pois a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, além de ser muito grande um número de unidades, é muito diversa quanto aos aspectos regionais, econômicos e sociais e, portanto, os resultados obtidos a partir dos instrumentos de coletas de dados definidos aqui podem não refletir a realidade de toda a rede. No entanto, pretende-se, com essa pesquisa, contribuir para o desenvolvimento de outras investigações tão urgentes e necessárias de assimetrias de gênero e suas implicações na EPT.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Rosana Llopis. Trajetórias femininas no Colégio Pedro II. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e Negação do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARAGÃO, José Wellington Marinho de. Metodologia Científica. [recurso eletrônico] / José Wellington Marinho de Aragão, Maria Adelina Hayne Mendes Neta. - Salvador: UFBA, Faculdade de Educação, Superintendência de Educação a Distância, 2017. 51 p.: il.
- ARANHA, M.L. de A. História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil / Maria Lúcia de Arruda Aranha. – 3. ed. – ver e ampl. – São Paulo: Moderna, 2006.
- ARAÚJO, R.N. de L.; RODRIGUES, D. do S. Referências sobre Práticas Formativas em Educação Profissional: o Velho Travestido de Novo Frente ao Efetivamente Novo. B. Técnico Senac: a R. Educ. Prof., Rio de Janeiro, v.36, n.2, maio / ago. 2010.
- AZEVEDO, N.; FERREIRA, L.O. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. Cadernos Pagu (27), julho- dezembro de 2006: pp.213-254.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BELTRÃO, K.; ALVES, J.E.D. A REVERSÃO DO HIATO DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO SÉCULO XX. World Education Forum. Dakar, 2004.
- BEAUVOIR, S. O segundo Sexo: Fatos e Mitos. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1970.
- BOURDIEU, P. A Dominação Masculina / Pierre Bourdieu; tradução Maria Helena Kühner. - 11º ed.– Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. Decreto-Lei Nº 4.073, DE 30 DE JANEIRO DE 1942. Lei orgânica do ensino industrial.
- BRASIL. Lei Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL. Lei Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos da Presidência da República. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2018.
- BRASIL. Plano Nacional de Educação - PNE/Ministério da Educação. Brasília, DF: INEP, 2014.
- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - - rev. e atual. - - Brasília: SDH/PR, 2010.
- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R.; UNBEHAUM, S. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In: FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A MULHER. O Progresso das mulheres no Brasil. Brasília: Fundação Ford; Cepia, 2006. p.60-93.
- BRUSCHINI, C. Colaboração de Cristiano Miglioranza e Arlene Martinez Ricoldi. Trabalho e Gênero no Brasil nos Últimos Dez Anos. Fundação Carlos Chagas, Grupo de Pesquisas Socialização de Gênero e Raça. 2007.
- CIAVATTA, M. A Formação Integrada. A Escola e o Trabalho como Lugares de Memória e de Identidade. Trabalho Necessário, ano 3 número 3, 2005.
- CISNE, Mirla. Feminismo e Consciência de Classe no Brasil / Mirla Cisne. – São Paulo: Cortez, 2014.
- CUNHA, L.A. Ensino Profissional: o Grande Fracasso da Ditadura. Cadernos de Pesquisa v.44 n.154 p.912-933 out./dez. 2014.
- FRIGOTTO, G. Educação profissional e tecnológica: memórias, contradições e desafios (Organizador). – Campos dos Goytacazes/RJ: Essentia Editora, 2006.
- FREYRE, Gilberto, 1900-1987. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal / Gilberto Freyre; apresentação de Fernando Henrique Cardoso. — 481 ed. rev. — São Paulo : Global, 2003.
- GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, L.C.G. Escolas de Aprendizizes Artífices de Campos: história e imagens / Luiz Claudio

Gonçalves Gomes. – Campos dos Goytacazes (RJ): Essentia Editora, 2017.

HIGA, Flávio da Costa. Assédio sexual no trabalho e discriminação de gênero: duas faces da mesma moeda? REVISTA DIREITO GV | SÃO PAULO | V. 12 N. 2 | 484-515 | MAI-AGO 2016.

HIRATA, H. Divisão, relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho. Em Aberto, Brasília, ano 15, n.65, p.39-49, jan./mar. 1995.

HIRATA, H. Gênero, Classe e Raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1. 2014.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, v.37, n.132, p.595-609, set./dez. 2007.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2009. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45767.pdf>. Acesso em 02/10/2019.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101576>. Acesso em 14/08/2019.

INESC. Balanço do Orçamento Geral da União 2020. Brasília, 2021.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE. Conselho Superior. Resolução N.º 43, de 21 de dezembro de 2018. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2018 – 2022 do Instituto Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes: Conselho Superior, 2018.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior: sinopse estatística – 2005 / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília: O Instituto, 2007.

JUNQUEIRA, R.D. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. Psicologia Política. vol. 18. no 43. pp. 449-502 set. – dez. 2018

LOURO, G.L. O CORPO EDUCADO - Pedagogias da sexualidade. Guacira Lopes Louro (organizadora), Jeffrey Weeks, Deborah Britzman, bell hooks, Richard Parker, Judith Butler. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. 2ª Edição. Autêntica. Belo Horizonte, 2000.

MACHADO, M.L.B. Formação Profissional e Modernização no Brasil (1930-1960): Uma Análise

à Luz das Reflexões Teórico-Metodológicas de Lucie Tanguy. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 118, p. 97-114, jan.-mar. 2012.

Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MOURA, D.H. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: Dualidade Histórica e Perspectivas de Integração. *Holos*, Ano 23, Vol. 2 – 2007.

NOSELLA, P. Trabalho e Perspectivas de Formação dos Trabalhadores: para além da Formação Politécnica. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12 n. 34 jan / abr 2007.

OSTOS, N.S.C. A questão feminina: importância estratégica das mulheres para a regulação da população brasileira (1930-1945). *Cadernos Pagu* (39), julho-dezembro de 2012:313-343.

PRIORE, M. D. A mulher na história da colônia, em *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

RAMOS, M. Concepção do Ensino Médio Integrado. Secretaria de Educação do Estado do Paraná, 2008.

REIS, F., MARTINEZ, S.A. O Ensino Profissional Feminino no Brasil: Uma Análise da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha (Campos, Rio de Janeiro, 1922-1930). Número temático: Desenho e Educação: Cultura Visual e Cidade. *A Cor das Letras — UEFS*, n. 13, 2012

ROSEMBERG, F. Educação Formal, Mulher e Gênero no Brasil Contemporâneo. *Estudos Feministas*, Ano 9. 2001.

SAFFIOTI, H.I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu* (16) 2001: pp.115-136.

SAVIANI, D. O Congresso Nacional e a Educação brasileira. Significado do Congresso Nacional no processo de elaboração das leis 4024/61, 5540/68 e 5692/71. Universidade Estadual de Campinas. 1986.

SAVIANI, D. Trabalho e Educação: Fundamentos Ontológicos e Históricos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12 n. 34 jan / abr 2007.

SCHIBELINSKI, D. “Isso é coisa do capeta!” O papel da “ideologia de gênero” no atual projeto político de poder. *Revista Retratos da Escola, Brasília*, v. 14, n. 28, p. 15-38, jan./abr. 2020.

- SILVA, M.B.N. A Educação da Mulher e da Criança no Brasil Colônia”, in Maria Stephanou e Maria Helena Camara Barros (Orgs.), *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. Petrópolis, Vozes, v. I: Séculos XVI-XVIII, 2004, p.131-135.
- SORJ, Bila. “Estudos de gênero: a construção de um novo campo de pesquisas no país”. *In*: COSTA, Albertina; MARTINS, Ângela Maria; FRANCO, Maria Laura Pugliesi Barbosa (Orgs.). *Uma história para contar: a pesquisa na Fundação Carlos Chagas*. São Paulo: Annablume, 2004. p. 119-140.
- VENTURI, G. A Mulher brasileira nos espaços público e privado. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SOUZA, L; GUEDES, D. A Desigual Divisão Sexual do Trabalho: Um Olhar sobre a Última Década. *Estudos Avançados* vol.30 no.87 São Paulo May./Aug. 2016
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.
- Trajetória da mulher na educação brasileira: 1996-2003 / organizadores Tatau Godinho et al. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.
- VINUTO, J. A Amostragem em Bola de Neve na Pesquisa Qualitativa: Um Debate em Aberto. *Temáticas*, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM PROFESSORAS

Prezada professora, esta entrevista faz parte de uma pesquisa educacional do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Fluminense. Sua participação é muito importante para o conhecimento científico acerca da manifestação das assimetrias de gênero no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Assim sendo, gostaria de pedir sua colaboração para responder a estas perguntas considerando sua formação e seu percurso profissional nesta instituição. Ressalto que as informações fornecidas serão estritamente confidenciais, tratadas somente para fins de pesquisa, e que sua identidade será mantida em sigilo. Obrigada pela colaboração!

Parte 1: Identificação

1. Nome:
2. Campus:
3. Curso(s):
4. Formação:
5. Alguma vez fez curso(s) de formação em igualdade de gênero, internamente e/ou fora da sua organização?
6. Se a sua organização proporcionasse formação nesta matéria dentro das horas de formação a que anualmente tem direito, gostaria de frequentar?

Data da entrevista:

Parte 2: Percepção sobre o tema “Igualdade de Gênero”

7. Como você definiria “igualdade de gênero”?
8. Na sua opinião, a sociedade atual espera coisas diferentes da mulher e do homem como papéis a serem desempenhados no contexto familiar/doméstico? Por quê?
9. Na sua opinião, a sociedade atual espera coisas diferentes de mulheres e homens com relação às profissões a serem exercidas?
10. Como você definiria a importância da discussão sobre gênero na sociedade e na escola?
11. Você já encontrou obstáculos na sua carreira e/ou na sua formação por aspectos relacionados ao fato de ser mulher? Exemplifique.

Parte 3: Institucionalização de políticas e práticas organizacionais

12. Você conhece as políticas e práticas organizacionais sobre a igualdade de gênero no IFF? (existência de documentos, realização de projetos, mecanismos de proteção contra a violência e o assédio psicológico, moral, físico e sexual entre outros)
13. Você conhece os Núcleos de Gênero? Na sua opinião, qual a importância da atuação dos Núcleos no IFF na promoção da igualdade de gênero?

Parte 4: Igualdade de gênero e o contexto escolar e profissional

14. Você acredita que a escola pode contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária, no que tange às questões de gênero, com vista a diminuir problemas sociais relacionados a elas?
15. Você acredita que, na prática cotidiana, a escola pode acabar contribuindo/reforçando no desenvolvimento de habilidades e interesses diferentes em meninos e meninas? De que forma?
16. Você acredita que existe a percepção de que existem cursos considerados “para homens” e cursos considerados “para mulheres”? Acha que é o caso de algum curso em que leciona?
17. Você acredita que fatores relacionados à desigualdade de gênero influenciam ou controlam a entrada e a permanência de alunas mulheres no(s) curso(s) nos quais leciona? Acredita que alunas possam desistir do curso por acharem que não é “seu lugar”?
18. Você já presenciou alguma situação de assédio ou discriminação de gênero no contexto escolar?

APÊNDICE B – TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS COM PROFESSORAS DOS CURSOS TÉCNICOS

Parte 1: Identificação

1. **Nome:** El

2. **Campus:**

Bom Jesus

3. **Curso(s):** Agropecuária

4. **Formação:** Engenheira

Agrônoma

5. **Alguma vez fez curso(s) de formação em igualdade de gênero, internamente e/ou fora da sua organização?**

Não

6. **Se a sua organização proporcionasse formação nesta matéria dentro das horas de formação a que anualmente tem direito, gostaria de frequentar? Ou preferiria outras capacitações?**

Então Evelyn, eu sou uma servidora que está já no fim de carreira né? Falta pouco pra eu me aposentar...Então o meu interesse pra capacitação começa a diminuir né, em função de que a minha contribuição eu já venho prestando até então, e não há tempo hábil no meu entendimento de fazer o curso pois eu não tenho interesse em prorrogar minha estada no Instituto Federal. Isso, visto que eu compreendo que a gente tem que dar oportunidade aos próximos. E eu tive a minha oportunidade, estou até então, com todo comprometimento, e eu não quero ficar mais, logo assim que eu me aposentar. E aí me capacitar não faz sentido, se eu não posso contribuir com os demais.

Parte 2: Percepção sobre o tema “Igualdade de Gênero”

7. **Como você definiria “igualdade de gênero”?**

É.. Tratamento igualitário. Assim, independente do gênero, ou opção, ou orientação, que tiver igualdade. De tratamento, de possibilidades... é isso que eu entendo.

8. **Na sua opinião, a sociedade atual espera coisas diferentes da mulher e do homem como papéis a serem desempenhados no contexto familiar/doméstico? Por quê?**

Sim, eu queria que a nossa sociedade fosse mais flexível, e infelizmente ela não é. Então, nós temos falsos conservadores, né? Por exemplo no campus Bom Jesus do Itabapoana é diferente do campus CAMPOS CENTRO. É diferente. Completamente diferente. Estamos inseridos em uma sociedade de falsos conservadores, falsos puritanos, tudo falso. Falso mesmo. Você não tem noção. E aí nós somos taxados de que somos aqueles que manipulam os jovens. Que quer orientar os jovens de forma diferente. Essa orientação, no meu entendimento, ela vem de berço. Ou você se orienta ou você se desorienta. Ou você tem uma família que te orienta, ou uma família que te desorienta. Que te proporciona essa desorientação. Nós temos uma sociedade hoje um pouquinho melhor do que a do passado. A minha mãe por exemplo, sempre foi do lar, e o papai provedor. Eu não tenho eles mais né? Mas eu tenho e estou numa família onde eu fui, por bastante tempo, a provedora. E não humilhei ninguém, não diminuí ninguém, não tem ninguém melhor ou pior, somos uma família. A gente não tem como orientar de forma diferente né? É respeitar o próximo, independente de qualquer coisa.

9. Na sua opinião, a sociedade atual espera coisas diferentes de mulheres e homens com relação às profissões a serem exercidas?

Se eu defendo igualdade, eu não posso responder essa pergunta como sendo sim né? Nossa eu sou tão revoltada com a sociedade, assim é muito complicado responder isso, eu sou revoltadíssima né, quanto a essa questão e apesar de não me envolver completamente... Então Evelyn, assim, independente da minha posição, a gente vive numa sociedade muito conturbada né? Se fosse há 4 anos atrás, 4 não, há 6 anos atrás, eu poderia afirmar que tudo isso podia ser diferente né? Que a gente estava no caminho diferente e podíamos ter um Brasil diferente! Mas, minha filha (risos), a gente não está em um momento nem pra poder pensar, de uma forma que a gente já vinha construindo esse pensamento... Não sei, eu não vou responder de forma rápida né, porque existe um contexto em tudo isso daí. Então quando a gente tem um direcionamento né, tudo aquilo a gente vinha caminhando, construindo isso daí, um pensamento né, e de repente caiu por terra... Ai eu não gosto nem de falar sobre isso né? Eu estou revoltadíssima. Mas assim (pausa, emocionada), é porque, indiretamente, eu também sou vítima disso. Sim, cada um com a sua história né? Cada um com a sua história. Eu tenho 53 anos. Sou casada a 25 anos né? E quando eu estava na iniciativa privada, eu com 30 anos de idade, nós resolvemos ter um filho. Que no caso é a minha filha mais velha. Eu era gerente de produção de uma grande empresa, estava atuando como profissional da minha área. E aí quem é que estava na gestão da empresa? Era um homem. E aí eu conversei antes com o diretor geral e perguntei a ele se havia algum problema... Olha

como é que eu fui hein! Perguntei no que isso poderia implicar na manutenção do emprego se eu engravidasse. Porque trabalhava eu e meu marido na mesma granja. Eu como gerente de produção e ele lá era o meu apoio, né? E trabalhava junto com os demais funcionários. Eu orientava ele pra que ele pudesse orientar os demais. Como se eu fosse a chefia imediata dele. E engravidei. Então, a mulher ter saúde, não importa então se ela tem competência, e porque menos de dois anos estando na empresa nós conseguimos reverter a situação que estava da granja, e melhorar economicamente a situação da granja. Mas, o impacto da minha saúde, da minha vontade de ter um filho, da minha família, de crescer e tal impactou no meu emprego. E voltei pra casa. Estava longe da minha família, e tive que voltar. Eu estava na região serrana, porque eu sou capixaba né? Estava na região serrana do estado do Espírito Santo, e voltei pra casa dos meus pais. Casada, com uma filha, voltei. Não vou colocar como estaca zero assim, mas... Tanto eu quanto meu marido. Eu a princípio perdi o emprego, e ele então falou que não tinha condições de continuar trabalhando no mesmo local. Se a esposa dele não estava pronta pra servir, ele também não estava. Ai voltamos pra minha cidade de origem, e no ano seguinte apareceu uma vaga no então Colégio Técnico Agrícola Delfônio Passo Borges (inaudível). Porque eu sou lá de trás né? E aí eu fui lá, entrevista e tudo mais. E comecei então a trabalhar. E aí depois, surgiu o concurso e eu estou até hoje. Então assim, o que que eu passo né? E hoje a minha filha tem 22 anos, e toda minha trajetória como professora, apesar de hoje ter um codinome diferente, também sou educadora né? Eu sempre passei, sempre, enquanto tiver essa oportunidade de passar a minha experiência, que a gente não pode abaixar a cabeça, que é desafiador né? E agente cria uma expectativa de que isso não ia acontecer mais. Mas acontece.

10. Pela sua fala você concorda com a importância da discussão sobre gênero na sociedade e na escola?

É logico, é logico

11. Você já encontrou obstáculos na sua carreira ou na sua formação por aspetos relacionados ao fato de ser mulher?

Com certeza. Com certeza. Até mesmo dentro da própria Agropecuária, no próprio colegiado. Esse enfrentamento, não sei nem se o nome é esse. Mas tive esse desafio, desde quando eu iniciei, porque dentro da área técnica eu era a única mulher. E como eu cheguei chegando né, eu aprendo as coisas com muita facilidade, acesso a internet logo assim que começou, não sei qual foi a sua experiência, mas logo assim que chegou a internet eu conseguia as coisas com muita facilidade,

eu ensinava os meus colegas, eu tinha a vontade de que todos pudessem caminhar junto comigo. Ai eles começaram a direcionar a minha ideia de que todos podem, de que um pode ajudar o outro, eles começaram a falar assim: “Ah que eu era muito elitista né? Que eu queria dar aula só para os ricos”. Porque eu tinha facilidade pra aprender e pra usar essa máquina, então eles achavam que eu estava mais voltada pro rico do que pro pobre. E que eles não, que eles que estavam voltados para o pobre.

Eles que você diz são os outros professores? Que se incomodaram com a sua atuação?

Isso, os outros professores. E eu incomodei, desde quando eu falei não para um deles. Então o dia que eu falei não mesmo, quando ele pediu pra eu organizar o laboratório dele e eu falei que não, nossa! Aquilo ali já foi um enfrentamento né? E eu assumi a minha área de experiência, e comecei a ser meio revolucionária no lugar que, desde 1970, eles estavam agarrados lá em 1970. E eu cheguei já no século 21, com tudo novo e eles ficaram meio assim, impactados. E eu não podia ser destaque de nada. Ninguém podia ser destaque de nada. Principalmente mulher, porque eles é que dominavam. Nossa mãe! Que sofrimento, minha filha! E aí quando chegou a professora xxxx, que ela veio pra assumir o curso de Agroindústria, e passou um pouquinho por isso. E quando ela chegou isso fez muito bem pra mim, porque eu comecei a dividir toda aquela “perseguição” e começou a ir pro lado dela. Mas, antes de mim, ali, a própria Veterinária que é a xxxx, também passou por tudo isso. Quem não passou por isso foi quem? Foi a professora de História, que ninguém engolia ela não. Ela era destaque mesmo, excepcional! E os outros professores que haviam passado por lá, iam lá pra poder consultar ela. Ela era o centro de informações, a enciclopédia do CETAIB na época. Mas essa pressão diminuiu quando chegou outra, que aí eu passei a dividir com essa pessoa. E com a mudança do colégio agrícola para Instituto Federal Fluminense, isso começou a “diminuir”, porque passaram a chegar mais mulheres. Muitas mulheres. E eu percebia que elas passaram pela mesma situação minha. Era indiferente se era IFF ou UFF, só por ser mulher é diferente. Mas isso incomodava muito eles. Então, aqueles mais antigos eram os que sentiam mais incômodos. Incomodo absurdo, insustentável. Eles não admitiam todo esse emponderamento (tem um monte de palavras novas, né?). Nossa! E Evelyn, assim, no momento de reuniões do colegiado, eu já tive até colegas que numa discussão levantou! E eu pensei assim: “Nossa agora eu vou levar um tapa aqui”. E aí quando levantou eu falei assim: “Se me der um tapa, vai ser só um!” Eu não revido, porque acho que não tem necessidade de você revidar com violência. Mas eu ia ligar, ia fazer uma ligação, ia pedir ajuda, mas já tinham outras mulheres. E aí começaram as outras, porque eu não sou muito de revidar, só ouço. Sou igual

manteiga no sol, qualquer coisa estou chorando. Mas eu me mantive firme, na minha opinião, mas é dolorido tá?

Parte 3: Institucionalização de políticas e práticas organizacionais

12. Você conhece as políticas e práticas organizacionais sobre a igualdade de gênero no IFF? (existência de documentos, realização de projetos, mecanismos de proteção contra a violência e o assédio psicológico, moral, físico e sexual entre outros)

14. Você conhece os Núcleos de Gênero? Na sua opinião, qual a importância da atuação dos Núcleos no IFF na promoção da igualdade de gênero?

Então, se não me falha a memória, tem um núcleo específico pra isso, que é o NUGEDS né? Eu não sei se é isso mesmo. Mas ainda tem muita resistência né, esse grupo existe meio que a força, tá? E eu acho que ele tem que permanecer, eu acho que tá na direção correta. Eu sei que agora tem um evento ou algo parecido, pelo menos eu leio o email né, mas assim, eu não quero mais nada Evelyn. Nada. Eu já estou no final, e eu quero aproveitar o máximo, e contribuir o máximo como eu contribuo e continuo contribuindo, mas eu já não quero mais. Chegou no limite já. Mas tem que permanecer ta? Tem que brigar, tem que lutar, recentemente nos recebemos uma professora substituta, e que ela ta fazendo doutorado lá na UFRJ. E ela sofreu a mesma situação tá? Ela foi perseguida ao ponto de largar o contrato dela. Que loucura essa mulher passou. Eu falei assim: “Oh, você não pode desanimar! Você tem que enfrentar, você tem que enfrentar!”. Mas assim, as vezes você falar é muito fácil né? Você dar conselhos é muito tranquilo. Mas viver aquilo ali não é fácil. Bom, ela largou o contrato como professora substituta no IFF, pra poder continuar o doutorado porque a orientadora lá falou assim que ela tinha que decidir. Ou ela permanecia no doutorado ou ela trabalhava. Olha que loucura. Ela é mãe, com duas crianças, olha! Revoltante tá? Revoltante. E o pior de tudo é que o contrato foi muito curto né, e ela teve uma participação muito meteórica, passou rapidinho mas era excepcional! Uma menina excepcional! Eu falei assim: “Olha, tudo isso aí é inveja. Tudo isso porque não tem mais a sua juventude, e que queria ser como você e não consegue.” Então ela é, mulher, negra, nordestina, olha! A mulher veio assim, cagada, pra então ela sofrer o que ela sofreu.

Parte 4: Igualdade de gênero e o contexto escolar e profissional

15. Você acredita que a escola pode contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária, no que tange às questões de gênero, com vista a diminuir problemas sociais relacionados a elas?

Sim, e quem vai vencer tudo isso somos nós.

16. Você acredita que, na prática cotidiana, a escola pode acabar contribuindo/reforçando no desenvolvimento de habilidades e interesses diferentes em meninos e meninas? De que forma? Absolutamente, a desigualdade está a cabeça de cada uma dessas pessoas aí. Eu não sei se eu entendi, mas assim, eu acho que ninguém pode desanimar, a mulher não pode desanimar, tem uma trajetória muito dolorosa, e não pode se fragilizar com qualquer coisa. Tem que continuar enfrentando, até então, eu vejo assim as mulheres extremamente vitoriosas, e a gente pode muito mais do que aquilo que a gente pensa né? O enfrentamento que nós temos é de uma sociedade que ainda quer embutir na cabeça da gente algo que não existe. Querer achar, só achar né? Que a gente não pode isso ou aquilo, a gente pode muito mais! E talvez melhor, acho que o que faltava era de fato mulheres em posições mais relevantes, e que pudessem mudar essa sociedade hoje, louca, desvairada... eu acho que mulher tem que ter mais, tem que ser proporcionado a elas mais. Hoje somente homens... meu marido por exemplo é bombeiro militar e ele falou que uma técnica de enfermagem que trabalha com ele... nossa a mulher quer fazer tudo. Quer aprender tudo, quer saber tudo, o que eles acham que só homem é capaz de fazer. Então a cabecinha muito pequenininha também desse povo, mas ele falou assim: “Não, agente estimula ela, e ela faz tudo, e faz melhor do que muitos que há muito tempo estão lá...” Então é realmente o que a gente passa, que a gente vê que a gente pode, e que a gente consegue enfrentar. Também se nós estivéssemos na época da minha mãe por exemplo não teríamos esse enfrentamento não. Ia continuar analfabeta, não ter direito a voto, isso tudo a minha mãe passou. Mas eu sou de uma família de onze pessoas, de onze filhos, e todas as 5 mulheres foram professoras. Impressionante né? Eu rodei, nadei, nadei e morri afogada na areia. Mas é isso aí.

17. Você acredita que existe a percepção de que existem cursos considerados “para homens” e cursos considerados “para mulheres”? Acha que é o caso de algum curso em que leciona? Certamente, minha filha. Certamente. E as meninas são destaque, tá?

18. Você acredita que fatores relacionados à desigualdade de gênero influenciam ou controlam a entrada e a permanência de alunas mulheres no(s) curso(s) nos quais leciona? Acredita que alunas possam desistir do curso por acharem que não é “seu lugar”?

Infelizmente Evelyn, pode sim. Mas o que a gente vem fazendo como professoras, a grande maioria das professor dentro da agropecuária assumem papeis que antes eram só de homens. Então

a grande maioria trabalha com animais e que antes eram só homem. Trabalhar com boi? Com vaca, com porco, ovinos, era só homem. E hoje é o que? O contrário. Mulheres de destaque, tá?

19. Você já presenciou alguma situação de assédio ou discriminação de gênero no contexto escolar? Por parte de quem?

Então, presenciar, não. Mas eu sei de histórias sim, do tipo, “eu jamais vou me deixar ser mandado por mulher”. Então por exemplo, hoje nós temos a coordenadora de campo é uma mulher, eu coordenadora, dentro de uma linha que só mulheres assumem coordenação da Agropecuária... então a gente veio de uma, duas, eu sou a terceira, já vai entrar a 4ª mulher numa sequência apenas de mulheres à frente da coordenação. E meus colegas de falarem que “não admitem ser mandados por mulheres.” E não adianta querer ou não querer ser mandado ou não mandado porque a gente não está ali pra mandar, estamos ali pra orientar. E a gente vai continuar orientando. E a mulherada ainda está aí, a frente da agropecuária. Hoje é a professora xxxx que vai assumir a coordenação, eu estou coordenadora mais burocrática, só mexendo no SUAP...mas, não é fácil não tá? Não é fácil, não. Mas talvez eles percebem que a gente tem mais esse tino de orientar, porque eles não tem essa capacidade. Mas é a mesma coisa de uma fala que a gente também já ouviu: “Porque você não aproveita e faz um cafezinho?” E aí a minha fala na época foi: “Não, da mesma forma como minha mão é capaz de fazer a sua também é. Então não.” Ir lá, pegar a água, do mesmo jeito...

Parte 1: Identificação

1. **Nome:** E2

2. **Campus:**

Bom Jesus

3. **Curso(s):**

Informática

4. **Formação:** Ciência da Computação

5. **Alguma vez fez curso(s) de formação em igualdade de gênero, internamente e/ou fora da sua organização?** Não, nenhum

6. **Se a sua organização proporcionasse formação nesta matéria dentro das horas de formação a que anualmente tem direito, gostaria de frequentar? Ou preferiria outras capacitações?** Olha, uma pós eu não frequentaria, mas se fosse um curso de formação mais rápido eu frequentaria sim.

Parte 2: Percepção sobre o tema “Igualdade de Gênero”

7. **Como você definiria “igualdade de gênero”?**

Acredito que a igualdade de gênero seja alcançada quando você não faz a distinção das pessoas pelo sexo biológico delas. Uma mulher receber menos simplesmente por ter nascido com órgão sexual feminino ou porque engravida como alguns dizem. Eu acredito que as pessoas tem que ser avaliadas pelo que elas podem oferecer, pela qualidade do trabalho delas e não simplesmente porque nasceu com um pênis ou uma vagina.

8. **Na sua opinião, a sociedade atual espera coisas diferentes da mulher e do homem como papéis a serem desempenhados no contexto familiar/doméstico? Por quê?**

Sim. A nossa sociedade é extremamente machista e ela espera que a mulher tenha filhos, se case dentro de uma idade determinada, seja uma boa esposa, uma boa mãe, faça todas as tarefas de casa e ainda seja muito, muito boa no seu trabalho, esteja muito acima da média pra que ela possa ser comparada ao home mediano. Então ela tem que ser uma gênica pra ter o status de um homem mediano, então a sociedade é muito machista e muito injusta com as mulheres nesse ponto, porque elas dão uma carga de trabalho não só profissional mas também dentro de casa pras mulheres que muitas vezes torna impossível que ela desempenhe bem todos esses trabalhos. Porque são muitos papéis que ela tem que desempenhar, é cobrada de todos os lados e muitas vezes as mulheres

acabam adoecendo por causa dessa cobrança, mas a sociedade não consegue enxergar isso, ela realmente ela enxerga que tudo isso é função da mulher, criar o filho. Tanto que as pessoas falam quando uma criança faz bagunça: “você não tem mãe não? Sua mãe não te educou não?” Como se a responsabilidade fosse apenas de uma mãe e não de um pai também educar o filho.

9. Na sua opinião, a sociedade atual espera coisas diferentes de mulheres e homens com relação às profissões a serem exercidas?

Sim, e isso é muito visível até mesmo dentro dos cursos. Se você entrar numa sala de aula por exemplo de um curso de pedagogia, nutrição, dermatologia, você vai ver que a maioria são mulheres porque são considerados cursos femininos, cursos das mulheres. No entanto se você entra numa sala de informática, ciência da computação, desenvolvimento de software, engenharia, qualquer uma que seja, predominantemente masculina, porque são consideradas profissões de homens. Na primeira aula que eu dou pras minhas turmas eu mostro exatamente isso pra eles: a área de informática era uma área feminina na década de 60, 70 e com o passar dos anos os homens foram entrando nessa área e tomando pra si o direito de serem os donos da computação. Então sim, é esperado que as mulheres trabalhem mas que elas tenham trabalhos considerados femininos e que os homens tenham a força bruta, se precisar pensar (como na engenharia, tem que pensar muito, como se mulher não pudesse pensar)

10. Como você definiria a importância da discussão sobre gênero na sociedade e na escola?

Ela é imprescindível na verdade. Eu acho que enquanto não se tem essa discussão, se está contribuindo para uma sociedade mais machista, porque, por exemplo, na minha turma atual de engenharia são 30 alunos e 3 mulheres e aí elas se sentem excluídas por causa do seu sexo. Então se você chega numa turma dessa, tem 27 homens e você está sozinha, qual a primeira coisa que você pensa? Vou desistir, isso daqui não é pra mim não. Então nas turmas de engenharia eu tento fazer esse trabalho nas primeiras aulas que não é um curso masculino, é um curso para todos. E quanto mais houver diversidade melhor é para a área. Porque não tem isso que o homem pensa melhor ou a mulher pensa melhor, existem pessoas que podem se dar melhor numa área e outras em outra. Mas o sexo não tem nada a ver com isso.

11. Você já encontrou obstáculos na sua carreira por aspectos relacionados ao fato de ser mulher? Exemplifique. E na sua formação?

No IFF não, eu estou no IFF desde 2012 e eu costumo brincar que eu sou bem abençoada pelo grupo de trabalho que eu tenho. Eu costumo brincar que apesar de só ter eu de mulher no grupo, de todo o restante ser homem, ainda assim eu nunca senti deles nenhuma discriminação pelo meu

sexo, eu sou ouvida, mas eu sei que eu sou um ponto fora da curva no ambiente de trabalho das mulheres. Eu tenho consciência disso, que o que eu vivo não é o que as mulheres vivem. Eu sei que não é realidade da maioria, que eu fui premiada. Na verdade eu nem diria que eu sou premiada, é porque as pessoas que trabalham comigo entendem que o fato de eu ser mulher não me torna pior do que elas e nem melhor. Eu sou igual. Na formação sim, na faculdade você ainda é muito jovem e tem algumas coisas que acontecem e você não percebe que "ah ele está falando isso porque eu sou mulher" e só vai perceber muito tempo depois.

Parte 3: Institucionalização de políticas e práticas organizacionais

12. Você conhece as políticas e práticas organizacionais sobre a igualdade de gênero no IFF? (existência de documentos, realização de projetos, mecanismos de proteção contra a violência e o assédio psicológico, moral, físico e sexual entre outros)

Eu sei que tem meios de denunciar se acontecer alguma coisa, mas nada específico para mulheres, e sim de servidores em geral.

14. Você conhece os Núcleos de Gênero? Na sua opinião, qual a importância da atuação dos Núcleos no IFF na promoção da igualdade de gênero?

Não

Parte 4: Igualdade de gênero e o contexto escolar e profissional

15. Você acredita que a escola pode contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária, no que tange às questões de gênero, com vista a diminuir problemas sociais relacionados a elas?

16. Você acredita que, na prática cotidiana, a escola pode acabar contribuindo/reforçando no desenvolvimento de habilidades e interesses diferentes em meninos e meninas? De que forma? Acredito que pode reforçar sim, porque vivemos em uma sociedade machista e é criado para ser machista, até as mulheres mesmo e nem todo mundo tá disposto a se desconstruir. Muitas pessoas inclusive mulheres acabam repassando isso dentro de sala de aula muitas vezes de forma inconsciente sem saber que estão reproduzindo o machismo na fala delas

17. Você acredita que existe a percepção de que existem cursos considerados “para homens” e cursos considerados “para mulheres”? Acha que é o caso de algum curso em que leciona?

Sim, pela sociedade o meu curso é considerado um curso masculino por ser da área de ciências exatas. Eles consideram ciências humanas femininos e exatas masculinos.

18. Você acredita que fatores relacionados à desigualdade de gênero influenciam ou controlam a entrada e a permanência de alunas mulheres no(s) curso(s) nos quais leciona? Acredita que alunas possam desistir do curso por acharem que não é “seu lugar”?

Sim, influencia na escolha pela sociedade achar que é um curso masculino então as próprias famílias acabam dizendo que é um curso pra homem e que é muito difícil. "Faz pedagogia, faz história que é mais fácil". Mas tem esse mito de por ser de exatas é mais difícil. Quando entram tem esse choque de chegar na sala e só ter homem, inclusive professores. Você precisa de representatividade. Só tem eu de professora de mulher na informática.

20. Você já presenciou alguma situação de assédio ou discriminação de gênero no contexto escolar? Por parte de quem?

Nunca presenciei uma mulher ser destrutada por ser mulher. Eu já tive problema de assédio de um aluno com uma aluna, um caso de machismo mesmo. Encaminhei pro setor que cuida dessa parte e foi resolvido.

Parte 1: Identificação**1.Nome:** E3**2.Campus:** Campus Centro**3Curso(s):** Automação Industrial**4.Formação:** Engenharia de Automação**5. Alguma vez fez curso(s) de formação em igualdade de género, internamente e/ou fora da sua organização?** Não, nunca fiz**6. Se a sua organização proporcionasse formação nesta matéria dentro das horas de formação a que anualmente tem direito, gostaria de frequentar? Ou preferiria outras capacitações?** Sim, eu acho que nesse modelo online ajuda muito**Parte 2: Percepção sobre o tema “Igualdade de Género”****7. Como você definiria “igualdade de género”?**

Difícil né? Mas assim, o que eu acredito por igualdade é que tanto mulheres quanto homens possam permear todos os ambientes, de forma que tanto ser homem quanto mulher não atrapalhe. Porque eu já passei por dificuldade por ser mulher e não poder estar em determinado ambiente, por exemplo, pra embarcar só tinha vagas pra homens né? E aí fiquei um pouco frustrada, e a minha área que tem uma cara mais masculina também, por ser um ambiente que tinham bastante homens, e eu até hoje pego turmas de 30 com apenas 2 ou 3 mulheres...e eu percebo que é uma questão que não é que o mercado não se abra... há um pouco de preconceito dos próprios colegas. Quando eu escolhi essa área eu sofri um pouco de preconceito: “Ah, mas essa é uma área muito masculina.” Mas não me importou porque eu tinha interesse em conhecimento né? Essa é a importância da gente poder permear, é por isso que eu acho errado, por exemplo, o trocador de fraldas só ter no banheiro feminino, não ter no

banheiro masculino. Porque aí como que o homem vai trocar um bebê? Eu acho que é você poder permear todos os ambientes sem você ser mulher, fora o sanitário né...

8. Na sua opinião, a sociedade atual espera coisas diferentes da mulher e do homem como papéis a serem desempenhados no contexto familiar/doméstico? Por quê?

Com certeza, isso aí é uma questão que precisa construir né? Principalmente quando a pessoa quer construir uma família, precisa ter o entendimento do que os dois estão pensando, pra que não fique pesado pra um lado. Porque hoje não tem tanto assim, antigamente havia uma divisão mesmo sexual no trabalho. A mulher ficava um pouco focada com aquela quantidade de filhos, e o homem ia atrás de trabalhar pra comer mesmo, então ele ia pegar pesado, ele ia trabalhar na terra... então era um perfil diferente de...Era totalmente diferente do que a gente tem hoje. Hoje não, hoje a gente tem os dois no mercado de trabalho. E a gente vê que a criação dos filhos sofre, porque a mulher precisa ir atrás do dinheiro, o homem também, e aí a gente acaba passando os filhos pra uma outra pessoa, pra uma outra instituição, e os dois quando chegam também estão esgotados... então assim, Precisa entender mesmo que os dois precisam dividir, conviver no mesmo ambiente, todo mundo ali coopera, todo mundo ajuda. Ah, se houver um consenso entre o casal que, no momento, não tem um emprego pra um dos dois e um vai ficar em casa, então alguém vai se doar um pouco mais. Mas eu acho que dentro do seio familiar tem que ter uma conversa muito boa pra...

9. Na sua opinião, a sociedade atual espera coisas diferentes de mulheres e homens com relação às profissões a serem exercidas?

Campos ainda é assim, apesar de ser uma cidade enorme né, ainda tem um pouco pensamento meio de interior né? Então assim, pensar que uma mulher vai sair, vai trabalhar em um ambiente industrial, que vão ter homens que vão cobiçar, e que na verdade você tá ali com aquela vestimenta, porque eu acho o máximo o uniforme no ambiente de trabalho... tá todo mundo igual. Ninguém é ninguém né, tá todo mundo ali, com aquele macacão, em um ambiente mais industrial, que não marca formas, que não te deixa mais sensual, que te deixa igual. E dentro da competência as pessoas começam a enxergar que muitas vezes o tom que a mulher dá, consegue levar as coisas de uma forma mais organizada. Até meu marido fala assim pra mim, que ele hoje tem uma gerente mulher que até um pouco tempo atrás era só homem. E ela é um pulso firme, ela cobra, ela é uma mulher muito decidida em tudo que ela faz. Então eu acho que tem essa expectativa, da sociedade que as mulheres venham a ter outros tipos de trabalho, e também muitas acabam abrindo mão também por causa dos filhos: “Ah não, não quero trabalhar, quero cuidar dos filhos...” Mas acho que é um pouco de falta de percepção do mundo. Não que os nossos filhos não sejam importantes, mas tudo passa. Hoje é um momento que você está aqui, se você deixar de investir no seu eu, daqui a tantos anos seu filho voou e você vai ser quem?

Você vai ser você, sem identidade. Você sem ter um futuro, sem ser um profissional. Então eu

acho que é mais da mulher pensar que é o momento, que não é um pra sempre. Muitas pessoas acabam até idealizando o casamento, aquele momento, sendo que o casamento começa depois que a festa acaba. Então assim, as pessoas não se preparam para o pós né? E eu acho que isso é uma coisa que eu aprendi muito com a minha mãe, porque minha mãe seguiu um outro tipo de trabalho, fez concurso público, tinha uma coisa certinha. E meu pai por ser advogado, por oras ficava sem renda. Então aquilo ali me ensinou que se ela não tivesse correndo atrás provavelmente nossa família ia estar passando dificuldade. Então eu comecei a ver que a nossa vida profissional ela faz parte de nós. Não é uma opção, é você. O que você é profissionalmente não é: “Ah, eu não quero trabalhar.” Na minha opinião não existe o não querer. Não conseguir é uma coisa né...

10. Como você definiria a importância da discussão sobre gênero na sociedade e na escola?

Então Evelyn, até com os meus alunos falam: “Ah professora a senhora é uma inspiração, de estar aqui, de ver uma mulher no ambiente da indústria, e a senhora está sempre feminina...”. Porque tem uma dissociação, as pessoas acham que... eu posso continuar, com a minha bolsa de oncinha, eu posso continuar tendo a minha feminilidade, e estar nesse ambiente que não significa nada. São máquinas. Não significa nada. “Ah mas você tem que ter força...”. Tem que ter mais inteligência do que força, se você não tiver força pra fazer você pede ajuda. Não significa nada. E falar também né que a gente pode ser mãe, a gente pode ser profissional, a gente pode gostar de salão, a gente pode ser muitas coisas.

11. Você já encontrou obstáculos na sua carreira por aspectos relacionados ao fato de ser mulher? Exemplifique. E na sua formação?

Evelyn, eu nunca encontrei não. Fora assim, não tinha uma vaga pra feminino. Mas isso não me impediu de estar no emprego, eu não pude participar naquele momento. Mas nunca encontrei. O que eu observo como professora hoje é que muitas vezes é levado em consideração, até pelos meninos, de que eles tem um comportamento que a sociedade espera e eles acabam não focando tanto de pegar firme no estudo. Estou falando de estudo mesmo. E aí o que acaba acontecendo é que as meninas tem um desenvolvimento melhor em sala, como aluna. Então quando vem oportunidades que você leva o fator intelectual em conta, as meninas estão mais preparadas. Eu acho uma coisa ruim dessa divisão, desse universo, da sociedade. Espera-se que o menino jogue bola, que ele vá sair, que ele fique namorando, não espera que ele tire 10? Pra menina espera que tire 10. Eu nunca tive dificuldade de ambiente porque eu fui criada pra ser a menina que tira 10. Então assim, pra mim foi fácil entrar porque meu conhecimento me levou, sabe? Eu comecei a ter

um relacionamento com as pessoas pelo conhecimento. Fui bem focada no conhecimento, na aprendizagem, em busca desses quesitos. Mas

eu observo que muitas vezes os meninos, até meus alunos, que acabam sobrando vagas que o fator intelectual não é importante. Porque a gente sabe que uma formação ela pode ter dar inúmeros cargos né? E as vezes eles acabam pegando cargos que o fator intelectual não é o mais... mas é claro que com o tempo a pessoa vai aprendendo. Mas de início eu vejo que eles vão observar mais outras questões, como por exemplo, eu vejo que empresas gostam desses rapazes mais jovens porque eles tem uma vida mais livre, não vão engravidar... se chamar pra ir pra outro país eles vão. Não tem muito apego familiar. Geralmente menina tem aquela coisa mais interior né, mais em família... “Ah o pai não vai deixar.”. Ai corre o risco de engravidar né? Ah mas isso é um problema? Não, não é um problema. Mas para muitas empresas você acaba tendo o empecilho de não dar continuidade em um projeto. Porque por exemplo, você forma um funcionário por 6 meses, quando terminou a formação que ele vai te devolver aquilo com um trabalho, tá grávida. Aí vai ficar em casa algum tempo né, e eu percebo que alguns casos, não foi o meu caso. Eu trabalhei até quase ter, dirigindo... mas tem muitas que passam a gravidez em puro mal estar. Então as vezes não consegue devolver, até aquele tempo ali o que é necessário. As vezes elas acabam abrindo mão de um sonho. Que na verdade, precisa de uma pausa? É mentira se eu disser que não precisa. Mas não precisa abandonar o sonho né?

A única coisa que eu senti durante a formação foi das minhas colegas no geral, naquele finalzinho né que você vai escolher o que fazer, e elas falavam: “Ah mas esse curso é muito masculino... porque você não vai pra uma área que tenha mais meninas...”. Porque a gente vê que isso, se você entrar em um curso de biologia lá no CAMPUS CENTRO vai estar assim de mulher. E você entrar em um curso de Engenharia... eu dei aula lá pro curso de Tecnólogo de Manutenção. Só tinha uma menina! Uma menina! E o que aconteceu depois? Eu tive mais oportunidades de trabalho do que as minhas colegas, que acabaram escolhendo carreiras que elas julgavam ser mais femininas. Então, acho que no final eu fiz uma boa escolha. E acho que não sofri nenhuma dificuldade pelo gênero. Tive outras dificuldades, mas pelo gênero, não. Eu me formei no CAMPUS CENTRO também, e o ambiente era muito saudável...meu primeiro emprego foi na Petrobrás...como terceirizada. Foi um ambiente saudável também, não foi um ambiente que eu achei pesado né, porque apesar de eu trabalhar na Engenharia mas tinham umas meninas do planejamento como se fossem secretárias. Tinham mulheres que trabalhavam na Engenharia mesmo mas tinham mulheres que faziam outras funções. E depois eu fiz concurso pra professora...mas eu percebo assim que os alunos no primeiro dia de aula, eles ficam assim: “O que

será que essa garota vai falar?” Ou então a única coisa engraçada assim que eu já passei é dos meninos ficarem me testando, ficarem me fazendo pergunta pra ver se eu sei mesmo... principalmente cursos noturnos, cursos concomitantes. Eles ficam assim... Teve um que veio me explicar: “A senhora já ouviu falar?” Mas assim, a noite, os cursos lá concomitantes é tudo...é um perfil de aluno que é assim: Já são adultos, que já trabalham, e tem um perfil assim mais complicado de lidar. Voce tem que ser um pouco mais séria, não pode dar muita risadinha...diferentes dos cursos integrados, que tem alunos adolescentes. Eu já tive aluno no curso noturno que tinha 43, 50, 60 anos...então você tem que chegar e falar: “Boa noite, nós vamos falar sobre isso...”. Ir direto ao foco, as vezes você ouve piadinhas que eles fazem entre eles lá. Sobre mulher, e finge que não ta entendendo...porque você tá no ambiente que outras pessoas, com outra mentalidade... a classe social que eles pertencem também. As vezes são pessoas com menor poder de vida mesmo, então você vê que a educação é um pouco voltada para as palavras tipo palavrão...

Parte 3: Institucionalização de políticas e práticas organizacionais

12. Você conhece as políticas e práticas organizacionais sobre a igualdade de gênero no IFF? (existência de documentos, realização de projetos, mecanismos de proteção contra a violência e o assédio psicológico, moral, físico e sexual entre outros)

14. Você conhece os Núcleos de Gênero? Na sua opinião, qual a importância da atuação dos Núcleos no IFF na promoção da igualdade de gênero?

Então quando eu estive no CAMPUS MACAÉ eu sei que tinha o núcleo de gênero lá. E que as professoras que coordenavam lá eram bem fortes com isso...professora Alice, professora Camila, elas trabalhavam muito forte. Mas eu via inclusão de gênero, enquanto o aluno se identificar ser, ou não, homossexual. Lá eles tinham mais voltados, não pra inclusão de gênero de ocupar todos os espaços... Voltado pra essa parte de gênero voltado pra sexualidade. Mas eu sinto que falta esse olhar né, porque lá em Macaé a gente tinha uma diretora de ensino muito boa, só que ela era muito rigorosa. Não podia faltar prazo, e ela era bem rigorosa mesmo. E a gente ouvia piadas de cunho sexual... tipo: “Ah, o marido não está dando conta, por isso está estressada.” Porque ela estava sendo muito rigorosa no caso. O que é uma coisa totalmente incoerente. Então, a gente fica se sentindo mal, porque ela só está fazendo o dela. Não estava fazendo nada demais, não estava sendo abusiva. Pelo contrário, pela primeira vez ela estava tentando fazer as coisas andarem né? E é engraçado porque quando a mulher tenta ser um pouco mais firme, sempre jogam pra gente:

“Está estressadinha? O marido não está comparecendo?” E o homem quando ele é assim, é: “Oh, fulano é muito exigente!” É diferente né? E no CAMPUS CENTRO a gente tem um diretor que é homem, a gente tinha a direção de ensino da educação básica que era a xxxx...mas a maioria de cargo de direção são homens.

Parte 4: Igualdade de gênero e o contexto escolar e profissional

15. Você acredita que a escola pode contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária, no que tange às questões de gênero, com vista a diminuir problemas sociais relacionados a elas?

Eu acredito, acredito sim. Lá em Macaé uma vez teve uma discussão que elas não queriam que os alunos usassem mais uniforme. Segundo elas, o uniforme acabava fazendo com que o aluno evitasse de mostrar a própria identidade. Mas eu fui atrás da discussão na época, falando que não. Porque o uniforme ele acaba trazendo uma igualdade pra todo mundo. Ali não tem decote, ali não tem short curto. Uma vez uma aluna falou que eu estava com preconceito porque não deixei ela entrar de short curto na minha aula. Se cai uma gota de solda na perna ela, vai fazer um rombo! E eu vou pra página do jornal, entendeu? Então assim, esses ambientes, ambientes de trabalho, ambiente escolar, não são ambientes que a gente possa mostrar quem somos nos na nossa identidade particular né? Ali a gente está sobre regras né, e é uma forma que a gente percebe de maior igualdade. Porque aquele uniforme foi pensado pra que todo mundo seja igual. Todo mundo ande igual, no sentido de que não há diferenças. A gente sabe que adolescente as vezes age por impulso. A gente que tem um pouquinho mais de idade, a gente vê que as meninas as vezes se vestem de uma forma que a maturidade ainda não trouxe pra elas o que aquilo pode trabalhar de forma ruim no psicológico delas. Porque as vezes elas podem achar que os meninos estão elogiando elas por uma característica do corpo, mas pode ser que isso descaracterize o objetivo dela que é ser um profissional de sucesso. Então eu acho que a gente precisa falar isso. Precisa falar que a gente está em um ambiente que o que conta é o que você desenvolve intelectualmente, não é quem está com a roupa mais bonita, mais arrumado. A gente tem que estar em um ambiente saudável, obvio. Como eu falei com você, existem vários cargos. As vezes uma menina que é muito estudiosa, vai ocupar um cargo bom, de uma determinada formação. As vezes o menino não é muito estudioso mas tem musculo, ele vai bater marreta mesmo como a gente chama. Mas uma menina que não estuda, e que é magrelinha, ela não consegue bater marreta. Tem cargos mesmo

que o cara precisa de força. Pra abrir válvulas enormes, não adianta me chamar que eu não vou. Mesmo sendo grande, fortinha, eu não vou, porque vai machucar minha mão. Então assim, pode, com certeza haver ambientes que a gente vai estar ali e vai ser discriminado por quem a gente é...

16. Você acredita que, na prática cotidiana, a escola pode acabar contribuindo/reforçando no desenvolvimento de habilidades e interesses diferentes em meninos e meninas? De que forma? Então Evelyn, é um risco sim. Porque tudo tem dois lados né, então pode haver pessoas que tiveram experiências, e que vão falar: “Ah porque quando eu trabalhei...” O cara trabalhou na década de 80. “Ah, qualquer mulher lá era tratada assim...” E hoje você já tem uma outra política. Hoje você tem um ambiente de denúncia, se a mulher falar o cara desce na hora. Não é um ambiente fácil. Eu tenho uma tia que trabalha embarcada desde 85. Ela hoje tem seus 50 e poucos anos. Ela já passou por muitas dificuldades embarcada. Mas também assim, ela acabou se contaminando pelo meio. Acabou tendo atitudes machistas também. São situações isoladas, mas acaba queimando a imagem. Mas eu acho que é importante sim, as professoras mulheres trazerem essa visão, porque muitas das minhas colegas... hoje eu tenho colegas que são da idade ou mais velhas que meu pai. Então ainda tem a cabeça do meu pai, de achar que, se você for de vestido, não está sendo muito adequado...e a gente ainda tem alguns colegas que faltam com respeito com as outras, porque são homens casados. E que se você se arruma um pouquinho mais, falam: “Nossa, você tá linda hoje.”. Então assim, a gente passa por circunstâncias, e que eu acho que isso vai sempre acontecer porque são seres humanos né? Então assim, não tem como dizer que nunca vai acontecer, mas o que eu falo sempre com as minhas alunas é: “Gente estuda, estuda muito. Estuda o máximo que você puder. Porque as pessoas tem que ver em você o brilho do conhecimento”. Você ser bonita, com uma aparência bacana é consequência. No futuro, a pessoa que você escolher pra conviver com você vai ganhar duas vezes. Na inteligência e na beleza.

17. Você acredita que existe a percepção de que existem cursos considerados “para homens” e cursos considerados “para mulheres”? Acha que é o caso de algum curso em que leciona? Infelizmente, infelizmente. Mudou muito sabe, de uns dez anos pra cá mudou absurdamente. Mas ainda existe esse ranço do “é pra homem, é pra mulher.”

18. Você acredita que fatores relacionados à desigualdade de gênero influenciam ou controlam a entrada e a permanência de alunas mulheres no(s) curso(s) nos quais leciona? Acredita que alunas possam desistir do curso por acharem que não é “seu lugar”?

Então, pode sim. Já vi isso acontecer. Mas como te falei, geralmente nossos alunos que desistem são mais pelo fator de estudo. Então eu vejo mais meninos desistindo do curso por achar difícil. Mas eu já vi algumas meninas desistirem do curso por acharem: “Ah, não é pra mim..” E já vi também mulheres nem tentar, porque achavam que era curso muito de homem. “Ah não, isso é muito masculino não vou nem tentar.” E falta essa discussão no mercado de trabalho, as pessoas hoje em dia falam muito em sonho. E sonho é um sonho. Sonho não é realidade. E falta preparo familiar também né, Evelyn. A verdade é essa. A família tem que estar ali do lado pra dar força. Porque quando o pai e a mãe falam: “Ui, que curso horrível!” a menina não vai nem tentar. Não adianta.

20. Você já presenciou alguma situação de assédio ou discriminação de gênero no contexto escolar? Por parte de quem?

Já. Eu tinha uma colega que ela tinha um “popozão”, e eu lembro que era um dia de educação física. E ela estava de calça legging e roupinha mais justa né, e quando ela entrou na sala, um professor (que hoje é até meu colega de trabalho no IFF), perguntou assim pra ela: “Fulana, o que que abunda em você?” Tipo uma piadinha de duplo sentido. “O que abunda em você?” Aí ela ficou toda sem graça, e ele: “Abundancia. O que é abundancia no seu ser?” Aí ele ficou sem graça, ficou todo mundo sem graça. Aí isso me marcou, porque eu tinha 17 anos. Logo que eu acabei de entrar no IFF. Eu fiquei muito assustada

Ele professor e ela aluna?

Aluna. Eu fiquei bem assustada. A pergunta foi: “O que abunda em você?” Aí ficou todo mundo sem graça e ele: “Não, o que abunda o seu ser?” Voltou do intervalo ele vai fazer essa pergunta, ridícula.

Parte 1: Identificação

1.Nome: E5

2.Campus: Bom Jesus

3.Curso(s): Agropecuária

4.Formação: Engenheira Agrônoma

5. Alguma vez fez curso(s) de formação em igualdade de gênero, internamente e/ou fora da sua organização?

Não

6. Se a sua organização proporcionasse formação nesta matéria dentro das horas de formação a que anualmente tem direito, gostaria de frequentar? Ou preferiria outras capacitações?

Eu prefiro em outras áreas. Na verdade é tão corrido o nosso tempo né? Que não sobra muito tempo, a gente acaba fazendo curso que é de necessidade. Agora eu tô fazendo um curso porque eu tô trabalhando na parte de processo do campus e aí eu tô fazendo o curso, então são coisas que vão surgindo, mas eu acho essencial todos os docentes fazerem algum curso nisso pois é o futuro né? A gente saber lidar com isso, são os nossos alunos. Vontade até tenho, tô fazendo de educação inclusiva também que tá ligado né? O problema é tempo mesmo.

Parte 2: Percepção sobre o tema “Igualdade de Gênero”

7. Como você definiria “igualdade de gênero”?

Eu acho que é tratar cada indivíduo de forma igual, independente né? Qual é o sexo, qual é a cor, qual é a forma de agir, forma de pensar. Então isso pra mim é ser igual, não tem essa.

8. Na sua opinião, a sociedade atual espera coisas diferentes da mulher e do homem como papéis a serem desempenhados no contexto familiar/doméstico? Por quê?

Sim, com certeza. Com certeza. Eu vivo isso né? E é sem maldade. Com certeza existe isso, eu acho que 80%.

9. Na sua opinião, a sociedade atual espera coisas diferentes de mulheres e homens com

relação às profissões a serem exercidas?

Sim. Na minha área de atuação, eu fui professora de máquinas agrícolas e senti isso né? Trabalhar no campo também né? As pessoas tem muito preconceito. Tanto o homem como a mulher mesmo né? Ah, você vai fazer isso? Na minha área tem muito isso, com certeza tem preconceito. Não acho que aumentou nem diminuiu, desde que quando estou na área, já tem mais de 10 anos, continua tudo a mesma coisa.

10. Como você definiria a importância da discussão sobre gênero na sociedade e na escola?

Eu acho que é essencial. Pois é na escola mesmo desde pequenininho que a gente tem que tratar como igual. A gente não sabe como são os pais dentro de casa, se tem ai, se tem mãe, as vezes o aluno só tem a mãe então ele nem tem a percepção, ou só tem o pai. Então não tem a percepção da importância de não ser desigual. Na escola pode ser passado isso. Então acho que é importante, mas não como o papel principal, como coadjuvante.

11. Você já encontrou obstáculos na sua carreira por aspectos relacionados ao fato de ser mulher? Exemplifique. E na sua formação?

Sim, mas não me afetou. Eu não sou uma pessoa que afeta muito não mas eu passei. Como eu falei, fui professora de máquinas agrícolas, dirigia um trator. No início as pessoas ficam um pouco receosas e começam a falar as coisas, mas depois passou. Acho que apresentei competência e fui. Além de ser mulher eu sou baixinha, então tem a dificuldade mesmo, então eu levei na esportiva, mas fui.

Parte 3: Institucionalização de políticas e práticas organizacionais

12. Você conhece as políticas e práticas organizacionais sobre a igualdade de gênero no IFF? (existência de documentos, realização de projetos, mecanismos de proteção contra a violência e o assédio psicológico, moral, físico e sexual entre outros)

Como estamos em pandemia, eu não vi tá? Como eu comentei, eu vim de outro instituto, pouco tempo em campos. Lá em Brasília tinha muito, aqui eu achei muito pouco mas tem a pandemia né? Eu vi alguma coisa de Consciência Negra, mas de gênero não.

14. Você conhece os Núcleos de Gênero? Na sua opinião, qual a importância da atuação dos Núcleos no IFF na promoção da igualdade de gênero?

Não. Eu acho que tem um sim, mas não sei dizer

Parte 4: Igualdade de gênero e o contexto escolar e profissional

15. Você acredita que a escola pode contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária, no que tange às questões de gênero, com vista a diminuir problemas sociais relacionados a elas?

Sim, com certeza.

16. Você acredita que, na prática cotidiana, a escola pode acabar contribuindo/reforçando no desenvolvimento de habilidades e interesses diferentes em meninos e meninas? De que forma? Sim, eu acho que sim. Acho que muitos fazem sem perceber. Acho que falando, comentando,

assistindo eventos, a gente pode despertar.

17. Você acredita que existe a percepção de que existem cursos considerados “para homens” e cursos considerados “para mulheres”? Acha que é o caso de algum curso em que leciona?

Sim, eu acho um pouco sim. Eu acho que ainda existe isso. Muitos cursos por exemplo enfermagem, pedagogia, as pessoas “ah não vou fazer porque é curso de homem”. Já engenharia, mecânica, essas coisas, ah é curso de homem, não de mulher. Então com certeza existe. Eu vejo isso ainda, só não concordo.

18. Você acredita que fatores relacionados à desigualdade de gênero influenciam ou controlam a entrada e a permanência de alunas mulheres no(s) curso(s) nos quais leciona? Acredita que alunas possam desistir do curso por acharem que não é “seu lugar”?

Eu acho que hoje em dia a nova geração tem baixa auto estima e isso ajuda também além do preconceito a se achar sempre incapaz de qualquer coisa. Até pra fazer um curso superior. Então a nossa geração (anos 80) ela tinha até mais preconceito mas não tinha essa coisa “ah eu não vou conseguir”. Então além dessa diferença de gênero ainda existe a baixa auto estima, principalmente das mulheres e isso continua, até mais do que a nossa geração.

20. Você já presenciou alguma situação de assédio ou discriminação de gênero no contexto

escolar? Por parte de quem?

Aqui não, estamos em pandemia. Mas já vi sim em outro instituto que já trabalhei. Já passei por todos os fatores, assédio...teve um professor que foi exonerado por assédio com aluna. Já vi outras mulheres passando pelo mesmo que eu “ah é mulher, mas vai fazer agronomia”...e também vejo muito em relação a “opção sexual” de professores. Ser homossexual e passar por alguns apertos.

Parte 1: Identificação

1.Nome: E5

2.Campus: Bom Jesus

3Curso(s): Agropecuária

4.Formação: Engenheira Agrônoma

5. Alguma vez fez curso(s) de formação em igualdade de gênero, internamente e/ou fora da sua organização? Não, só capacitações muito rápidas com colegas. Palestras, eventos

6.

7.Se a sua organização proporcionasse formação nesta matéria dentro das horas de formação a que anualmente tem direito, gostaria de frequentar? Ou preferiria outras capacitações? Não está nas minhas listas de prioridade não. Acho interessante, acho válido, mas nesse momento com o quantitativo de coisas não dá.

Parte 2: Percepção sobre o tema “Igualdade de Gênero”

7.Como você definiria “igualdade de gênero”?

Igualdade de gênero eu acho que é você olhar um profissional sem ver as diferenças de sexo. De você olhar pra ele e enxergar a capacidade de resolver problemas independente de ser mulher, homem, independente de outras coisas. Eu tenho um título e gostaria de ser olhada como uma profissional e ponto. Não gostaria que ninguém aliviasse pra mim e nem me sobrecarregue mais do que eu já tenho de carga dentro da minha profissão. Então quando eu olho e vejo alguma minha ou qualquer pessoa ser desqualificada ou colocada abaixo porque um homem poderia fazer aquilo melhor eu fico realmente triste. Eu acho lamentável.

8.Na sua opinião, a sociedade atual espera coisas diferentes da mulher e do homem como papéis a serem desempenhados no contexto familiar/doméstico? Por quê?

Ainda temos muitas barreiras a romper né? Não estamos ainda em pé de igualdade não.

9. Na sua opinião, a sociedade atual espera coisas diferentes de mulheres e homens com relação às profissões a serem exercidas?

Em algumas áreas mais do que outras. Sim, a minha área é uma área extremamente machista, a gente ainda tem muito a caminhar. Nos últimos anos já vi servidores gritando com mulheres, botando o dedo (no rosto) e achando que a trajetória deles é mais válida do que a nossa.

10. Como você definiria a importância da discussão sobre gênero na sociedade e na escola?

No meu antigo campus eu tinha um contato maior com os professores porque era um campus menor, eu acho que a discussão era mais intensa do que é aqui. Eu acho válido. Eu escutei uma frase do meu antigo diretor que nunca saiu da minha cabeça: você sabe que eu não tenho uma engenheira agrônoma pra te substituir, ele só tinha engenheiros. E falou: e isso vai me fazer falta, porque as minhas meninas precisam de referencial. E nunca esqueci. Eu era referencial pra elas lá dentro, eu tinha essa noção. Eu senti o peso disso e entendia. Aqui já existiam outras professoras na área. A gente dobrou esse quantitativo, hoje são 6 professoras, a gente tem uma representatividade muito mais forte dentro do curso, a gente tem voz, diferente de XXX que era a única mulher no início do curso. Aqui eu vejo uma evolução no sentido de machismo. Os meus colegas são melhores para lidar, mas acho que a gente tem muito a discutir e acho que só quem é julgado e maltratado é que tem o ponto de vista. Quem fere não tem essa noção de que está ferindo, eles fazem porque estão acostumados a fazer. Eu me sinto reconhecida. Não me sinto desprestigiada, mas eu acho que eu trilhei esse caminho e é um caminho difícil, não é um caminho fácil. Não é.

11. Você já encontrou obstáculos na sua carreira por aspectos relacionados ao fato de ser mulher? Exemplifique. E na sua formação?

Sim. O momento que você vai falar e você é interrompida, que é muito comum. Eu acho que meu tom de voz é incisivo muitas vezes e foi modificado ao longo dos 20 anos de profissão pra conseguir me impor. Porque senão você é engolida. Tem uma menina que entrou pra ser professora temporária uma vez e me perguntou: posso marcar uma reunião com você pra você me ensinar como você faz pros outros te escutarem? E pros alunos me respeitarem? Olha só. Aí eu falei não precisa de uma reunião, a gente senta aqui agora pra resolver. Primeira coisa: não seja doce demais. Infelizmente isso não funciona. Você já tem uma carinha de uma adolescente. Você está de tênis e de calça jeans como uma adolescente, e aí você tem essa voz doce e meiga. Ou você muda isso pra dar um diferencialzinho ou você vai demorar muito. E não tenha medo de impor e

mandar o outro ficar quieto pra você argumentar: Um momento, deixa eu terminar é uma frase que eu sempre uso. Um momento, deixa eu concluir, por favor? Não terminei ainda, eu não acabei de falar. Porque você é interrompida o tempo todo e você é interrompida até por alunos homens se você não tomar cuidado. Eu dei esse conselho a ela e em 1 ano eu vi aquela menina se transformar em uma profissional muito boa, muito boa mesmo e os alunos respeitavam ela mesmo ela sendo recém formada. E ela falou “aquela dica sua foi muito boa, porque eu continuei usando tênis, mas a minha voz e a minha postura mudaram”. É só uma formalização, ela não pode ir de mochila, ela se misturava no meio dos alunos. Aí eu falei: você tem que ter um diferencial de profissional, você não é mais estudante. Ela tinha acabado de concluir o curso e eu falo que a gente tem que mudar um pouco pra ser uma profissional nesse sentido. O homem eu acho que ele muda menos, o tom de voz dele. Mas meu tom de voz mudou muito e os alunos hoje ficam quietos quando eu entro, no sentido de quando eu peço silêncio.

Na minha formação tive referenciais de mulheres fortes, já que minha mãe não me deu esse suporte.

Até desestimulava. É uma mulher que casou, cuidava do marido e ficava me questionando se eu ia estudar de novo. Do jeito dela ela respeite e hoje vê que o que eu contrui estava certo. Ela tinha outras expectativas, mas hoje ela vê uma realização profissional. Eu só me deparei quando eu assumi vaga em instituto federal, mas na universidade eu nunca senti isso.

Parte 3: Institucionalização de políticas e práticas organizacionais

12. Você conhece as políticas e práticas organizacionais sobre a igualdade de gênero no IFF? (existência de documentos, realização de projetos, mecanismos de proteção contra a violência e o assédio psicológico, moral, físico e sexual entre outros)

Eu conheço as ações que são feitas pra alunos, mas pra servidores propriamente nunca vi

14. Você conhece os Núcleos de Gênero? Na sua opinião, qual a importância da atuação dos Núcleos no IFF na promoção da igualdade de gênero?

Conheço, mas ações que quero dizer: documentos que regem não. Desconheço.

Parte 4: Igualdade de gênero e o contexto escolar e profissional

15. Você acredita que a escola pode contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária, no que tange às questões de gênero, com vista a diminuir problemas sociais

relacionados a elas?

Com certeza, eu trabalho isso com as minhas alunas, elas são engajadas. Tenho uma aluna que fala eu sou uma feminista e não sabia que eu era. Eu tenho um pensamento e isso em 1 ano de instituto. Ela formou um pensamento, ela tem argumentações boas, ela tem um embasamento, ela não fala as coisas por falar. Eu converso muito com ela e eu vi uma menina que está se transformando em uma mulher com pensamentos próprios que argumenta com a mãe e com o pai e eu falo: você vai pra boas universidades e mãe não quer.

16. Você acredita que, na prática cotidiana, a escola pode acabar contribuindo/reforçando no desenvolvimento de habilidades e interesses diferentes em meninos e meninas? De que forma? Temos sim, mas eu acho que cada vez mais pessoas com mentalidades machistas na escola estão sendo questionados, encurralados. Até mesmo pelos adolescentes mais de não tolerarem. Há algum tempo atrás fui com um colega agrônomo dar aula aqui perto em um carro e esse colega tem uns pensamentos assim ainda. Dentro do carro ele falou coisas machistas e eu estava passando mal por conta da estrada e fiquei pensando: entro ou não entro na discussão? Corro ou não corro o risco de ter que descer do carro? Aí eu vi o motorista dar um show com ele. O motorista falou: você não pode pensar assim, você tá pensando como se fosse um cara de 50 anos atrás. Hoje as mulheres não estão nesse patamar que você está pensando aí não e o motorista fez o que eu não podia fazer naquele momento. Essas pessoas vão enxergando aos poucos, não dá pra aturar mais.

17. Você acredita que existe a percepção de que existem cursos considerados “para homens” e cursos considerados “para mulheres”? Acha que é o caso de algum curso em que leciona? Eu acho que isso tá sendo revertido. Como eu falei, na minha universidade entrou maioria masculina, mas foi maioria feminina que se formou e a gente tá forçando passagem. Eu tenho capacidade e eu vou. Eu tenho alunas que falam: professora, eu vou ser a primeira na minha família a formar nessa área. O fato da gente estar entrando no interior está possibilitando que essas meninas visualizem profissionais que foram formadas em lugares com realidades diferentes. A gente precisa ter representatividade.

18. Você acredita que fatores relacionados à desigualdade de gênero influenciam ou controlam a entrada e a permanência de alunas mulheres no(s) curso(s) nos quais leciona? Acredita que alunas possam desistir do curso por acharem que não é “seu lugar”?

Claro. Com certeza. Não acho que um curso que é todo masculino é fácil para as meninas, aí eu lembro da fase do meu diretor. Mas hoje as meninas falam: eu posso ser boa em exatas, por que eu não posso mexer com mecânica? Parece até que quer enfrentar mesmo pra dizer que é possível.

20. Você já presenciou alguma situação de assédio ou discriminação de gênero no contexto escolar? Por parte de quem?

Tem uma situação que eu gostaria de relatar aqui que eu vivenciei em outro IF. Eu era coordenadora, estava na minha sala quando entrou a professora e história e falou: você tem que agir e é agora. As alunas estão todas sentadas em frente ao prédio, o professor de topografia só está explicando como usar o teodolito pros meninos. E aí a gente perguntou pq elas não estavam fazendo a utilização do aparelho e elas responderam que o professor falou que mulher não é boa nisso. Todas as meninas sentadinhas esperando os meninos usarem o aparelho. Ele era um professor temporário e eu tinha reunião com ele para ensinar ele a mexer em um sistema que ele não sabia mexer. A turma estava em guerra, um abismo tinha sido criado e as meninas estavam revoltadas e os meninos dizendo que as meninas tinham razão. Um dos alunos falou pra mim: professora, levanta a mão direita. Eu falei o que? Aí ele: ih, é lenta também. Essa brincadeira o professor tinha feito na tal aula com a menina mais tímida da sala, mandando que ela levantasse a mão direita. Eu falei pra ele: você está mesmo querendo me dizer que eu não sei qual é a minha mão direita? Você está questionando que eu não sei ser ágil? Olha o meu currículo, eu não vou ser avaliada por um menino que não tem condições de me avaliar. Dei aquela aula mas revoltada e me preparando para a reunião com o professor e perguntei ao final: e aí, eu te ensinei direitinho? E como foi a aula hoje de manhã? Aí eu perguntei porque as meninas não tinham participado e ele repetiu exatamente a mesma coisa que ele disse pras alunas pra mim: você sabe né? Mulher não é muito boa com isso. Vou te falar uma coisa: você vai marcar uma aula com as meninas pra ensinar elas a usar o equipamento e vai colocar os alunos sentados, eu não preciso de professores para criar abismos entre os meus alunos. Eu quero professores que criam pontes. Se for pra criar abismos pra mim não serve, é péssimo professor. Ele pediu desculpas a turma e ensinou as meninas.

Outra barreira que eu encontrei é que eu não quis casar e não quis ter filho. As pessoas queriam saber quando que meu marido ia chegar, quando que eu ia casar. E professores homens chegavam pra mim e falavam: mas se você não está com ninguém você pode ficar comigo. Eu posso sair com você, sentar numa mesa com você sem ter interesse sexual em você. E muitas alunas me disseram: eu entendi que eu posso não querer casar com você, que eu que decido se vou querer

casar. Enquanto homens solteiros que escolhiam não ter casar era porque estavam curtindo a vida, sem maiores preocupações. Não eram questionados, eram considerados espertos.

Além disso, eu não sabia dirigir e era questionada a todo momento por isso, como se não fosse capaz. Eu venho de uma família extremamente machista, meu pai ensinou meus irmos a dirigir, eu não. Minha irmã não dirige até hoje. Minha mãe não dirige. E não era por mal.

Em reunião eu já vi um professor culpando as mulheres da coordenação por algum problema pelo fato delas serem mulheres. Além disso, ouve comentários sobre a aparência física das professoras com frequência, até mesmo de comparação entre professoras.

Em outro instituto, rolou aposta entre os professores de quem iria ficar com a professora nova, que era eu.

Parte 1: Identificação

1.Nome: E6

2.Campus: Bom Jesus

3Curso(s): Agropecuária

4.Formação: Engenheira Agrônoma.

5. Alguma vez fez curso(s) de formação em igualdade de gênero, internamente e/ou fora da sua organização?

Não.

6. Se a sua organização proporcionasse formação nesta matéria dentro das horas de formação a que anualmente tem direito, gostaria de frequentar? Ou preferiria outras capacitações?

Então, depende muito do momento. Sim, é uma coisa que me desperta interesse, porque é importante a gente estar sempre atendida nisso aí. Mas se hoje o IFF me oferecesse esse curso, eu não teria condição de assumir. É uma questão só de flexibilidade de horário. Inclusive eu estou naquela da educação inclusiva, e estou assim: “Meu Deus porque que eu assumi isso agora? Eu não to conseguindo me entregar totalmente pro curso...”

E: E trabalho remoto exige muito também...

Demais, demais. Na escola você foca mais. Em casa está terrível a situação em casa. Com criança adolescente você fala assim: “Meu filho fica aí no seu quarto e pronto.” Então eu estou me virando em casa pra controlar a situação, tenho uma pessoa que me ajuda em casa, mas mesmo assim é difícil. Se fosse um período normal, se eu estivesse trabalhando na escola eu assumiria.

Parte 2: Percepção sobre o tema “Igualdade de Gênero”

7. Como você definiria “igualdade de gênero”?

Eu acho que é justamente o direito que, eu ia falar questão de trabalho, de salário, mas no nosso meio não existe muito isso. No meio do IFF, não existe. Agora se fosse pensar na questão de um Agrônomo e uma Agrônoma, no meio de mercado, empresa particular, eu acho que a mulher ainda sai perdendo nisso. Eu vejo mais essa questão mais no lado profissional, mas talvez você me traga mais informações com essa conversa...

8. Na sua opinião, a sociedade atual espera coisas diferentes da mulher e do homem como papéis a serem desempenhados no contexto familiar/doméstico? Por quê?

Sim, muito. Ainda tem. Eu vejo que isso muda muito de região pra região, de lugares pra lugares. Eu acho que vejo mais por região. Norte, nordeste. Eu vim de lá, eu sou do ES mas fiquei 3 anos trabalhando no IFF do Pará. E eu conheci muita gente por lá, conheci a realidade deles, e na sociedade em si eu vi a diferença no tratamento entre homem e mulher. O que que a mulher é? Ela tem como obrigatoriedade de fazer, ou dentro de uma casa, ou no comportamento, e que o homem acho que não tem. O próprio relacionamento, o casal... eu fiquei abismada como é que eles se sentem no direito de... eles acham que eles podem sair lá, que eles podem tomar cerveja com os amigos deles, e não ter hora pra voltar. Isso acontece em todo lugar, a gente sabe disso. Mas eu digo assim, é como se isso fosse natural para o homem. E a mulher ela não tem esse direito, porque se ela for ela vai ser taxada de alguma forma, ou como mulher irresponsável, ou como uma mãe irresponsável, e as vezes a mulher fica submetida mesmo as imposições dessa postura do machismo, dessa questão do homem...A gente vê relatos de mulheres que são violentadas por homens né? Então é como se eles se sentissem no direito, porque eles são homens e eles devem se impor dessa forma...então eu vi isso muito lá. Mas eu também admirei muito umas coisas, que lá tem umas mulheres bem arretadas né? Elas não engolem fácil as coisas não, elas se impõem também. Mas esse se impor que até acontece esses problemas de violência, porque elas acham que elas podem bater de frente, encarar o marido...e aí acontece essas questões de violência e tal. Essa é uma realidade que eu vi muito lá. Não é que aqui a gente esteja muito longe disso não, entendeu? Dá pra entender a diferença. Tem um detalhe: do homem participar das coisas de casa. Lá você não vê muito isso não. Eu falo no geral, tá? Existem as exceções. Mas lá eles acham que eles tem que trabalhar, a forma deles é sair, comer o churrasquinho deles, e por exemplo aqui em casa, não. Eu sempre embuti isso, a gente veio dessa cultura aqui do sudeste também. Então desde o início do meu casamento, meu marido sabe que ele tem que contribuir em casa, e eu venho trabalhando isso com ele. Mas isso já parte dele também, assim, se eu não cobrasse ele não faria. Mas graças a Deus ele respondeu as minhas exigências assim. Mas no início eu falava muito assim: “Ah mas você tem que me ajudar...” principalmente quando o neném nasceu, o Arthur, de 5 anos. “Não, não é ajudar, você tá compartilhando.”. As vezes ele fala assim: “Não mas eu faço isso, faço aquilo, eu to te ajudando nisso...”. Ai eu falei assim: “Meu filho você não está me ajudando não, você simplesmente está cumprindo sua obrigação. Você mora na mesma casa que eu, usufrui das mesmas coisas que eu, a casa é sua.”. Aí eu falei assim: “Então tá bom, todo

mundo tem que almoçar não tem? Vou sentar aqui no sofá também e vou ver o mesmo programa. Vamos ver como a comida vai chegar até a gente.” Então, são essas questões tanto sociais quanto profissionais que ainda precisam ser muito quebradas né?

9. Na sua opinião, a sociedade atual espera coisas diferentes de mulheres e homens com relação às profissões a serem exercidas?

Olha, a gente está caminhando pra que isso se iguale né. Eu acho que a gente tá caminhando, como as tecnologias estão vindo com mais força, muita coisa modificou ao longo do tempo. Então eu acredito que por meio dessas tecnologias, até mesmo assim na questão de maquinarias, computador, hoje é tudo muito mais mecanizado. Ai eu digo tanto pro Agronegócio, como até mesmo indústrias né? Tudo tá sendo tão automatizado que eu acho que a gente está partindo pra esse lado de que não vai haver diferença entre homem e mulher. Eu via que a diferença estava mais na questão da força física. E aí sim ao longo do tempo isso foi sendo quebrado, quando eu entrei já existia uma diversidade bem grande...Será que eu teria feito esse curso se fosse a um tempo atrás? Eu não sei, né? É porque antes era mais cobrado. Mas na minha família a gente não teria problema por conta disso. A gente já tinha o histórico da minha tia, que foi pioneira, abriu os caminhos.

10. Como você definiria a importância da discussão sobre gênero na sociedade e na escola?

11. Você já encontrou obstáculos na sua carreira por aspectos relacionados ao fato de ser mulher? Exemplifique. E na sua formação?

Já. Por exemplo, a questão do assédio. Assédio acontece e acontece muito, né? Mas não foi aqui no IFF, tá? Foi no IFF do Pará. Então assim, assédios que você tinha que saber contornar, e eu nunca quis levar a frente nada de ficar “Ah, vou fazer uma denúncia...” por conta de que tudo existia um limite. Mas quando eu cheguei lá, dentro dos profissionais que tinha no meu Campus, eu fui uma professora que chamou muito atenção. Questão mesmo de beleza, juventude, nova, e eu sempre cuidei bem do meu corpo...então cheguei lá ainda não tinha meu filho...eu estava numa fase boa. E aí chamei sim, muita atenção, você percebia os olhares, aonde eu entrava era muito bem recebida...então tem essas facilidades mas eu sempre me impus. Muito. Então sempre consegui dar esses espaço, que até certo ponto eles souberam respeitar. Mas é claro que a gente percebe, até onde que a pessoa quer avançar, né? Então, eu percebi isso de vários colegas, mas eu tinha uma relação muito boa com eles que eu preferia levar isso como se fosse uma conversa ali no bar, o cara vai tentar, entendeu? O cara vai se aproximar, então eu preferia levar dessa forma

porque eu tinha uma relação muito boa com todos eles. Era um grupo pequeno, porque era um Campus pequeno, então todo mundo se conhecia. Eu imagino o que devia rolar comentários por trás: “Oh a professora chegou, a professora não sei o que...”. Então, tinha brincadeiras por exemplo de um colega que era professor né, de outro setor, mas ele brincava descaradamente na frente dos outros. Mas isso a gente já conhecia a fama dele. De galanteador mesmo e ninguém passava por ele não. Ai você via que existia um certo carinho do diretor comigo, do diretor financeiro...esse sim. Esse foi o que eu senti mesmo o assédio. Foi do diretor financeiro, da parte administrativa. Então por muitas vezes eu precisava recorrer a ele, porque eu era coordenadora do curso, e meus pedidos eram sempre atendidos. Mas é isso que eu falo, eu não posso reclamar porque eu tive um apoio muito grande deles, desde quando eu pedi a redistribuição, ajuda, tudo. Então, eu sempre soube levar essa situação, sempre mantendo aquela distancia, você percebia que se você abrisse uma brecha... eu preferi levar assim. Tem pessoas eu não aceitam, que por qualquer coisa a pessoa já denuncia, porque querendo ou não né, não é o lugar né? Não é o lugar. Mas é aquela coisa... Eu chegava as vezes a ficar constrangida né? Mas sempre dava um jeitinho de sair fora dali, e as vezes os elogios um atrás do outro, e convites...eu vou ser até sincera com você. Por conta disso (aí estou falando do diretor financeiro lá), quando eu tinha que recorrer e ir na sala dele, a sala dele não era sozinha. Era ele e o diretor. Mas nem sempre estavam os dois juntos. Então quando eu precisava de ir na sala dele eu rezava pro outro estar junto. Pra evitar o meu constrangimento. Mas pra mim era um certo desassossego toda vez que eu tinha que recorrer a ele. Então, nesse caso é perturbador? É. Mas você vai pra um setor já naquela ansiedade: “Ai meu Deus, como é que vai ser a conversa agora?” Mas eu sempre tentava sair pela tangente, chegava num pé e saia no outro, entendeu? Era uma coisa assim. Isso é ruim? Tem pessoas que não querem passar por isso. Não se sentem bem nessa situação. Eu sou bem fria. Sou bem fria. Tudo na minha vida eu consigo ser. Eu tenho uma certa ansiedade mas eu consigo calcular todos os meus passos quando eu quero agir de tal maneira. Pra investigar alguma coisa eu sou fria, eu digo assim até na questão do relacionamento né, porque a gente tem marido, e sabe que marido gosta de se engraçar e tal...eu sou muito fria. Sou muito fria, Evelyn, então se eu desconfio de alguma coisa eu vou comendo quieto, eu vou investigando, pra chegar na fonte. Eu não sou daquela de que quebra barraco, e aí então nessas situações assim eu prefiro agir assim. Sempre mantendo a distância. Eu sempre evitava o máximo de estar sozinha com ele.

Parte 3: Institucionalização de políticas e práticas organizacionais

12. Você conhece as políticas e práticas organizacionais sobre a igualdade de gênero no IFF? (Existência de documentos, realização de projetos, mecanismos de proteção contra a violência e o assédio psicológico, moral, físico e sexual entre outros)

Olha, com muita vergonha vou falar que não.

14. Você conhece os Núcleos de Gênero? Na sua opinião, qual a importância da atuação dos Núcleos no IFF na promoção da igualdade de gênero?

Então, eu nunca procurei saber. É aquela coisa. Como te falei, eu cheguei aqui nesse fluxo, de adaptação, de uma organização diferente de trabalho...então desde quando eu cheguei (eu cheguei em 2018 né? Aqui no Campus Bom Jesus). Então, desde então, eu to tentando me adaptar com a minha rotina, de casa, família e tudo. De maneira que eu possa me adequar e chegar ao ponto do que eu era antes. Lógico que antes, nunca mais vou chegar a esse ponto de horas trabalhadas, porque as vezes eu ia no Campus de Cambuci e chegava lá as 7:30 e saía de lá as vezes 19 horas da noite. Eu me dedicava muito mais porque não tinha ninguém que me exigisse nada, eu era solteira. E ainda morava sozinha ainda... então não tinha nada que me cobrasse. Não tinha marido, não tinha filhos. Ai depois que eu fui pro Pará eu fui com meu marido. Ele é de Cambuci mesmo, eu conheci ele lá. Ele largou tudo também pra ir embora comigo. A partir dali que a minha rotina começou a mudar, mas a minha dedicação lá era bem grande...por conta de não ter os filhos...e aí sim, depois que o Arthur nasceu ai tudo precisou de ter um horário. Mas sobre a sua pergunta dos grupos de gênero, eu ouvi falar sim. Ouvi falar: “Oh, vai ter uma ação qualquer.”. Eu sempre ouvi divulgação, mas nunca fui atrás. Por conta disso, porque quando eu estava lá, eu sempre estava atendendo aluno, ou corrigindo prova, ou dando aula, a demanda de professor. Eu nunca tirei assim um horário, porque quando eu estava por conta do IFF ali eu não tinha essa organização.

Parte 4: Igualdade de gênero e o contexto escolar e profissional

15. Você acredita que a escola pode contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária, no que tange às questões de gênero, com vista a diminuir problemas sociais relacionados a elas?

Sim, muito. Eu acho que é o caminho, não sei nem se estou errada em falar isso mas eu acho que é o único caminho. Por onde que a gente vai trabalhar dessa forma? Entendeu? Então é pela educação, a educação ali dos alunos perante a sociedade, a gente tem que... é o caminho. Já vem se falando muito nisso né? É importante a gente trabalhar todas as disciplinas e tal? Só que não

tem como só trabalhar isso e não trabalhar essas questões de gênero, de civismo, política... a gente buscar se interessar mais pelas políticas. Eu mesmo sou uma que cresci sem esse treinamento.

Eu vou só dar mamá pra minha filha mas a gente pode continuar conversando... (Célia amamenta sua filha enquanto continua a entrevista).

16. Você acredita que, na prática cotidiana, a escola pode acabar contribuindo/reforçando no desenvolvimento de habilidades e interesses diferentes em meninos e meninas? De que forma? Sim, plenamente eu acho que pode acontecer. Então que dizer, a educação não é só pro adolescente, pro aluno do IFF. Educação tem que ser pra todos. Até mesmo pros profissionais. Foi como a gente falou, tem muita gente que veio de uma educação, de uma vivência do passado que traz essa coisa do machismo, dessa diferença de atividades e tudo mais, que é preciso ser trabalhado isso com todo mundo, não é só com os alunos não. Pra não acontecer esse tipo de coisa.

17. Você acredita que existe a percepção de que existem cursos considerados “para homens” e cursos considerados “para mulheres”? Acha que é o caso de algum curso em que leciona?

18. Você acredita que fatores relacionados à desigualdade de gênero influenciam ou controlam a entrada e a permanência de alunas mulheres no(s) curso(s) nos quais leciona? Acredita que alunas possam desistir do curso por acharem que não é “seu lugar”?

Sim, e foi como te falei. Às vezes, no IFF, no IEF, nem tanto você pode perceber isso mas em outros você pode ver isso claramente. Então pode até mudar de região pra região, mas eu acredito que no geral isso interfere sim.

20. Você já presenciou alguma situação de assédio ou discriminação de gênero no contexto escolar? Por parte de quem?

Olha, nada assim que alguém retratasse pra mim não. Eu não peguei, eu tiro por mim né mas assim, por exemplo, da minha história, do que eu te contei, com certeza tiveram outras. Inclusive eu imagino até que alunas, mas eu não tenho como ir muito além disso. Eu imagino, até por comentários assim: “Ah fulano, tem que tomar cuidado com ele...”. Agora, aqui assim no IFF eu não... tem pouco tempo que estou aqui. Não tive relacionamentos, no meu grupo assim Graças a Deus eu não percebi nada. No meu grupo. Então não tive assim, um relacionamento amplo, de sair conhecendo toda a questão do campus, e depois logo veio a pandemia também...tive pouco tempo pra vivenciar isso aí. Mas tem uma coisa também, na própria faculdade a gente tinha relatos de

meninas que se “colocavam” pros professores, as vezes para conseguir uma nota, ouvi relatos de meninas que tinham certa postura, na própria sala de aula, as vezes tinham umas que até falavam: “Ah, você quer ver eu conseguir colar? É só eu ir de vestidinho, não cruzar a perna...” esses tipos de coisa. Então eu imagino que isso possa acontecer também dentro de um Instituto. Então não é uma mão única só, não é só do homem pra mulher, as vezes é da mulher pro homem, pra conseguir alguma coisa. Mas pensando no todo, já que aqui eu não presenciei e lá no Pará eu tinha uma noção do que podia acontecer, então dentro das minhas vivencias é isso. É a visão que eu tenho. Até isso precisa ser trabalhado, umas meninas...delas saberem se valorizar, que não é por conta de você querer conquistar algo que você vai facilitar uma coisa, entendeu? Então essa questão do gênero não é só a gente focar no que é direito de um e de outro, mas é o saber se portar diante de uma situação. As pessoas acham que ninguém ta olhando, ninguém ta vendo, ninguém vai comentar né, é um negócio muito complicado. As pessoas brincam muito com a sorte né: “Ah, não vai dar em nada isso...”. É tudo uma questão de conscientização.

Parte 1: Identificação

1.Nome: E7

2.Campus: Campus Centro

3Curso(s): Automação Industrial

4.Formação: Engenheira de Controle e Automação

5. Alguma vez fez curso(s) de formação em igualdade de gênero, internamente e/ou fora da sua organização?

Não, curso de formação, não.

6. Se a sua organização proporcionasse formação nesta matéria dentro das horas de formação a que anualmente tem direito, gostaria de frequentar? Ou preferiria outras capacitações?

No momento eu estou mais focada em cursos da área técnica mesmo, eu poderia aperfeiçoar para dar melhores aulas. Hoje em dia com essa questão de ensino remoto, a gente fica trabalhando em várias frentes né? Aí eu acho que hoje, no momento, eu não faria por causa disso. Tempo escasso mesmo.

Parte 2: Percepção sobre o tema “Igualdade de Gênero”

7. Como você definiria “igualdade de gênero”?

Acho que igualdade de gênero seria você ser tratado da mesma forma, independentemente se é homem ou mulher. Tratar de forma igualitária.

8. Na sua opinião, a sociedade atual espera coisas diferentes da mulher e do homem como papéis a serem desempenhados no contexto familiar/doméstico? Por quê?

Eu acho que hoje isso já está começando a mudar. Acho que no passado, tinham as coisas mais voltadas para a mulher e pra homem. Só que hoje eu acredito que a mulher esta ganhando seu espaço sim. Claro que dificuldades acontecem, mas é isso. Acho que a mulher está ganhando seu espaço sim.

9. Na sua opinião, a sociedade atual espera coisas diferentes de mulheres e homens com relação às profissões a serem exercidas?

Eu acredito que ainda sim, porque por exemplo, o curso técnico que estou dando aula é de Automação. E Automação é uma área que você trabalha mais com máquinas, então você precisa mais do intelecto. Agora por exemplo, se uma mulher, não é que ela não seja bem vinda, mas é que se espera que essa atividade seja feita por um homem. Vai soldar alguma coisa, algumas tarefas que sejam mais manuais assim, eu acho que ainda é esperado que seja um homem a realizar a tarefa do que a mulher. Apesar da mulher também poder exercer né, sem problema nenhum.

10. Como você definiria a importância da discussão sobre gênero na sociedade e na escola?

Eu acho interessante fazer essa discussão, mas acho que hoje em dia as pessoas estão mais conscientes. Acho que já está sendo melhor compreendido essa questão de igualdade entre os gêneros. Mas acho que é uma discussão interessante sim, é bom discutir, ver o ponto de vista de cada um, os argumentos de cada lado, e chegar num consenso né? É uma ideia interessante pra todos né.

11. Você já encontrou obstáculos na sua carreira por aspectos relacionados ao fato de ser mulher? Exemplifique. E na sua formação?

Eu acho que não, porque eu comecei aqui no Campus Centro nesse período remoto. Então eu não tive ainda o contato com os professores do curso e tal. Eu posso falar do Campus lá de Pádua. No Campus de Pádua, da área técnica, eram duas professoras, e alguma outra que era minha xará, e dois professores homens. A gente tinha um bom convívio, um deles até estudou comigo, fomos colegas de faculdade. Então não tive nenhum problema nesse sentido com eles. Eu acho que o que torna um pouco isso, que as vezes as pessoas não se ligam, é a forma com que os homens se relacionam entre si, não que as mulheres não sejam amigas entre elas, mas os homens eles se sentem com mais liberdade pra um acolher o outro. E as vezes eles tem o receio de fazer esse acolhimento com a mulher. Na minha opinião eu acho um pouco isso, porque eu até já ouvi de professores homens assim: “Como é que eu vou ficar nesse laboratório sozinho?”. Um professor homem falou isso comigo. “Porque depois, entra uma aluna aqui e fala que eu fiz alguma coisa com ela, e não sei o que...”. E ele tinha esse receio, ele não queria que alunos ficassem lá com ele, ele não queria ficar sozinho ali porque ele tinha receio de alguém pensar alguma coisa dele. De ser acusado de alguma coisa. Então ele tinha receio de alunas. Querendo ou não quando se é professor, as alunas podem ficar mais... não é que apaixonada né? Mas fica aquela coisa de professor pra lá, professor pra cá. Então isso não é só em relação as alunas, é em relação aos professores

também, que eles meio que ficam com pé atrás, porque acho que muitos tem medo também de ser acusado de assédio. Porque entre eles está ok, mas eles ficam com pé atrás pra evitar essa situação.

E: Na sua formação sempre foi tranquilo, sem algum incidente pelo fato de você ser mulher? De ser uma das poucas mulheres, de repente?

Não, é porque eu particularmente tive mais facilidade, principalmente depois de adolescente, na época da faculdade, sempre tive mais facilidade em ter amigos homens, do que mulher. Por causa do meu jeito também, eu não sou tão com perfil de maquiagem, de conversar, ficar falando dos outros... eu tenho mais a minha vida. Eu sempre tive mais facilidade em ter colegas homem. E a gente era aquilo ali e ponto. Não tinha muito esses assuntos. Então, no ensino médio já era assim. Eu não sei em relação as meninas, se elas andavam juntas. Porque elas também criavam o grupo delas, e como elas tinham esse grupo entre elas talvez não sentisse algo, eu não sei dizer também.

Parte 3: Institucionalização de políticas e práticas organizacionais

12. Você conhece as políticas e práticas organizacionais sobre a igualdade de gênero no IFF? (Existência de documentos, realização de projetos, mecanismos de proteção contra a violência e o assédio psicológico, moral, físico e sexual entre outros)

Olha eu nunca me adentrei nessa parte, mas eu sei existe. Por exemplo, igual a questão do NUGEDS não é? Eu sei que existe, até no Campus lá que eu estava, sempre via notícias relacionadas a isso. Mas nunca foi uma coisa que eu procurasse também.

14. Você conhece os Núcleos de Gênero? Na sua opinião, qual a importância da atuação dos Núcleos no IFF na promoção da igualdade de gênero?

Parte 4: Igualdade de gênero e o contexto escolar e profissional

15. Você acredita que a escola pode contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária, no que tange às questões de gênero, com vista a diminuir problemas sociais relacionados a elas?

16. Você acredita que, na prática cotidiana, a escola pode acabar contribuindo/reforçando no desenvolvimento de habilidades e interesses diferentes em meninos e meninas? De que

forma?

17. Você acredita que existe a percepção de que existem cursos considerados “para homens” e cursos considerados “para mulheres”? Acha que é o caso de algum curso em que leciona?

Eu acho que não é o curso em si. Acho que é a função que você exerce. Como se fosse uma especificidade dentro do curso, por exemplo, o curso ele pode ter uma atividade que é mais manual, pode ter uma atividade que é mais de programação, outra que é mais de montar aula. Então dentro do curso tem essas sub-sessões. Tem essas possibilidades. Acho que não chega ao ponto de dar pra falar que esse é um curso mais masculino ou esse é um curso mais feminino. Não chega nesse ponto. Mas dentro do curso você consegue encontrar as atividades que alguém acha que é mais voltada pro homem, e outras que é mais voltada tanto pro homem quanto pra mulher.

18. Você acredita que fatores relacionados à desigualdade de gênero influenciam ou controlam a entrada e a permanência de alunas mulheres no(s) curso(s) nos quais leciona? Acredita que alunas possam desistir do curso por acharem que não é “seu lugar”?

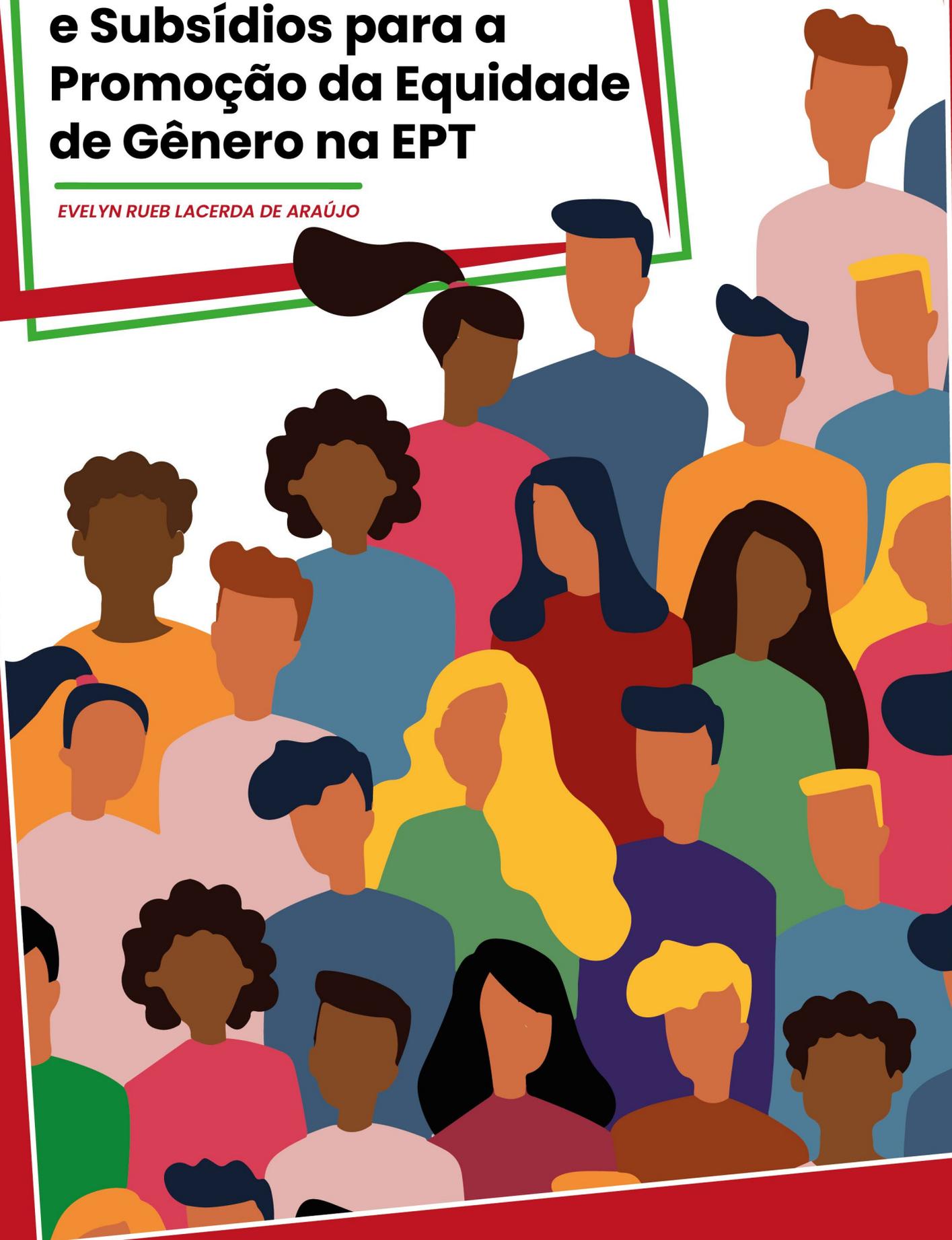
20. Você já presenciou alguma situação de assédio ou discriminação de gênero no contexto escolar? Por parte de quem?

Como eu te falei, eu não sei como é aqui, com os professores daqui, mas lá em Pádua eu não percebi isso. O que eu via mais era um tratamento de forma igualitária, e muitas das vezes até da minha aula, eu fazia aula pratica com outro professor. Eu percebia até que as meninas estavam mais engajadas na aula pratica do que os meninos. Porque elas eram mais interessadas, eu tive aulas que eram muito boas, tive alunos bons mas tive alunas muito boas também. Acho que qualquer área que elas vão atuar irão ter um bom resultado, porque são muito dedicadas né? Então eu não percebi essa coisa muito evidente assim, eles se juntavam lá nos grupos e faziam uma aula normal. Era a mesma coisa pra todo mundo.

E: E nenhuma situação assim no sentido de discriminação de gênero, algum comentário, mesmo que não seja com aluna, com alguma colega servidora, terceirizada, você já presenciou ou não? Não, comentário, não. O que eu senti foi essa questão de um receio de alguma coisa ser interpretada como assédio. Que é uma coisa ruim também, porque enquanto eles ficam ali, agrupados e se dão super bem entre eles, você não consegue agregar nesse primeiro momento. Eles ficam meio com pé atrás, e depois que você consegue se integrar melhor...

Concepções, Desafios e Subsídios para a Promoção da Equidade de Gênero na EPT

EVELYN RUEB LACERDA DE ARAÚJO



Ficha técnica

Editorial

Textos: Evelyn Rueb Lacerda de Araújo

Revisão: Julio Cezar Pinheiro de Oliveira

Para qualquer dúvida, entre em contato pelo e-mail:
evelynruebaraujo@gmail.com

Visual

Projeto Gráfico e diagramação: Claudia Marcia Alves Ferreira

Ilustrações: Freepik

Adaptação das ilustrações: Claudia Marcia Alves Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal Fluminense

Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
Mestrado Profissional em Educação Profissional e
Tecnológica (PROFEPT)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A663c

Araújo, Evelyn Rueb Lacerda, 1986-.
Concepções, desafios e subsídios para a promoção da equidade de gênero na EPT / Evelyn Rueb Lacerda Araújo, Júlio Cezar Pinheiro de Oliveira. — Campos dos Goytacazes, RJ, 2021.
29 p. : il. color.

Produto educacional proveniente da dissertação intitulada: Educação Profissional e Tecnológica em uma perspectiva de gênero: reflexões históricas e atuais nos Cursos Técnicos do Instituto Federal Fluminense (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Campos dos Goytacazes, RJ, 2021.
Referências: p. 26-28.

1. Ensino Profissional. 2. Mulheres - Educação - Brasil - História 3. Mulheres - Condições sociais. 4. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense - História. 5. Igualdade na Educação. I. Oliveira, Júlio Cezar Pinheiro de, 1980 - orient. II. Título.

CDD 373.246

(23. ed.)

Bibliotecária-Documentalista | Verônica G. Borges Nogueires | CRB-7/ 5702

Concepções, Desafios e Subsídios para a Promoção da Equidade de Gênero na EPT

EVELYN RUEB LACERDA DE ARAÚJO



Sumário

Apresentação

05

Gênero como construção social

06

Gênero e EPT no Brasil

12

Por que abordar gênero no contexto da EPT?

19

Referências Bibliográficas

26





Apresentação

Prezados leitores,

Esta cartilha foi elaborada a partir de uma pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Fluminense. Ela tem por objetivo contribuir para a readequação dos ambientes escolares da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) objetivando tornar estes mesmos ambientes espaços mais democratizados em relação às oportunidades de gênero, buscando, sobretudo, desconstruir as relações de desigualdade estabelecidas ao longo da história da Educação e, mais especificamente, da EPT.

O material foi elaborado a partir de informações sobre a desigualdade de gênero no Brasil e de que forma a escola e as ações educativas no contexto da EPT podem promover mudanças, desenvolvendo estratégias para combater a discriminação e promover a equidade de gênero ao subsidiar a prática docente para uma ação mais inclusiva. Portanto, a cartilha é destinada principalmente aos professores e gestores da educação, porém não se limita a esse público.

A inclusão de temáticas de gênero é imprescindível na educação, pois crianças, adolescentes e adultos brasileiros são frequentemente excluídos das escolas ou têm suas trajetórias educacionais interrompidas por causa das desigualdades, sendo a de gênero uma delas. A participação da professora e do professor são necessárias para que a sala de aula não seja um espaço gerador e reprodutor de uma educação discriminatória, e sim um espaço de construção de igualdades.

Portanto, a promoção da equidade de gênero na escola é totalmente oportuna e urgente, sendo o ambiente escolar o espaço onde a consciência deve ser trabalhada visando a formação humana integral e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária por meio de uma forma de educar que leve à reflexão – inclusive dos educadores, ao empoderamento, à eliminação das desigualdades, à liberdade e à emancipação das nossas meninas.



Gênero como construção social



A temática que discute os que condicionam as desigualdades de gênero vem ganhando força junto aos meios científicos e acadêmicos nos últimos anos, refletindo um campo de lutas aberto em prol de avanços fundamentais junto aqueles que desejam uma sociedade mais justa e igualitária.

No Brasil, as relações sociais desiguais e hierarquizadas constituídas ao longo dos anos, desde a escravidão, nos põe frente a um contexto de injustiça social principalmente de gênero e etnia. Grupos oprimidos como indígenas, negros, mulheres e pobres sempre estiveram associados a uma forte carga de estigmatização, o que reforça a estrutura social e econômica desigual do Brasil. Neste capítulo vamos nos concentrar em uma forma de relação desigual de poder e dominação que marca a sociedade brasileira, a relação de gênero.

Mas antes de continuarmos, o que é gênero?



Scott (1991) ao discutir sobre o tema em “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” defendeu o conceito de gênero como categoria analítica que se refere às relações sociais estabelecidas entre os diferentes sexos. O termo gênero incluiu o sexo biológico, mas não é determinado por ele e nem tampouco ele determina a sexualidade. O uso do termo que faremos aqui indicam este caminho de conceituação de gênero como construção cultural, baseada na ideia de criação social dos papéis que seriam adequados para homens para e mulheres.

Para falarmos de desigualdade de gênero, precisamos perceber que ela acontece porque, a longo da história, as mulheres foram marcadas pela força de uma **ideologia** que supõe uma “natureza feminina”, a qual atribui às mulheres características naturalmente passivas, submissas, inferiores quando comparadas aos homens e que trazem como consequência, até os dias de hoje, processos muito marcadamente desiguais nos campos educacional, social, econômico e político.

É o que é ideologia?

No senso comum, são discursos, teorias ou conjunto de ideias.

Na visão crítica da Sociologia, ideologia seria um conjunto de ideias criado por uma classe para manter a aparente legitimidade de um sistema de dominação.



Uso do termo “Ideologia de gênero” como artefato de mobilização política moralmente regressiva

Ganhou força no Brasil, sobretudo a partir das eleições presidenciais do ano de 2018, o uso do termo “Ideologia de Gênero”, com o objetivo de mobilização política reacionária e fundamentalista e alinhado a um projeto de poder. Para Junqueira (2018), essa mobilização está orientada a conter “avanços e transformações em relação a gênero, sexo e sexualidade, além de reafirmar disposições tradicionalistas, pontos doutrinários dogmáticos e princípios religiosos não negociáveis”.

Dessa forma, discursos inflamados são usados como forma de criar “pânico moral”, por meio de “estratégias político-discursivas voltadas a arregimentar a sociedade em uma cruzada em defesa da família tradicional”. Endossada por grupos religiosos, essa corrente de pensamento defende que grupos como feministas, políticos de esquerda, pessoas LGBTQs, ateus estariam empenhados em difundir essa “Ideologia de Gênero”, sobretudo nas escolas.

Porém, esse discurso - marcadamente anti gênero - frente aos avanços nas discussões nesse campo, se dedica a promover a restauração da ordem sexual tradicional e sua hegemonia, reafirmando sistemas de poder e estruturas de privilégios masculinos, brancos, cristãos e heterossexuais.

Além disso, de acordo com Schibelinski (2020), a expressão “Ideologia de Gênero” nunca foi “empregada em nenhum plano de educação, seja ele nacional, estadual ou municipal, nem é sequer reconhecida como conceito acadêmico no interior das Ciências Humanas”.

É preciso reafirmar que a escola é, portanto, lugar de promoção de igualdade, de inclusão, de diversidade e de formação da consciência crítica, que não é natural a posição de subordinação das mulheres, mas sim uma construção cultural.

É preciso destacar também, quando falamos sobre desigualdade de gênero, a interseccionalidade:

Interseccionalidade é a interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe. Segundo Hirata (2014), ela “refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual”. Além de reconhecer que existem diferentes sistemas de opressão, defende que esses sistemas interagem e reproduzem as desigualdades sociais. Ou seja, mulheres brancas não experimentam as mesmas forças opressivas que as mulheres negras.

De onde vem essa ideologia que supõe uma “natureza feminina”?

Pensadores que exerceram influência importante na sociedade no século XIX, como Hegel e Auguste Comte, reforçavam a ideologia de natureza inferior da mulher e justificavam sua condição de dominação.

Comte acreditava em uma inaptidão do sexo feminino para a administração, mesmo da família, por estarem “em um estado infantil contínuo” e que, por esse motivo, a família e a casa não poderiam ser entregues a elas sem controle, mas dentro de limites estabelecidos por homens.

Hegel (apud Cisne 2014) defendeu a “vocação natural dos sexos”, dizendo que:

“A diferença que há entre o homem e a mulher é a mesma que há entre um animal e uma planta. O animal corresponde mais ao temperamento masculino, a planta mais ao da mulher, pois o seu desenvolvimento é mais tranquilo, tendo como princípio a unidade indeterminada da sensibilidade. Se as mulheres estiverem à frente do governo, o Estado estará em perigo, pois elas não agem segundo as exigências de universalidade, mas segundo as inclinações e as opiniões contingentes. A formação das mulheres ocorre, não se sabe ao certo como, mais por meio [...] das circunstâncias da vida do que pela aquisição de conhecimentos. Os homens, ao contrário, só se impõem pela conquista do pensamento e pelos numerosos esforços de ordem técnica (p.98)

Este conjunto de pensamentos que organizam uma ideologia carregada de interesses de dominação e preconceitos e formam um inconsciente coletivo também parecem ter origem nos estudos da biologia e da participação dos dois sexos (feminino e masculino) na reprodução, ainda que as crenças fossem influenciadas por mitos sociais.

Até o Renascimento, afirmava-se que o sexo da mulher é composto dos mesmos órgãos que o do homem, apenas dispostos de maneira diversa e por isso tentaram encontrar no corpo da mulher a justificativa de sua condição social por meio de oposições como interior versus exterior; sensibilidade versus razão; em cima versus embaixo; móvel versus imóvel; passividade versus atividade, muito provavelmente em alusão ao ato sexual.

Simone de Beauvoir, no livro “O Segundo Sexo” (1970), citou que Aristóteles imaginava que na produção do feto a mulher forneceria apenas uma matéria passiva, sendo o princípio masculino, força, atividade, movimento, vida. A teoria aristotélica perpetuou-se através de toda a Idade Média e até a época moderna. Mesmo a partir de estudos com a invenção do microscópio, a partir do século XIX, e a descoberta da participação simétrica de ambos os sexos na reprodução com o reconhecimento do óvulo como um princípio ativo “os homens ainda tentaram opor sua inércia à agilidade do espermatozoide.

Beauvoir defende que “é, portanto, à luz de um contexto ontológico, econômico, social e psicológico que teremos de esclarecer os dados da biologia”. Dessa forma, o corpo biológico da mulher não a define: tem sentido através das ações na sociedade e de uma realidade vivida. Para a autora, “trata-se de saber como a natureza foi nela revista através da história; trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana”.

Estudos e teorias desenvolvidas sobre o tema posteriormente questionaram o estabelecimento de relações de dominação como não sendo naturais, determinadas biologicamente, e sim frutos de relações sociais concretas e históricas e determinadas por interesses construídos socialmente.

Quais seriam esses interesses na dominação feminina?

A exploração e dominação das mulheres pode ser explicada a partir de diferentes interesses, como por exemplo:

- do ponto de vista econômico, as mulheres seriam produtoras de herdeiros, garantindo a reprodução do sistema de herança e da propriedade privada. Além disso, ela seria produtora de outros trabalhadores e de novas reprodutoras;
- do ponto de vista da apropriação do corpo feminino enquanto fonte de prazer, seja no casamento ou pela prostituição. A naturalização do uso sexual do corpo feminino como obrigação para satisfazer o “direito do homem” reflete a falta de autonomia das mulheres e o caráter de “propriedade” ou “coisa”;
- do ponto de vista da responsabilidade do cuidado corporal, material e afetivo com os membros da família, sejam eles crianças, idosos, doentes, pessoas com deficiência e homens, sejam maridos ou pais.

Portanto, a ordem social colocada funciona como uma “máquina simbólica”, que tende a confirmar a dominação masculina de onde surge a divisão social do trabalho (falaremos mais sobre ela no capítulo 3 desta cartilha), distribuição restrita das “atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu lugar, seu momento, seus instrumentos”.

A este sistema de poder dos homens sobre as mulheres damos o nome de “patriarcado” Sylvia Walby, 1990, definiu patriarcado como um conjunto de práticas sociais no qual os homens dominam, oprimem e exploram mulheres de diferentes formas, sejam elas: por meio do trabalho pago, da família, do Estado, da violência masculina, das instituições culturais e das atitudes em relação à sexualidade.

Sugestão de leitura



Agora que já apresentamos alguns conceitos importantes que envolvem o tema “Desigualdade de Gênero”, sugerimos a leitura do artigo “BEAUVOIR, O PATRIARCADO E OS MITOS NAS RELAÇÕES DE PODER ENTRE HOMENS E MULHERES”, de Maria Luzia Miranda Álvares, publicado na REVISTA DO NUFEN: phenomenology and interdisciplinarity em 2014.

Disponível em: <https://tinyurl.com/59ytj8zy>

TICKET



Sugestão de filme



Sinopse de AS SUFRAGISTAS (2015): “O início da luta do movimento feminista e os métodos incomuns de batalha. A história das mulheres que enfrentaram seus limites na luta por igualdade e pelo direito de voto. Elas resistiam à opressão de forma passiva, mas, a partir do momento em que começaram a sofrer uma crescente agressão da polícia, decidiram se rebelar publicamente”.

A partir da leitura do artigo Beauvoir, o Patriarcado e os Mitos nas Relações de Poder entre Homens e Mulheres”, de Maria Luzia Miranda Álvares, produza um pequeno texto sobre o tema “O que define uma mulher?”, levando em consideração os conceitos expostos nesta cartilha e seus conhecimentos sobre o tema.

A professora e o professor também poderão promover um debate após a leitura prévia dos textos, pedindo que os alunos dividam com seus colegas suas anotações e o que considera mais relevante na construção do ser mulher.



Proposta de ATIVIDADE

Gênero e EPT no Brasil



Como vimos brevemente no capítulo 1, a história de colonização do Brasil e sua característica escravista influenciou fortemente no estabelecimento das relações sociais e, portanto, na educação e na formação profissional. Para Frigotto (2006), não há como analisar as políticas e experiências educacionais separadas do processo histórico e das práticas sociais.

A trajetória feminina na EPT brasileira

Desde o início da colonização, a educação formal destinava-se apenas aos meninos. De acordo com Silva (2004), mesmo enquanto os jesuítas detinham o controle do ensino na colônia, existiam mestres que ensinavam aos meninos ler, escrever e fazer contas, às meninas era ensinado a costurar e outras prendas domésticas. Poucas mulheres conseguiam ser educadas em conventos, porém, mesmo neste contexto, o papel feminino era bem claro: **“As meninas limitar-se-iam a aprender a ler, escrever e contar, além de coserem e bordarem, pois isso bastaria para o governo de suas casas no futuro” (SILVA, 2004, p.132)**

Na fase pré-republicana, segundo Aranha (2006), a educação feminina começa a despertar maior interesse entre os mais inovadores, que defendiam oferecer às mulheres os estudos que antes só os homens tinham acesso. Apesar disso,

“Os mais conservadores, temendo o desmonte do sistema patriarcal e a dissolução da família, usavam como argumentos a natureza inferior da inteligência feminina e seu destino doméstico; outros, mais liberais, destacavam a importância da sua educação para o exercício da função de esposa e mãe; os mais avançados [...] percebiam que a educação da mulher exercia o papel central de um programa de reformas sociais (p.230)

Durante a primeira república e logo após a Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) começa uma mudança do modelo agrário do Brasil. As transformações econômicas e suas implicações sociais trouxeram também mudanças na forma de escolarização. O discurso era de necessária modernização na economia com a instrução da população, ainda que se tratasse de uma modernização excludente, pois mantinha as desigualdades de acesso à escola (Reis e Martinez, 2012).

Para as mesmas autoras, a finalidade de superação dos atrasos de um Brasil colonial por meio da formação profissional e de mão-de-obra perpassava pela intenção de civilizar as camadas populares com noções de moral, bons costumes,

higiene e cultura e de manter a ordem. Neste contexto, a instrução feminina ficava voltada para exclusivamente para o lar. **Há, no Brasil, portanto, marcante histórico de educação feminina para o serviço doméstico e a vida familiar.**

Nas primeiras décadas da República surgiram as primeiras escolas profissionais masculinas e gratuitas em cada capital de estado (exceto Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul): As Escolas de Aprendizizes e Artífices (EAAs) se destinavam a atender apenas meninos de 10 a 13 anos. Conforme os apontamentos de Reis e Martinez (2012), “as iniciativas referentes à educação profissional feminina aconteceram posteriormente e a cargo dos Estados e do Distrito Federal”, ainda que tivessem como objetivo formar moças prendadas e para o lar.

Aranha (2006) aponta que, inspiradas nas ideias socialistas e anarquistas que influenciaram na formação de sindicatos e de grupos de defesa de trabalhadores, surgiram no início da República – as “escolas operárias” em quase todos os estados brasileiros. Essas escolas, que duravam pouco tempo e eram fechadas pela polícia por serem acusadas de propagar “ideologia exótica” e “perturbação da ordem”,

Introduziram a coeducação, por considerar saudável o convívio entre meninos e meninas, além de misturarem crianças de diversos segmentos sociais, para estimular a convivência entre eles. Defendiam a instrução científica e racional, a educação integral, e enfatizavam o ensino laico, combatendo inclusive toda forma de religiosidade. Evidentemente, também procediam à ampla politização do trabalhador (p. 301)

Reis e Martinez (2012) registram a criação de escolas profissionalizantes, inclusive femininas, na década de 1920. Entre elas a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, em Campos dos Goytacazes, fundada em 1922. Uma escola pública, gratuita, sob regime de externato que ensinava artes e ofícios, organizada da seguinte forma:

Um currículo de três anos, compreendido por uma parte denominada Curso Geral (com disciplinas de português, aritmética, geografia, história pátria, física, química, higiene, economia doméstica e outras) e outra denominada curso técnico (com oficinas de costura, bordados e rendas, chapéus e cozinha) (p.36)

Machado (2012) observa que as assimetrias de gênero se mantiveram fortes na organização do ensino industrial no governo de Getúlio Vargas. Neste modelo, as práticas educativas abarcavam “educação pré-militar para os alunos e educação doméstica para as alunas”, delimitando o espaço das mulheres nas escolas por meio da organização curricular. Além disso, o Decreto n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, estabelece em seu Art.5º, item 5, que “o direito de ingressar nos cursos industriais é igual para homens e mulheres. A estas, porém, não se permitirá [...] trabalho que sob o ponto de vista da saúde, não lhes seja adequado”. Schwartzman, Bomeny e Costa (2000) afirmam que esta relação não estava explícita no arcabouço legal, mas sobretudo nas práticas pedagógicas e cotidianas da escola:

“ Os textos destinados de preferência à atenção das meninas devem encarecer as virtudes próprias da mulher, a sua missão de esposa, de mãe, de filhas, de irmã, de educadora, o seu reinado no lar e o seu papel na escola, a sua ação nas obras sociais de caridade, o cultivo daquelas qualidades com que ela deve cooperar com o outro sexo na construção da pátria e na ligação harmônica do sentimento da pátria com o sentimento da fraternidade universal. Os excertos que visarem à educação das crianças do sexo masculino procurarão enaltecer aquela têmpera de caráter, a força de vontade, a coragem, a compreensão do dever, que fazem os grandes homens de ação, os heróis da vida civil e militar, e esses outros elementos, mais obscuros, porém não menos úteis à sociedade e à nação, que são os bons chefes de família e os homens de trabalho, justos e de bem. (SCHWARTZMAN, BOMENY E COSTA, 2000, p. 125).

As instituições de educação profissional, por conseguinte, contribuíram para as assimetrias de poder entre homens e mulheres sob o pretexto de preocupação com a saúde das mulheres e sua natureza frágil, delimitando o tipo de formação à qual teriam acesso, o que ratifica e evidencia o caráter sexuado das condições de inserção da mulher no ensino profissional, e, por consequência, a divisão sexual do trabalho (MACHADO, 2012).

No período da República Populista, que vai desde a destituição de Getúlio Vargas do governo em 1945 até o golpe militar de 1964, o contexto era de invasão cultural e econômica dos Estados Unidos com a entrada de capital internacional e instalação de multinacionais do Brasil (Aranha, 2006). É neste período, no ano de 1948, que se iniciam as discussões da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Com relação às mulheres havia um clima de conflito, “pois ao mesmo tempo em que eram chamadas a participar dessa sociedade que, em vários aspectos, se reinventava, elas também eram pressionadas a permanecer no espaço privado, ocupando-se com os cuidados do lar e da família” (OSTOS, 2012, p.325).

No período da ditadura militar (1964 a 1985) estava instaurado no Brasil um estado de medo e de ausência de estado de direito, o que provocou um prejuízo enorme na política, economia, cultura e educação. Cresce neste período a tendência tecnicista na educação, aplicando na escola o modelo empresarial baseado na “racionalização”. A escola estaria subordinada às exigências da sociedade industrial de modo a economizar tempo, esforços e custos, características próprias do capitalismo. (ARANHA, 2006).

Mesmo em um cenário de opressão e silenciamento das forças e vozes opositoras ao regime, o movimento feminista ganha força no Brasil frente às lutas de resistência, ainda que os homens representassem o centro de poder. Na Educação Profissional, além das áreas de profissionalização já propostas na LDB de 1961 (industrial, agrícola e comercial) foi acrescentada por meio da Lei n. 5.692/71 a “educação para o lar”, “herança extemporânea da “economia doméstica” das escolas agrotécnicas, que convergia com o tradicionalismo familiar ainda resistente no país” (CUNHA, 2014, p. 916).

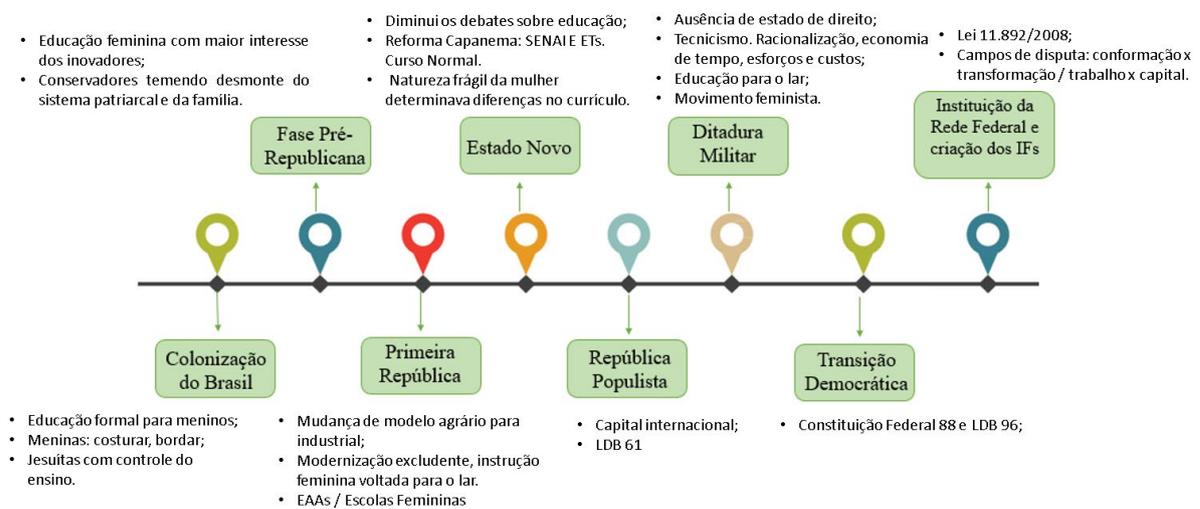
No governo de Luiz Inácio Lula da Silva com a Lei nº 11.892/2008 fica instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e são criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Em seu Art. 2º decide:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

As dualidades históricas na Educação Profissional e Tecnológica são colocadas por muitos (as) os teóricos (as) que analisam as origens, a forma e as consequências destas dualidades na construção de uma sociedade e no desenvolvimento do país. Entre eles (as) Saviani (2007), Moura (2007), Ramos (2008), Ciavatta (2005), Araújo (2010), Nosella (2007), Frigotto (2006). Estes teóricos buscam discutir que a Educação Profissional “constitui campos de

disputa em que predominam abordagens de dois tipos: aquelas que buscam a conformação dos homens [e das mulheres] à realidade dada e outras que buscam a transformação social” (ARAÚJO e RODRIGUES, 2010, p.51, grifo nosso).

Além dos dualismos estruturais próprios da Educação Profissional é urgente superar as dualidades também de gênero e da divisão sexual do trabalho, ao concluir que em todas as épocas a escola foi seletiva e excludente para as mulheres. A figura a seguir apresenta uma linha do tempo com os períodos descritos neste capítulo, assim como as principais características de cada um deles.



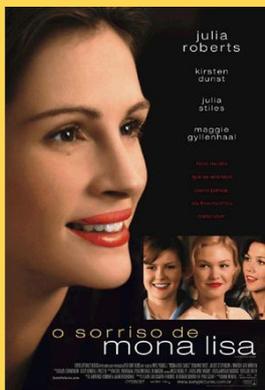
Sugestão de leitura

Notícia “Apesar de avanços na educação brasileira em 20 anos, desigualdades começam nos anos iniciais e resistem nas etapas seguintes, mostra Ipea”. Jornal “O Globo”, de 06 de agosto de 2021.

Disponível em: <https://tinyurl.com/2p9mpj2z>



Sugestão de filme



Sinopse de O SORRISO DE MONALISA (2003): “Katherine Watson é uma recém-formanda da UCLA que foi contratada, em 1953, para lecionar História da Arte na prestigiosa Wellesley College, uma escola só para mulheres. Determinada a confrontar valores ultrapassados da sociedade e da instituição, Katherine inspira suas alunas tradicionais, incluindo Betty e Joan, a mudarem a vida das pessoas como futuras líderes que serão”.

Proposta de ATIVIDADE

As alunas e alunos devem fazer a leitura da notícia do jornal “O Globo” em casa, assistir ao filme em sala de aula e promover um debate acerca do filme, relacionando o conteúdo apresentado na cartilha sobre a trajetória da mulher na educação e os dados apresentados na notícia, destacando os pontos que considerarem mais relevantes.



Por que abordar gênero no contexto da EPT?



“A classe trabalhadora tem dois sexos?”

Esta afirmação, inspirada em Souza-Lobo (2011) com a expressão original com a mesma sentença, parte da observação de que as mulheres estão em postos de trabalho mais precarizados e na informalidade. Cisne (2014) afirma que há desigualdade entre homens e mulheres de uma mesma classe, da jornada intensa de trabalho, da desvalorização do trabalho doméstico e reprodutivo e da pior remuneração das mulheres em relação aos homens. Para Souza-Lobo, negar a dimensão do sexo no trabalho é negar a realidade em que vive a classe trabalhadora, em especial a das mulheres, em sua relação com o capital. Assim,

“ Se a eliminação das mulheres como sujeito social e histórico está na raiz e é parte integrante do discurso econômico (Vandelac,1982) e o discurso econômico está construído para ser geral, o problema que se coloca é o de evitar a armadilha da dicotomia entre a análise de relações ditas gerais e de relações ditas “específicas”, como se existissem relações de trabalho neutras e relações de trabalho no feminino (Souza-Lobo, 2011, p. 163)

Segundo Cisne (2014), é preciso deixar claro que a apreciação da categoria da mulher no mundo do trabalho não é, portanto, uma questão de ordem gramatical ou linguística, mas sim de afirmação de uma exploração muito mais clara que a dos homens trabalhadores, e que isso atende absolutamente aos interesses dominantes. A classe, portanto, não é homogênea: tem raça, etnia e gênero.

Apesar das diferenças entre as ocupações destinadas aos gêneros terem sido tangenciado por teóricos da sociologia e antropologia anteriormente, o termo Divisão Sexual do Trabalho ganha força e expressividade na França no início dos anos de 1970 a partir do impulso dos movimentos feministas que buscavam não apenas para denunciar as desigualdades, mas para repensar o trabalho.

“A Divisão Sexual do Trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos”. (HIRATA e KERGOAT, 2007, p.599).

Para estas autoras, a divisão sexual do trabalho se organiza em dois princípios: o de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o hierárquico (o trabalho do homem vale mais, ou é mais importante, que o trabalho da mulher).

Desafios para a promoção da equidade de gênero no contexto da EPT e no mundo do trabalho

Os homens sempre pertenceram ao domínio público, pois era quem trabalhava “fora” e desempenhava o papel de provedor da família, enquanto as mulheres ficavam restritas ao domínio privado, cuidando do lar e dos filhos. Como vimos no capítulo 1, durante muito tempo, houve o entendimento de que a delimitação desses espaços era um destino natural - ou uma fatalidade biológica - baseado em estereótipos que associam características dos sexos como determinismos biológicos ao tipo de trabalho.

Assim, para Hirata (1995) a masculinidade ou virilidade sempre foi associada ao trabalho pesado, sujo, insalubre, perigoso e racional, enquanto a feminilidade foi associada ao trabalho leve, fácil, limpo, que exige paciência, minúcia, cuidado e sentimentalismo. As atividades reservadas aos homens eram aquelas que geravam retornos econômicos, o trabalho remunerado, produtivo, e, portanto, de prestígio; às mulheres restava o trabalho doméstico, reprodutivo, de menor importância e qualidade, não remunerados e de pouco valor social.

Para Hirata e Kergoat (2007), a Divisão Sexual do Trabalho pode se apresentar de quatro maneiras distintas:

- (1) tradicional, com mulheres cuidadoras e homens provedores;
- (2) de conciliação, onde as mulheres buscam conciliar suas atividades profissionais com as atividades domésticas e familiares, ainda que haja uma natureza de conflito e tensão na simultaneidade destas obrigações;
- (3) de parceria, onde as mulheres e homens compartilham igualmente os cuidados com a família e os cuidados domésticos, o que raramente acontece ao observar os dados estatísticos de compartilhamento de tarefas entre homens e mulheres, e
- (4) de delegação, onde as mulheres delegam a outras mulheres suas atividades domésticas e de cuidado com os filhos.

As autoras apontam a ocorrência dos quatro tipos, muito embora elas possam incidir em intensidades diferentes. Por exemplo, a forma de conciliação tem tomado mais espaço em relação à forma tradicional pelo fato de as mulheres estarem trabalhando mais fora de casa, enquanto o modelo de delegação só é possível para mulheres de classe média e alta. Às mulheres pobres, maior parte da população brasileira, não é possível o pagamento pelo serviço doméstico e de cuidados com os filhos onde incluiriam as faxineiras, empregadas domésticas, babás e cuidadoras.

De fato, a participação das mulheres no mundo do trabalho vem aumentando a partir dos anos de 1970, no entanto essa inserção é marcada por progressos e atrasos. Para Bruschini (2007), se por um lado há conquista de bons empregos carreiras e profissões de prestígio e cargos de gerência e diretoria por parte de mulheres escolarizadas, por outro, o predomínio do trabalho feminino em atividades precárias e informais. Além disso, segundo a mesma autora, permanecem sob responsabilidade das mulheres as atividades domésticas e os cuidados com os filhos.

Souza e Guedes (2016) lembram de fatores importantes na dificuldade de consolidação da mulher nos espaços produtivos, especialmente de mulheres pobres: não existem, no Brasil, instituições públicas como creches que possam dar conta de atender todas as crianças desde a tenra idade e nem escolas de tempo integral gratuitas que possam cuidar e promover educação para crianças de todas as faixas etárias enquanto as mães cumprem sua jornada de trabalho. Ou seja, além dessas mulheres estarem ocupadas economicamente, ainda estão sobrecarregadas com atividades que deveriam ser compartilhadas por todos, incluindo o Estado- que utiliza o trabalho doméstico e familiar feminino para suprir a falta de políticas sociais e a oferta de serviços (Souza e Guedes 2016 p.128 apud Fontoura et al., 2010) – e os homens. Sorj (2004) demonstra que os homens se envolvem em atividades que tem interseção entre espaço público e privado, como levar os filhos ao médico ou ir ao supermercado, em oposição às atividades manuais ou rotineiras: limpar a casa ou lavar a roupa. Fica evidente, portanto, a pouca ou nenhuma mudança das relações desiguais dentro e fora do lar.

Neste contexto, se estabelece na classe trabalhadora uma hierarquia muito clara de desigualdade social, que segue: homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras. Dados do IBGE (2009) demonstram que não houve melhoria expressiva de 2003 para 2009 nos rendimentos das mulheres com relação aos dos homens. A mesma pesquisa demonstra também que mulheres negras ganhavam 36,5% dos homens brancos e eram, 48,4% das mulheres ocupadas em situações precárias, enquanto mulheres brancas eram 34,3%.

Estas transformações no perfil da População Economicamente Ativa (PEA) são influenciadas pela mudança dos padrões culturais, mesmo que a passos lentos sobre o papel social da mulher. São influenciadas também pelo aumento da escolaridade da mulher e pelo ingresso nas universidades. Antunes (1999) aponta que:

“As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres são, desde a infância e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho (1999, p. 109, grifo nosso)

Bruschini (2007) afirma que no ensino profissional, especialmente ensino técnico, as taxas de conclusão das mulheres são bastante elevadas nas áreas de serviço, sobretudo na Saúde e nas Artes. A autora continua apontando uma tendência de consolidação destas escolhas (no ensino técnico) para o ensino superior e depois, no mercado de trabalho, no qual “as mulheres predominam no setor de Serviços”. Dados do Censo da Educação Superior de 2005 confirmam que as escolhas das mulheres continuam a recair sobre áreas tradicionalmente femininas: Educação (81%); Saúde e Bem-Estar Social (74%); Humanidades e Artes (65%).

Por outro lado, a mesma pesquisa revela que a parcela feminina em “guetos” masculinos nas universidades, como engenharia, produção e construção aumentou de 26% para 30% no período de 1999 a 2005. Nesse sentido, mulheres instruídas passam a exercer, além de magistério e enfermagem, campos profissionais de prestígio, como a medicina, a advocacia, a arquitetura e a engenharia, habitual reduto masculino (Bruschini 2007).

Rosemberg (2001) corrobora com estes dados ao afirmar que o Brasil naquele ano apresentava situação semelhante à de países desenvolvidos, tendo por um lado melhor progressão das mulheres na escola, mas associada a uma persistente separação de masculino-feminino entre os ramos do ensino. Na pesquisa, ela dá o exemplo da educação, setor que detinha mais de 80% da força de trabalho feminina. E aponta:

“São bem poucas as pesquisas recentes [...] contribuindo para a compreensão dessas tendências da educação formal de homens e mulheres: uma tendência menos intensa ao maior êxito de mulheres no sistema de ensino; a permanência de carreiras fortemente guetizadas; a desvalorização da função do magistério, especialmente, no ensino básico, atividade exercida quase que exclusivamente por mulheres; a manutenção de práticas sexistas na escola; a discriminação salarial das mulheres associada a sua melhor qualificação educacional. (ROSEMBERG, 2001, p.526)

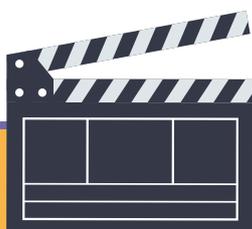
O Brasil vem, portanto, aumentando as taxas de participação das mulheres na educação – ainda que exista um recorte importante de raça nas estatísticas - porém como defende Rosemberg (2001), “o modelo linear de dominação de gênero obscurece esse triunfalismo” ao afirmar que os indicadores sociais das mulheres são sempre inferiores aos dos homens, mantendo o acesso das mulheres à escola e ao mundo do trabalho balizados pelos parâmetros estabelecidos pela desigualdade de gênero.

Sugestão de leitura

Reportagem “Os estereótipos de gênero afetam o que as meninas e os meninos escolhem como profissão no futuro”, do El País, de 04 de janeiro de 2019.

“Impor clichês de gênero na sociedade limita o desenvolvimento das habilidades e capacidades. Das garotas que chegam à universidade, só um terço opta por ciências”

Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/10/actualidad/1528661907_969674.html



Sugestão de filme

Sinopse de TERRA FRIA (2005): Mãe solteira, Josey Aimes, é parte do grupo das primeiras mulheres a trabalharem em minas de ferro, em Minnesota. Os homens ficam ofendidos por terem que trabalhar com mulheres. Assim, trabalhadores das minas em Eveleth, submetem Josey a assédio sexual. Consternada com o fluxo constante de insultos, linguagem sexual explícita, e abuso físico, ela decide, apesar de ser advertida pela família e amigos, abrir uma histórica ação judicial contra assédio sexual.



Sugestão de filme



Sinopse de REVOLUÇÃO EM DAGENHAM (2010): Rita O’Grady trabalha para a Companhia Ford Motors, em Dagenham, Reino Unido. Cansadas do tratamento que as mulheres recebem na empresa, Rita, junto com as demais trabalhadoras, encoraja e lidera um manifesto contra a discriminação e o machismo.



Proposta de ATIVIDADE



Em sala de aula, após a leitura do material disponibilizado nesta cartilha e uma sessão de exibição de um dos filmes indicados anteriormente, os alunos devem ser levados a refletir em conjunto com seus colegas sobre os aspectos a divisão sexual do trabalho nas suas realidades.

A professora e o professor poderão levantar as seguintes questões para o debate: Você consegue identificar uma divisão de tarefas entre homens e mulheres que vivem na mesma casa? Você acha que meninos são criados para desempenhar determinadas funções enquanto as meninas são criadas para desempenhar outras? Que funções seriam essas? Você acredita que as mulheres ficam sobrecarregadas nas suas tarefas domésticas/familiares e que isso influencia no trabalho remunerado, fora de casa?

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho: Ensaios sobre a Afirmação e Negação do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARANHA, M.L. de A. História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil / Maria Lúcia de Arruda Aranha. – 3. ed. – ver e ampl. – São Paulo: Moderna, 2006.

ARAÚJO, R.N. de L.; RODRIGUES, D. do S. Referências sobre Práticas Formativas em Educação Profissional: o Velho Travestido de Novo Frente ao Efetivamente Novo. B. Técnico Senac: a R. Educ. Prof., Rio de Janeiro, v.36, n.2, maio / ago. 2010.

BEAUVOIR, S. O segundo Sexo: Fatos e Mitos. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1970

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB- Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

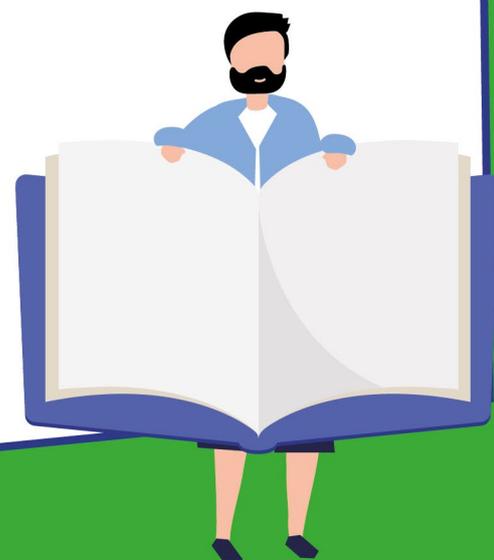
BRUSCHINI, C. Colaboração de Cristiano Miglioranza e Arlene Martinez Ricoldi. Trabalho e Gênero no Brasil nos Últimos Dez Anos. Fundação Carlos Chagas, Grupo de Pesquisas Socialização de Gênero e Raça. 2007.

CIAVATTA, M. A Formação Integrada. A Escola e o Trabalho como Lugares de Memória e de Identidade. Trabalho Necessário, ano 3 número 3, 2005.

CISNE, Mirla. Feminismo e Consciência de Classe no Brasil / Mirla Cisne. – São Paulo: Cortez, 2014

CUNHA, L.A. Ensino Profissional: o Grande Fracasso da Ditadura. Cadernos de Pesquisa v.44 n.154 p.912-933 out./dez. 2014.

Educação profissional e tecnológica: memórias, contradições e desafios / Gaudêncio Frigotto (Organizador). – Campos dos Goytacazes/RJ: Essentia Editora, 2006.



HIRATA, H. Divisão, relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho. Em Aberto, Brasília, ano 15, n.65, p.39-49, jan./mar. 1995.

HIRATA, H. Gênero, Classe e Raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1. 2014

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, v.37, n.132, p.595-609, set./dez. 2007.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2009. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45767.pdf>. Acesso em 02/10/2019.

JUNQUEIRA, R.D. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. Psicologia Política. vol. 18. no 43. pp. 449-502 set. – dez. 2018

MACHADO, M.L.B. Formação Profissional e Modernização no Brasil (1930-1960): Uma Análise à Luz das Reflexões Teórico- Metodológicas de Lucie Tanguy. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 118, p. 97-114, jan.-mar. 2012.

MOURA, D.H. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: Dualidade Histórica e Perspectivas de Integração. Holos, Ano 23, Vol. 2 – 2007.

NOSELLA, P. Trabalho e Perspectivas de Formação dos Trabalhadores: para além da Formação Politécnica. Revista Brasileira de Educação, v. 12 n. 34 jan / abr 2007.

OSTOS, N.S.C. A questão feminina: importância estratégica das mulheres para a regulação da população brasileira (1930-1945). Cadernos Pagu (39), julho-dezembro de 2012:313-343.

SORJ, Bila. “Estudos de gênero: a construção de um novo campo de pesquisas no país”. In: COSTA, Albertina; MARTINS, Ângela Maria; FRANCO, Maria Laura Pugliesi Barbosa (Orgs.). Uma história para contar: a pesquisa na Fundação Carlos Chagas. São Paulo: Annablume, 2004. p. 119-140.

SCHIBELINSKI, D. “Isso é coisa do capeta!” O papel da “ideologia de gênero” no atual projeto político de poder. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 14, n. 28, p. 15-38, jan./abr. 2020. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>>

SOUZA, L; GUEDES, D. A Desigual Divisão Sexual do Trabalho: Um Olhar sobre a Última Década. Estudos Avançados vol.30 no.87 São Paulo May./Aug. 2016

SOUZA-LOBO, Elisabeth. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

RAMOS, M. Concepção do Ensino Médio Integrado. Secretaria de Educação do Estado do Paraná, 2008.

REIS, F., MARTINEZ, S.A. O Ensino Profissional Feminino no Brasil: Uma Análise da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha (Campos, Rio de Janeiro, 1922-1930). Número temático: Desenho e Educação: Cultura Visual e Cidade. A Cor das Letras — UEFS, n. 13, 2012

ROSEMBERG, F. Educação Formal, Mulher e Gênero no Brasil Contemporâneo. Estudos Feministas, Ano 9. 2001.

SAVIANI, D. Trabalho e Educação: Fundamentos Ontológicos e Históricos. Revista Brasileira de Educação, v. 12 n. 34 jan / abr 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1991

SILVA, M.B.N. A Educação da Mulher e da Criança no Brasil Colônia”, in Maria Stephanou e Maria Helena Camara Barros (Orgs.), Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Petrópolis, Vozes, v. I: Séculos XVI-XVIII, 2004, p.131-135.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B; COSTA, V. M. R. Tempos de Capanema. 1ª edição: Editora da Universidade de São Paulo e Editora Paz e Terra, 1984- 2ª edição, Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 2000.

WALBY, Sylvia. Theorizing Patriarchy. Oxford/Cambridge, Basil Blackwell, 1990.



PROFEPT

MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



INSTITUTOS SUPERIORES DE
ENSINO DO CENSA /



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Educação Profissional e Tecnológica em uma Perspectiva de Gênero: Reflexões sobre Cursos Técnicos do Instituto Federal Fluminense

Pesquisador: EVELYN RUEB LACERDA DE ARAUJO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 37921820.1.0000.5524

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA

Patrocinador Principal: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.332.048

Apresentação do Projeto:

O presente trabalho pretende discutir a inserção de mulheres nos cursos de formação profissional e de que forma se dá esta inserção nos dias atuais, especialmente na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica brasileira. Nesse contexto, pretende apresentar se persistem as assimetrias de gênero que foram constituídas historicamente na Educação e na Educação Profissional e Tecnológica, com lugares “destinados” às mulheres nos cursos de formação profissional do Instituto Federal Fluminense. Buscaremos verificar a persistência de padrões históricos de diferenciação sexual nas carreiras escolares e profissionalizantes e a delimitação, mesmo que no simbólico, de espaços estritamente masculinos em detrimento de espaços femininos. Os objetivos deste trabalho se comprometem com a ampliação das discussões sobre gênero no Ensino Técnico e Profissionalizante (EPT) a partir da aquisição de um conjunto de informações institucionais e de uma série de instrumentos de coleta de dados empíricos em três diferentes campi do Instituto Federal Fluminense. Como resultado deste trabalho espera-se a construção de um produto educacional que auxilie, tanto os gestores públicos da EPT, quanto professores, técnico-administrativos e alunos, na identificação e combate aos mecanismos socioeducacionais que resultam na discriminação de gênero.

Objetivo da Pesquisa:

Investigar formas e mecanismos junto à EPT que contribuem para a manutenção de assimetrias de

Endereço: Rua Salvador Correa, nº 139

Bairro: Centro

CEP: 28.035-310

UF: RJ

Município: CAMPOS DOS GOYTACAZES

Telefone: (22)2726-2727

Fax: (22)2726-2721

E-mail: cepisecensa@gmail.com

Continuação do Parecer: 4.332.048

gênero, com separação masculino-feminino entre diferentes áreas/cursos, buscando ainda verificar se existe a superação de condições históricas de padrão sexuado de carreiras escolares e profissionais e da delimitação, mesmo que simbólica, dos espaços femininos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

O riscos que se apresentam estão relacionados à participação de seres humanos que poderá ser atenuada com a mediação da pesquisadora.

Danos Possíveis:

- Invasão de privacidade;
- Discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado;
- Divulgação de dados confidenciais (registrados no TCLE).
- Tomar o tempo do sujeito ao responder ao questionário/entrevista.

Medidas que podem ser adotadas frente aos riscos / danos.

- Garantir o acesso aos resultados individuais e coletivos.
- Estar atento aos sinais verbais e não verbais de desconforto.
- Assegurar a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de auto-estima, de prestígio e/ou econômico
- Garantir o acesso da população do estudo que está sendo testada.
- Garantir que o estudo será suspenso imediatamente ao perceber algum risco ou dano à saúde do sujeito participante da pesquisa, conseqüente à mesma, não previsto no termo de consentimento.
- Garantir que sempre serão respeitados os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes quando as pesquisas envolverem comunidades.
- Assegurar a inexistência de conflito de interesses entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa.

Benefícios:

Os benefícios da pesquisa devem ser indiretos aos participantes da pesquisa e aos alunos e professores do Instituto Federal Fluminense, já que a partir dos resultados desta pesquisa será confeccionado um material didático/pedagógico que buscará contribuir para a readequação dos ambientes escolares da EPT objetivando tornar estes mesmos ambientes em espaços democratizados em

Endereço: Rua Salvador Correa, nº 139

Bairro: Centro

CEP: 28.035-310

UF: RJ

Município: CAMPOS DOS GOYTACAZES

Telefone: (22)2726-2727

Fax: (22)2726-2721

E-mail: cepisecensa@gmail.com

Continuação do Parecer: 4.332.048

relação às oportunidades de gênero, buscando, sobretudo, desconstruir as relações de desigualdade entre e os diferentes tipos e situações de assédio. Dessa forma, será elaborada uma cartilha com informações sobre a desigualdade de gênero no Brasil e de que forma a escola e as ações educativas no contexto da EPT podem promover mudanças, desenvolvimento e eliminação de formas de discriminação e de desigualdade. A cartilha será destinada aos professores, coordenadores de curso e gestores, mas não impede que alunos tenham acesso. Utilizando-se linguagem acessível e identidade visual atrativa, com imagens e esquemas, o objetivo é subsidiar a prática docente para uma ação mais inclusiva, democrática e transformadora da escola. A cartilha será organizada em diferentes capítulos, que trarão, de forma didática, informações sobre o tema igualdade de gênero. Desta forma, pretende-se organizá-la em três capítulos, cujos temas serão os mesmos desenvolvidos no projeto: (1) Conceito de Gênero como Construção Social, Histórica e Cultural das Diferenças Baseadas no Sexo; (2) História da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil sob uma Perspectiva de Gênero; e (3) Separação do Masculino-Feminino nos Diferentes Cursos e Profissões e a Divisão Sexual do Trabalho. Cada capítulo da cartilha será organizado de forma que todos eles apresentem:- Propostas de atividades em sala de aula, no espaço escolar ou na comunidade do entorno;- Sugestão de livros que tenham relação com o tema discutido naquele capítulo e de que forma os professores podem organizar uma proposta pedagógica após a sua leitura;- Sugestão de filmes que retratem situações de discriminação / violência de gênero, indicando questões para reflexão e debate logo após sua exibição na escola.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante para educação.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências que impeçam o início do estudo.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|----------------|---------|----------|-------|----------|
|----------------|---------|----------|-------|----------|

Endereço: Rua Salvador Correa, nº 139

Bairro: Centro

CEP: 28.035-310

UF: RJ

Município: CAMPOS DOS GOYTACAZES

Telefone: (22)2726-2727

Fax: (22)2726-2721

E-mail: cepisecensa@gmail.com

Continuação do Parecer: 4.332.048

| | | | | |
|---|--|------------------------|-------------------------------------|--------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1540092.pdf | 11/09/2020 15:39:24 | | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | Termo_assentimento_assinado.pdf | 11/09/2020 15:38:56 | EVELYN RUEB LACERDA DE ARAUJO | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | Termo_Consentimento_assinado.pdf | 11/09/2020 15:38:31 | EVELYN RUEB LACERDA DE ARAUJO | Aceito |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura | Anuencia_Campus_Centro.pdf | 01/09/2020 10:05:48 | EVELYN RUEB LACERDA DE ARAUJO | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | Projeto_Final_Evelyn.pdf | 01/09/2020 10:05:28 | EVELYN RUEB LACERDA DE ARAUJO | Aceito |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura | Anuencia_Bom_Jesus.pdf | 27/08/2020 15:39:49 | EVELYN RUEB LACERDA DE ARAUJO | Aceito |
| Folha de Rosto | Folha_de_rosto_assinada.pdf | 27/08/2020 13:47:48 | EVELYN RUEB LACERDA DE ARAUJO | Aceito |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura | Anuencia_Cambuci.PDF | 26/08/2020 11:11:30 | EVELYN RUEB LACERDA DE ARAUJO | Aceito |
| Declaração de Pesquisadores | termo_de_compromisso_evelyn.pdf | 26/08/2020 10:44:26 | EVELYN RUEB LACERDA DE ARAUJO | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | Termo_Assentimento_Evelyn.doc | 25/08/2020 17:00:04 | EVELYN RUEB LACERDA DE ARAUJO | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | tcle_para_responsaveis_de_crianças_e_adolescentes_Evelyn.doc | 25/08/2020 16:55:43 | EVELYN RUEB LACERDA DE ARAUJO | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Salvador Correa, nº 139

Bairro: Centro

CEP: 28.035-310

UF: RJ

Município: CAMPOS DOS GOYTACAZES

Telefone: (22)2726-2727

Fax: (22)2726-2721

E-mail: cepisecensa@gmail.com



INSTITUTOS SUPERIORES DE
ENSINO DO CENSA /



Continuação do Parecer: 4.332.048

CAMPOS DOS GOYTACAZES, 10 de Outubro de 2020

Assinado por:
Mauricio Rocha Calomeni
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Salvador Correa, nº 139

Bairro: Centro

CEP: 28.035-310

UF: RJ

Município: CAMPOS DOS GOYTACAZES

Telefone: (22)2726-2727

Fax: (22)2726-2721

E-mail: cepisecensa@gmail.com